



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**



**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

**RAIMUNDO NONATO BARBOSA COSTA**

**ORGANIZAÇÃO DE LIDERANÇAS NO BAIRRO  
DA VILINHA, IMPERATRIZ-MA, UMA  
ÁREA DE OCUPAÇÃO**

Belém  
2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**  
**MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

**RAIMUNDO NONATO BARBOSA COSTA**

**ORGANIZAÇÃO DE LIDERANÇAS NO BAIRRO DA VILINHA,**  
**IMPERATRIZ-MA, UMA ÁREA DE OCUPAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada para  
obtenção do grau de Mestre em  
Planejamento do Desenvolvimento sob a  
orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ligia T. L.  
Simonian.

Belém  
2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**  
**MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

**RAIMUNDO NONATO BARBOSA COSTA**

**ORGANIZAÇÃO DE LIDERANÇAS NO BAIRRO DA VILINHA,  
IMPERATRIZ-MA, UMA ÁREA DE OCUPAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Banca Examinadora

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ligia T. L. Simonian  
NAEA/UFPA, Orientadora

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edna Castro – Examinadora Interna  
NAEA/UFPA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Antonia Nascimento – Examinador Externo  
Dept<sup>º</sup>. de Serviço Social/UFPA

Aos meus pais, *in memoriam*,  
minha gratidão, por tudo que me  
proporcionaram.

## AGRADECIMENTOS

Aos parceiros e colaboradores os meus sinceros agradecimentos:

Ao PLADES/NAEA-UFPA e à FACIMP, pela possibilidade de ter cursado o mestrado e de estar agora apresentando a dissertação;

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ligia T. L. Simonian, pela sua dedicação como orientadora e como grande incentivadora na elaboração desta dissertação;

Aos moradores da Vilinha, a toda a direção da Associação de Moradores e, em especial, à Sr<sup>ª</sup>. Maria Torquato e Washington, Tâmina, Júlio, Francisco e Sr<sup>ª</sup>. Laura, pela grande colaboração;

Ao Hildebrando, funcionário da INFRAERO pela sua dedicação na busca de documentos que foram muito importantes no processo da pesquisa.

Aos colegas de curso, muitos dos quais também colegas de trabalho, pela convivência e oportunidade para discussão;

Ao José Werbeth (Beto) e Cícero Gonçalves pela força e pela grande colaboração prestada para que esta produção acadêmica fosse elaborada.

"A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás;  
mas só pode ser vivida olhando-se para frente".  
Soren Kierkegaard

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre a problemática da organização e atuação de lideranças quanto a impasses, conquistas e melhorias da população, tendo como base uma análise do associativismo na Vilinha e o seu fortalecimento no Brasil depois 1980. O contexto da pesquisa e análise realizadas é urbano, precisamente uma área de ocupação, que veio a se constituir no bairro da Vilinha, município de Imperatriz, estado do Maranhão. Como fundamento teórico destacou-se os clássicos e também autores recentes que investigaram o fenômeno das cidades e respectivos processos de urbanização, como Marx, Weber, Castells, Rodrigues, Acevedo, Simonian e outros.

A partir da pesquisa, foram identificadas as mobilizações ocorridas no bairro por melhores condições de vida, como a política de saúde, educação e segurança, o que evidenciou os impasses entre os moradores e entre estes e o poder público, na conquista de melhorias para o bairro. Ainda, prioriza-se nesta análise as relações do movimento popular na Vilinha com o poder público municipal e até federal, destacando-se as negociações com a INFRAERO para a liberação da área para a formação territorial definitiva do bairro e, ao mesmo tempo, ressaltou-se a atuação das mulheres como lideranças na organização inicial de movimentos representativos do bairro.

Conclui-se, finalmente, que o movimento popular resultou em um trabalho importante, mas muitas vezes voltado para o assistencialismo, no que foi influenciado pela postura e atuação das igrejas. Estas se distanciaram de uma perspectiva que pudesse contribuir no sentido da formação da consciência cidadã, o que pode explicar o motivo de tantas dificuldades que o bairro continua a enfrentar, em especial quanto à infraestrutura e ao saneamento básico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Associação, lideranças, organização, associativismo, movimento popular, cidadania.

## ABSTRACT

This work has as objective to present an analysis on the urban problem in an occupation area in the neighborhood of the Villa, municipal district of Empress, highlighting the organization forms and performance of leaderships with relationship to the conquests and improvements of the population, tends as base an analysis of the associative in the Vila and its invigoration in Brazil after the 1980. As theoretical foundation was approached the classic in the investigation of the phenomenon of the cities and urbanization process, like Weber, Castells, Rodrigues, Acevedo, Simonian and others. During the research, mobilizations were identified in the neighborhood towards better life conditions as the politics of health, education and safety, showing the impasses at the same time among the inhabitants and between these and the public power, in the conquest of improvements for the neighborhood. Another aspect that stands out in this analysis is the relationships of the popular movement in the Villa with the municipal public power and until Federal, standing out the negotiations with INFRAERO for the liberation of the area for the definitive territorial formation of the neighborhood and at the same time the presence of the woman's performance as pioneer leaderships in the organization of representative movements of the neighborhood. It is concluded finally that the popular movement developed an important work, but a lot of times gone back to the attendance, mainly developed by the performance of the Churches so that they didn't contribute to help in the conscience citizen's formation, what could be explained the reason of so much difficulties, that the neighborhood today mainly, as the infrastructure basic.

**KEY-WORDS:** Association; leadership; social organization; association; popular movement; citizenship.

## LISTA DE SIGLAS

AIL – Academia Imperatrizense de Letras

CAEMA – Companhia de Água e Esgoto do Maranhão

CCMI – Clube Central de Mães de Imperatriz

CESI – Centro de Serviços da Indústria

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FEST – Faculdade de Ensino Santa Terezinha

FUMBEAI – Federação das Uniões de Moradores de Bairros e Entidades Afins de Imperatriz

FUMBEART – Federação das Uniões de Moradores e Entidades Afins da Região Tocantina

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GETAT – Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MST – Movimento Sem Terra

OP – Orçamento Participativo

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido da Frente Liberal

PMI – Prefeitura Municipal de Imperatriz

PMN – Partido de Mobilização Nacional

PSMA – Posto de Saúde Maria Aragão

PT – Partido dos Trabalhadores

RCC – Renovação Carismática Católica

RCCP – Renovação Carismática Católica e Protestante

SDS – Social Democracia Sindical

SDSI – Secretária do Desenvolvimento Social de Imperatriz

STICCI – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Imperatriz

SUTRAN – Superintendência do Trânsito

TCI – Transportes Coletivos de Imperatriz

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

ZFM – Zona Franca de Manaus

**LISTA DE FOTOS**

01	Vista área parcial de Imperatriz	35
02	Visão aérea do aeroporto e Vilinha	36
03	Vista parcial do muro que separa o Aeroporto de Imperatriz do bairro da Vilinha	39
04	Rua Arame – Vilinha	40
05	Muro e portão de acesso do aeroporto para o Bairro Nova Vila	40
06	Vista da fachada frontal da AMBNV	44
07	Fachada frontal da IAD, do bairro Vilinha	46
08	Entrega de certificado pela presidenta Maria Torquato, à direita	50
09	Policiais em frente ao Posto policial da Nova Vila, no dia da inauguração	52
10	O PS antigo da Vilinha	55
11	A USMA atual da Vilinha	55
12	Escola Municipal S. Jorge I, na rua Arame	58
13	Esgoto a céu aberto na Vilinha	60
14	Casebre de madeira e lixo jogado na Vilinha	60
15-	Dona Josefa	83
16	e Vitalina de tal	83
17	Frei Epifânio D’Abadia	84
18	Entrada da rua do Arame	84
19	Rua do Arame em 1977 – Vilinha	84
20	Primeira ICAR do bairro	86
21	ICAR definitiva do bairro	87
22	Alunos ao lado da sala de aula da escola nova	89

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS – PERSPECTIVAS CONCEITUAIS .....</b>	<b>8</b>
2.1 A CIDADE E O MOVIMENTO URBANO DESDE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO .....	8
2.1.1 A cidade e o processo de urbanização .....	13
2.2 A EVOLUÇÃO MUNDIAL DAS GRANDES CIDADES DEPOIS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A MODERNIDADE .....	15
2.3 O MOVIMENTO URBANO E SUA ATUAÇÃO NA SOCIEDADE .....	20
2.4 O MOVIMENTO URBANO E A LIDERANÇA SOCIAL.....	24
2.5 O MOVIMENTO URBANO E SUA ATUAÇÃO NA SOCIEDADE AMAZÔNICA .....	30
<b>3 O BAIRRO DA VILINHA: ORÍGEN, DESENVOLVIMENTO E SITUAÇÃO ATUAL .....</b>	<b>34</b>
3.1 AS ORGANIZAÇÕES DO BAIRRO DA VILINHA E A ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS .....	42
3.2 AS ASSOCIAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	49
3.3 PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO .....	60
<b>4 O MOVIMENTO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO NA VILINHA E NA CONTEMPORANEIDADE DE IMPERATRIZ .....</b>	<b>67</b>
4.1 AS MOBILIZAÇÕES POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA .....	69
4.2 A REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS.....	73
4.3 IMPASSES ENTRE MORADORES E ENTRE ESTES E O PODER PÚBLICO.....	75
4.4 AVANÇOS QUANTO ÀS PROPOSTAS INOVADORAS.....	78
<b>5 O MOVIMENTO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO E AS RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES .....</b>	<b>82</b>
5.1 AS IGREJAS .....	82
5.1.1 As igrejas evangélicas e sua atuação no bairro .....	90
5.2 A INSERÇÃO NO MOVIMENTO SOCIAL .....	93
5.3 AS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL .....	95
<b>6 DISCUSSÕES E CONCLUSÕES .....</b>	<b>98</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>

# 1 INTRODUÇÃO

No âmbito acadêmico, a questão dos processos organizativos que envolvem lideranças urbanas de áreas periféricas vem sendo discutida há algum tempo. Diferente da organização política das primeiras cidades que mantiveram em grande parte a estrutura igualitária da experiência anterior (ADAMS, 1966, apud HANNERZ, 1980), no entender de Castells (2002), na sua formação o movimento social urbano teve uma ligação íntima com a expansão do capital. Ao pensar-se no Brasil, alguns autores como Machado (1995) e Rodrigues (1996) vêm investigando e analisando tais processos, a exemplo dos estudos acerca das lideranças feministas na cidade de São Paulo (SP) e do movimento de bairros de Belém (PA). Quanto às experiências das lideranças populares na cidade de Imperatriz<sup>1</sup> (MA), tudo ainda está por ser feito, sendo esta proposta de pesquisa uma primeira tentativa nesta direção.

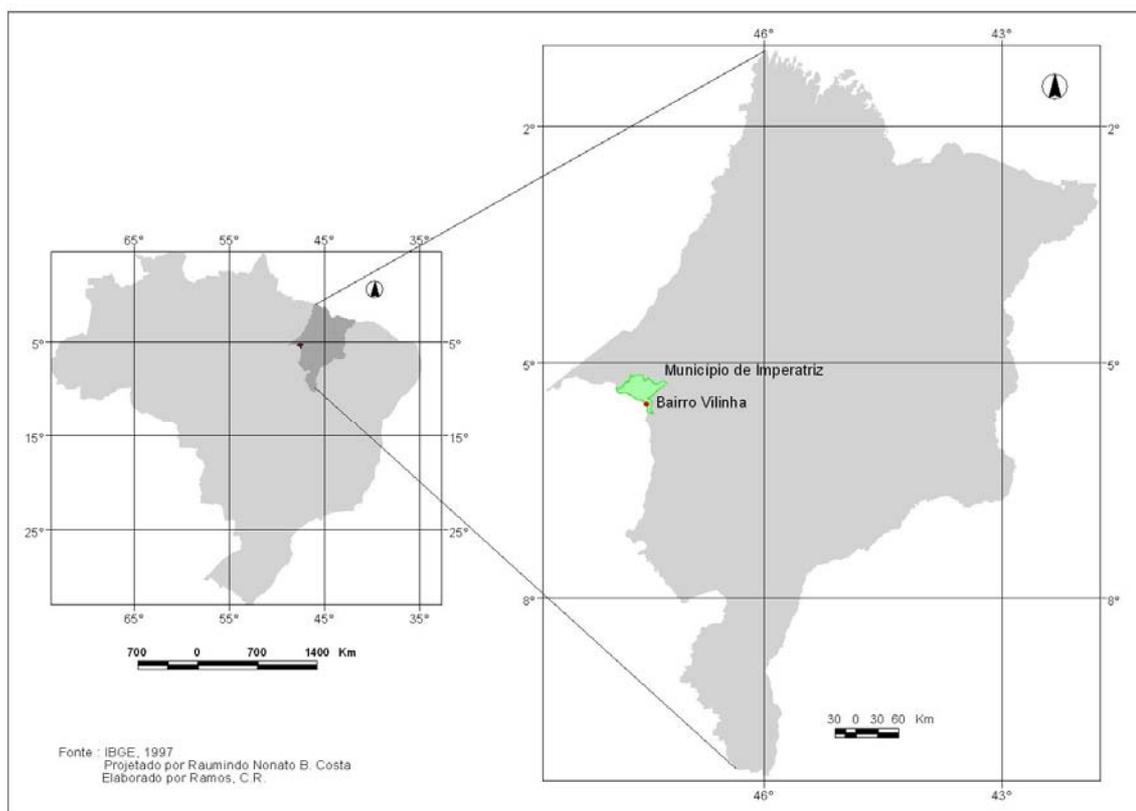
Neste ponto, é de se destacar as questões que norteiam este trabalho a partir da pesquisa que o subsidiou. Em termos gerais, faz-se um estudo e uma análise em uma área de ocupação que é conhecida como bairro Vilha, cuja localização em Imperatriz se vê no Mapa 1 adiante, e especialmente, no que diz respeito à organização de lideranças quanto aos aspectos ambientais, socioeconômicos e políticos. Essa proposta implica em se proceder a uma descrição sobre o perfil político/ideológico e à atuação dos atores sociais quanto ao desenvolvimento e organização dos moradores. Evidentemente, toma-se em conta as dificuldades encontradas em âmbito local, a exemplo das tensões, impasses, conflitos e mesmo da violência e ainda de outros problemas sociais que perpassam as estratégias de luta pela conquista da terra, da moradia e de melhores condições de vida.

Outras questões mais específicas são igualmente tratadas e analisadas: 1) as possíveis modalidades de organização existentes localmente, a exemplo de associações, principalmente as direcionadas ao processo de consolidação do bairro; 2) as estratégias quanto aos objetivos e metas e as eventuais conquistas relativas ao processo da organização popular; 3) a atuação, a participação e a qualidade da participação dos atores sociais e de outras lideranças da Vilha e mesmo da cidade enquanto contexto mais

---

<sup>1</sup> Essa cidade foi fundada pelo frei carmelita Manoel Procópio do Coração de Maria, precisamente em julho de 1856, quando a denominou Santa Tereza, em homenagem a uma santa espanhola de quem era devoto. Para maiores detalhes sobre esse processo de criação e de outros aspectos da história, cultura e sociedade local, ver Sanches (2002).

amplo, como também a atuação política destes envolvendo transformações da realidade da local. Estas questões contribuíram, principalmente, no sentido de revelar a complexidade da problemática privilegiada no contexto da pesquisa anteriormente proposta.



Mapa 1: Localização do bairro Vilinha e do município de Imperatriz, nos Contextos do estado do Maranhão e do país. Fonte: Instituto, 1997.

Como fundamento histórico-cultural, analisa-se neste trabalho os processos que têm engendrado os movimentos urbanos, que surgiram inicialmente na Europa como decorrência do capitalismo e, ao mesmo tempo, discutiu-se a participação política de atores sociais locais. Ainda, considera-se o envolvimento dos atores sociais que estão integrados à formação urbana, o que inclui lideranças antigas, bem como a influência que as associações de bairro e outros movimentos na luta por dias melhores têm, a exemplo do enfrentamento da violência e da desigualdade social (EDELMAN, 2003). Tem-se, nesses contextos, a urbanização crescente, o que foi abordado por Castells (2002), dentre outros autores; o mesmo tem sido posto por autores que estudam esse fenômeno na Amazônia.

Também, abordou-se o processo de formação histórica de Imperatriz, MA, onde situa-se o bairro da Vilinha, o *locus* da pesquisa realizada, bem como as tendências recentes dessa cidade, quanto à sua história, cultura, população, seus recursos naturais e potencial econômico. Assim, se está diante de uma cidade que tomou impulso a partir da

construção da Rodovia Belém-Brasília – BR 010, embora existisse enquanto ocupação urbana desde o século XIX. De acordo com Sanchez (2002), Imperatriz teve seus momentos de apogeu durante o domínio da economia extrativista de fins do século XIX e início do século XX, mas tornou-se famosa pela sua localização estratégica na pré-Amazônia, especialmente desde a construção dessa rodovia.

Desde então, essa cidade se constituiu em foco de migrações oriundas de outras regiões do país, o que transformou a sua paisagem – de uma urbanidade cabocla em um pólo socioeconômico regional, isso para além dos problemas sociais que preocupam seus habitantes e eventualmente as autoridades locais. Estes problemas surgem exatamente com a expansão desordenada de bairros em toda a periferia da cidade, na maioria das vezes através da ocupação, como é o caso da Vilinha. Mas, como é de se ressaltar, tal modalidade de expansão constitui-se em fenômeno bastante disseminado na Amazônia pós-1970 e de outras regiões do país e do mundo (RODRIGUES, 1988; SIMONIAN, 2002). Conseqüentemente, esse processo organizativo e mesmo os bairros em questão, são muito marcados por tensões, conflitos e violência e por uma desigualdade social acentuada.

Também, tais desdobramentos dificultam uma sofisticação desse processo de organização em âmbito local, embora nas esferas mais amplas como nas cidades grandes e nas metrópoles, ou mesmo no contexto internacional, o surgimento de redes – sociais e/ou digitais – tende a fortalecê-lo<sup>2</sup>. Nesta perspectiva e no entendimento de Warren (1996), nos anos iniciados em 1990, os movimentos sociais passam a se consolidar a partir dessas mesmas redes. Por certo, o surgimento dos fóruns sociais regionais e mundiais, o que se constitui em um fenômeno intrinsecamente globalizado, é sintomático das transformações quanto aos movimentos urbanos, que cada vez mais passam a incorporar as redes como estratégia organizativa.

Do ponto de vista da metodologia, trabalhar-se-á com levantamentos bibliográficos, documentais e de imagens, com observação participante, o que inclusive implicará em realização de entrevistas semiestruturadas, em aplicação de questionários e em produção de imagens. Além de uma experiência pessoal na Vilinha, em Imperatriz (MA),<sup>3</sup> autores como Edwards (1991), Malinowski (1967), Oliveira (1996) e Thompson (2000) estão dentre os

---

<sup>2</sup> A discussão em torno das experiências de redes sociais e/ou digitais perpassa muitos segmentos da academia, principalmente os que discutem questões que envolvem relações sociais (GRZYBOWSKI, 2001; WARREN, 1996).

<sup>3</sup> Antes de definir esse bairro como campo de pesquisa para esta dissertação, trabalhou-se como sacerdote da Igreja Católica local. Por certo, a opção não foi pela produção de uma biografia conforme a proposta metodológica que se depreende de Lima Filho (1993); e, apesar dessa experiência e de possíveis contaminações (DOUGLAS, 1966), buscou-se ser o mais objetivo possível.

que serviram de base para a produção de evidências para que se chegasse a uma caracterização e análise acerca da organização dos atores sociais e das lideranças do bairro desse bairro. Nesse sentido, a perspectiva metodológica pautou-se pela interdisciplinaridade, mas também por orientações provenientes de áreas específicas do conhecimento.

A pesquisa teve como base alguns documentos históricos importantes:

a) Algumas literaturas sobre a cidade de Imperatriz;

b) Os livros tombos de algumas paróquias e, principalmente, o da paróquia Sagrada Família do bairro da Vilinha, juntamente com um álbum de fotos antigas. Esses recursos tornaram-se instrumentos fundamentais para este trabalho.

c) Reportagens do Jornal O Progresso,<sup>4</sup> de 1999 a 2005, que são chamadas de fontes documentais; aliás, assim Thiolent (1988, p. 64) se manifesta: “[...] no que diz respeito às informações já existentes, diversas técnicas documentais permitem resgatar e analisar o conteúdo de arquivos ou de jornais”. Especificamente, tais fontes contribuíram para a análise da realidade política econômica e social de Imperatriz e do bairro da Vilinha.

d) O acesso ao Mapa Digital urbano de Imperatriz que foi cedido pela Prefeitura Municipal de Imperatriz – PMI, em 2004;

e) Pesquisas no IBGE local e nacional, através da Internet e também na Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, de Imperatriz.

f) A aplicação de formulários abertos (em anexo), pois como foi abordado, quase não se encontrou literatura suficiente sobre o tema em estudo.

Por isso, foi necessário recorrer à metodologia da história oral, método importante para conhecer comunidades e suas histórias. Segundo Thompson (2002, p. 47) “[...] o mundo é antigo, mas o futuro brota do passado”. Portanto, sua importância fundamental está em identificar as raízes antigas e repensar os valores históricos da comunidade.

Nestes termos, há de se investigar e mapear os atores sociais mais fundamentais quanto aos interesses da maioria, conhecer as raízes da história de um povo de uma comunidade. “Ela dá atenção especial aos ‘dominados’, e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais etc.) [...] [...] é inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma ‘história vista de baixo’” (FERREIRA, 1998, p. 4). Também, a aplicação de formulários abertos se constitui ao mesmo tempo em entrevistas, que não é somente uma simples conversa, mas um diálogo de amigos, “[...] tudo o que interessa é fazer o

---

<sup>4</sup> Esse é o mais antigo jornal da cidade de Imperatriz em circulação diária, e o terceiro do Maranhão. Foi fundado em 03 de maio de 1970, por José Matos Vieira e Jurivê de Macedo.

informante falar [...]” (THOMPSON, 2002, p. 271). Assim, a aproximação e o contato com os moradores dependem da empatia e da confiança, o que há de ser buscado de modo ético por parte do pesquisador.

No que diz respeito à organização dos capítulos, discute-se no Capítulo 2, o referencial teórico, que sustenta a análise dos dados produzidos em campo. Inicia-se essa discussão pela análise dos dados sobre a cidade, sua origem e como se formou no decorrer dos tempos. Então, trata-se dos processos de desenvolvimento urbano a partir da revolução industrial depois da crise do feudalismo e do desenvolvimento do capitalismo, quando as cidades se fortalecem. Trabalha-se, a seguir, a aceleração do processo de urbanização, bem como quanto aos problemas e conseqüências que ocorreram, principalmente na Europa.

Muitos autores são destacados nesse sentido, a começar pelos clássicos como Weber (1987), que em sua obra sobre a cidade fez um paralelo histórico definindo os grandes centros urbanos naquela época como “aglomeração”, tendo por base de sustentação a indústria e o comércio e não mais a agricultura. Ainda, Castells foi um dos pioneiros a estudar os movimentos sociais a partir da França, Espanha e Chile. Para ele, “[...] o movimento social urbano era um movimento que tinha origem em uma crise resultante da contradição entre o consumo e a produção; entre o capitalismo e a necessidade de reprodução da força de trabalho” (MACHADO, 2002, p. 33). Nesta linha de pensamento, importa que se considere Marx e Engels (1974), pois em sua obra ‘A Ideologia Alemã’ analisaram a cidade como um mercado, onde sua população constitui o “exército de reserva” que a burguesia necessita.

Também, se faz uma análise sobre a evolução das grandes cidades depois da revolução industrial e da modernidade com os seus problemas peculiares, como, por exemplo, o aumento da população mundial que hoje chega a um total de seis bilhões de habitantes em constante crescimento. Este fato é analisado a partir das conseqüências que trouxe a modernidade, como a desigualdade social que em vez de diminuir continua aumentando em todo o mundo, principalmente nos países emergentes. Diante disso, surgem modalidades diversas de movimentos sociais que atuam hoje nas cidades como modos de superação dos diferentes limites oriundos da urbanização e atuando na luta por melhoria das condições de vida da população.

Movimentos estes que atuam de modos diferenciados: alguns trabalham sob uma orientação democrática e participativa; outros, nem sempre contemplam a participação consciente e democrática. Vários outros autores contribuem para analisar esta discussão, como Leda Maria Vieira Machado que estudou por muitos anos o movimento urbano;

Eliene Jaques Rodrigues que descreve a realidade do movimento urbano na cidade de Belém; Maria Luiza de Souza que pesquisou o movimento urbano, a partir das camadas mais populares; Elenaldo Teixeira, pesquisador baiano que em sua pesquisa aborda a questão do “Local e o Global” enquanto espaço para ação de lideranças e atores sociais. Por último, este capítulo analisa o movimento urbano e sua atuação na Amazônia, analisando a formação de cidades desde o período colonial até hoje, observando os vários problemas e conseqüências decorrentes da urbanização e a consolidação das cidades na Amazônia.

No Capítulo 3, segue uma discussão acerca dos processos de crescimento das cidades e das tantas possibilidades de organização social, principalmente os ligados à emergência de lideranças e de outros atores sociais que se tem mobilizado nesses *loci*, em especial a partir dos bairros. Precisamente, discute-se o contexto histórico e cultural de Imperatriz que começa a se destacar no cenário nacional depois da construção da rodovia Belém-Brasília nos anos iniciados em 1960, e em particular da Vilinha. Pelo que se verá, este bairro surge em decorrência desta situação econômica e social que por sua vez se constitui em cenário para a intervenção de atores sociais diversos, de lideranças etc.

E, em seguida faz-se uma análise do contexto social, político e econômico em que surge o bairro da Vilinha a partir da década de 1970, com uma característica popular de todos os centros urbanos, que é a luta por um pedaço de terra para morar e trabalhar na cidade, através das várias opções que ela oferece. No caso de Imperatriz, observam-se os três primeiros ciclos que motivaram muita gente a vir trabalhar aqui na região. Foram os ciclos da agricultura, da pecuária e da madeira nos 1970-1980, que fizeram aumentar vertiginosamente a população de Imperatriz e a criação de vários bairros, como o da Vilinha e outros.

Na seqüência, apresenta-se relatos históricos de lideranças que acompanharam desde o primeiro momento, a formação do bairro e ainda as várias mediações políticas havidas. Nesse contexto, os tantos problemas enfrentados pelos moradores exigiram negociações envolvendo o poder público municipal e o federal, neste caso via Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, tendo também participado a organização popular através de associações, e grupos ligados à Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR e a missionários estrangeiros. Num segundo momento, discute-se a luta de grupos de moradores, das Igrejas e das associações pelas melhorias para o bairro, como a política da saúde, da educação, do saneamento básico, do emprego e da segurança pública.

No Capítulo 4, o movimento social e o associativismo na Vilinha e na contemporaneidade de Imperatriz, estão dentre as questões estudadas, a começar pela análise do associativismo no Brasil, como um processo que se fortaleceu a partir da redemocratização do país em 1980 e das ações populares no bairro. Em seguida, faz-se uma discussão sobre a atuação das Igrejas quanto ao trabalho do assistencialismo e, muitas vezes, da acomodação quanto ao enfrentamento da violência e orientação para o exercício da consciência cidadã. Também, muitos questionamentos foram feitos quanto às soluções ou saídas diante dos problemas da cidade e da urbanização e da consciência cidadã, conforme a orientação de Demo (2000) e depois de uma análise crítica quanto às formas de atuação de lideranças no bairro e quanto aos novos paradigmas da liderança na modernidade.

No Capítulo 5, faz-se uma análise sobre a relação que se estabelece entre as associações locais, ou seja, da Vilinha, e as outras instituições, como o poder público municipal, estadual e federal e, principalmente, quanto à atuação dos sindicatos, federações de trabalhadores e das igrejas católica e protestante. Revela-se que estas, na sua ação assistencialista e muitas vezes contraditória, tiveram um papel preponderante na consolidação do bairro. De todo modo, as evidências apontam para um desdobramento contraditório, precisamente, o da fragilização da organização social local.

Por fim, no Capítulo 6 ou discussão/conclusões, aborda-se as questões principais levantadas e analisadas nesta dissertação, quais sejam, as lideranças e seus modos de organização, enfim, o movimento social da Vilinha. Nesta perspectiva, destacam-se alguns pontos importantes como a participação da mulher no movimento associativista e na organização política do bairro e, também, a estratégia comunitária do trabalho das Igrejas, embora voltado para o assistencialismo centrado no indivíduo. Desse modo, perde-se a oportunidade de se contribuir no sentido de uma participação popular crítica, o que se pode traduzir por exercício pleno da cidadania.

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS – PERSPECTIVAS CONCEITUAIS

Ante a crise persistente do capitalismo mundial em sua versão neoliberal, a questão dos movimentos sociais emerge como das mais importantes na atualidade. Esta importância se sobressai nos contextos urbanos, pois é na cidade que vive cerca de 50% da população mundial (INOGUCHI, NEWMAN, PAOLETTO, 1999), embora nas regiões mais densamente povoadas, este percentual chegue a 60% e 80%. Também, essa realidade é encontrada na Amazônia brasileira, em especial a partir dos anos iniciados em 1970, ocasião em que a concentração populacional nas cidades dissemina-se inclusive envolvendo processos socioeconômicos violentos e destrutivos de natureza ambiental.

### 2.1 A CIDADE E O MOVIMENTO URBANO DESDE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

Historicamente, percebe-se que a cidade é um espaço construído depois da revolução agrícola do neolítico e que servia como político, religioso, comercial e de armazenagem. Para Oliveira (1966, p. 65), “A humanidade inicia o caminho da urbanização a partir do momento em que o homem paleolítico abandona a caverna e inicia, com suas próprias mãos, a construção de seus abrigos”. E, conforme Arruda e Pilletti (2002, p. 11), “[...] essa mudança estava relacionada ao desenvolvimento de novas formas de produção – agricultura, criação de gado, artesanato – e processou-se em duas direções: no sentido de ampliar a posse e a propriedade individual dos bens e no sentido da transformação das antigas relações familiares”. Então, as cidades surgem pelo avanço do trabalho na agricultura.

Precisamente, a produção vai aumentando, precisa-se de local adequado para o armazenamento e de melhores condições para uma melhor acomodação dos seres humanos e de sua família. É neste sentido que Childe menciona que isso foi uma revolução que:

[...] transformou pequenas aldeias de agricultores auto-suficientes em cidades populosas. Passa-nos a nítida impressão de que, após organizar-se sedentariamente como agricultor, atingindo a auto-suficiência e administrando o excedente, o passo seguinte torna-se natural e de fato ocorre: a urbanização (A REVOLUÇÃO, 2002, p. 10).

No Egito e na Mesopotâmia (atual Iraque), portanto, havia condições altamente favoráveis à agricultura, condições estas, entretanto, que precisavam ser aproveitadas através de um trabalho sistemático, organizado e de grande envergadura. Talvez, por isso é que a urbanização tenha se desenvolvido antes aí e não na Palestina, Síria ou Irã.

Precisamente, ao necessitar de matérias-primas que não eram encontradas em seu território, os governantes das primeiras cidades expandem os seus tentáculos. Através dos contatos propiciados pelo comércio, vemos vários povos, vizinhos aos sumérios e aos egípcios, transformando aldeias em cidades. Segundo Campos, “[...] a junção de várias famílias deu origem às aldeias, que chegaram a ter em média 25 casas” (CAMPOS, 1989, p. 17). Isso ocorre na Síria, na Assíria, no Irã, na Palestina, em Creta e, depois, cada vez mais longe. Também, nas Américas registraram-se grandes centros urbanos, como:

Os maias e os astecas que tiveram grandes comunidades urbanas. Tical, cidade maia na Guatemala teve 3 mil construções; Dzibilchaltun, cidade maia em Iucatão, teve mais de 1500 construções e Teotihuacán (atualmente cidade do México) chegou a ter cem mil habitantes. Mesmo na América Andina, os incas viveram em *habitat* concentrado, que podemos considerar como urbano, dada a grande divisão do trabalho que havia aí (SPOSITO, 2002, p. 19)

Uma característica importante como afirma Sposito é que as cidades neste tempo antigo, era dividida em propriedades individuais em contraposição ao campo, onde as terras eram administradas em comum. Vivia-se no campo um regime mais agrícola e comunitário sem a grande especulação dos aglomerados urbanos.

Outro aspecto importante a ressaltar-se é o avanço das cidades no mundo antigo que se dá a partir da expansão do Império Romano que:

[...] estendeu-se para a Europa Ocidental, permitindo o desenvolvimento urbano em regiões habitadas por “bárbaros”. No noroeste europeu, ao norte dos Alpes, as primeiras cidades fundadas tanto no vale do Reno (hoje Alemanha), como na Britânia (hoje, Inglaterra) e Gália (hoje, França e Bélgica) são romanas. (SPOSITO, 2002, p. 22).

Nota-se, aí, portanto toda a força que o poder romano exercia com seu exército forte e saga dos seus generais, conquistando os bárbaros que já começavam a organizar as cidades e que serviu de base para toda esta expansão. Naquele tempo, a própria cidade de Roma tornou-se um grande centro urbano atingindo um grande número de habitantes e atraindo muitos povos e nações:

[...] no seu apogeu Roma atingiu mais ou menos dois mil hectares, abrangendo até o século II d.C. de setecentos mil a um milhão de

habitantes. Viviam em *domus* – casas individuais de dois andares, ou em *insulae* – construções coletivas de muitos andares; os térreos eram destinados a lojas ou habitações dos nobres, e os superiores para as classes médias e inferiores. O conjunto de ruas de Roma era deficiente, por serem elas estreitas e tortuosas. Não havia iluminação pública nem coleta de lixo apesar do contingente populacional ali concentrado. [...] A rede de esgotos começou a ser implantada no século IV a.C., mas só recolhia as descargas dos edifícios públicos e das de alguns *domus*; o restante dos refugos era descarregado em poços negros, ou diretamente das janelas dos andares superiores dos *insulae* (SPOSITO, 2002, p. 23).

Observa-se que muitos foram os avanços ocorridos na antiguidade quanto ao surgimento das primeiras cidades e, ao mesmo tempo, das várias modalidades de consolidação destas em relação à organização do poder político, econômico e religioso e, também, quanto aos modos de administrar.

Entretanto, com a derrota do Império romano, no século V, houve um grande retrocesso na organização destas cidades, exatamente pela desarticulação das redes urbanas que resultou na redução do tamanho e do desaparecimento de muitas cidades. A partir do século VI, esta crise se intensifica mais com a expansão islâmica no século VII, com o que se dá através do controle de toda a atividade econômica e da navegação:

O bloqueio da navegação mediterrânica determinou o fim da atividade comercial e, portanto, dos mercadores, provocando o declínio deste papel econômico das cidades européias, e imprimindo, de vez, o caráter agrícola à Europa Ocidental, permitindo a definição, de fato, do modo de produção feudal (SPOSITO, 2002, p. 27).

Durante o Feudalismo, as cidades tomam outras formas, pois eram pequenas e muradas. A principal característica do modo de produção econômica era a agricultura, onde a terra era a única fonte de subsistência e de condição de riqueza.

No século XV, quando a burguesia mercantil supera a aristocracia feudal ao diminuir-lhes os poderes e eliminando as barreiras regionais ao comércio e com o forte avanço do mercantilismo, começam surgir cidades na Europa. Paris, Viena, Madri, Berlim, dentre outras. Por sua vez, estas foram embelezadas, ampliadas e adaptadas para ser capitais administrativas e constituíram-se em centros do poder para reproduzir de maneira ampliada o avanço do mercantilismo. E, antes de aprofundar mais o fenômeno da urbanização, faz-se necessário discutir o que é a cidade afinal, e qual a sua relação com a revolução industrial e ao mesmo tempo analisar as conseqüências da urbanização como crescente aumento das cidades.

Por sua vez, os termos cidade, cidadão e cidadania foram, historicamente, ganhando o mesmo sentido. E, pôde-se identificar três momentos dessa evolução. Antes de tudo, na

antiguidade clássica, cidadania tem a ver com a condição de *civitas*, pela qual os seres humanos, vivendo em aglomerados urbanos, contraem relações fundadas em direitos e deveres mutuamente respeitados. Posteriormente, à condição de *civitas* somou-se a de *polis*, ou seja, o direito de os moradores das cidades participarem nos negócios públicos.

A cidade moderna surge a partir da crise do feudalismo onde a economia era baseada na agricultura e na valorização da terra; e da Revolução Industrial que aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo, a fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância do capital mercantil sobre a produção. E, no decorrer do século XIX, a condição de cidadania é expandida com a inclusão de direitos de proteção do morador da cidade, contra o arbítrio do Estado. No final desse mesmo século e no início do século XX, também, a condição de cidadão expressava os direitos relacionados à proteção social, que inicialmente se vinculou aos riscos do trabalho assalariado, a exemplo do desemprego, acidente de trabalho etc. E foi apenas à *posteriori* que tais direitos foram estendidos ao âmbito da cidadania.

No que se refere à industrialização, a identificação de três momentos pode ajudar a melhor compreender esse processo:

a) O período de 1760 a 1850 – A Revolução se restringe à Inglaterra, a "oficina do mundo". Prepondera a produção de bens de consumo, especialmente têxteis, e a energia a vapor.

b) Período de 1850 a 1900 – A Revolução espalha-se por Europa, América e Ásia: Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão, Rússia. Cresce a concorrência, a indústria de bens de produção se desenvolve, as ferrovias se expandem; surgem novas formas de energia, como a hidrelétrica e a derivada do petróleo. Também, revoluciona-se o transporte com a invenção da locomotiva e do barco a vapor. Tudo isto acontece conforme certas condições como a concentração dos trabalhadores em fábricas e a radical transformação no caráter do trabalho em dois momentos: de um lado, o capital e os meios de produção (instalações, máquinas, matéria-prima) e de outro, o trabalho. A partir de então, os operários passaram a assalariados dos capitalistas (donos do capital).

c) De 1900 até hoje – Surgem conglomerados industriais e multinacionais. A produção se automatiza; surge a produção em série; e explode a sociedade de consumo, com a disseminação dos meios de comunicação, o avanço da indústria química e eletrônica, a engenharia genética, e a robótica. Portanto, as cidades, com um modo melhor de organização, surgem a partir da 'revolução industrial' (1750-1830). Isso foi possível em face do conjunto de transformações econômico-sociais e tecnológicas iniciados na

Inglaterra, onde se começou por primeiro o desenvolvimento pleno do capitalismo industrial. Mudanças estas provocadas pelo aparecimento da máquina a vapor e o fortalecimento das indústrias, pela eletricidade, o telégrafo e depois o telefone etc.

A fundação da cidade expressa a subversão da ordem feudal, na qual o camponês estava atrelado ao proprietário da terra por laços de subordinação pessoal. Por esse motivo, essa sociedade era caracterizada pela segregação dos seres humanos em estratos sociais hierarquizados. Para Weber (1987), a cidade é a pré-condição da existência do capitalismo e pressuposto de seu desenvolvimento. E este autor chega a afirmar que uma das razões de o capitalismo não ter se desenvolvido no Oriente, foi justo a ausência das cidades definidas de acordo com seu modelo. O conceito weberiano quanto à existência da cidade implica a existência de uma comunidade com alto grau de autonomia, tanto nas esferas objetiva (mercado, exército, tribunal etc.) como na subjetiva, e quanto a um "conjunto de lealdades". Ainda para o mesmo, é na cidade que os seres humanos se emancipam material e moralmente.

No entendimento de Marx e de Engels (1984, p. 62), a cidade é antes de tudo um mercado, pois nela contém "[...] a população exigida pelo aparelho produtivo e o 'exército de reserva' que a burguesia requer a fim de comprimir os salários e dispor de um 'volante' de mão de obra. Mercado de bens e de dinheiro (capitais), a cidade também se torna o mercado de trabalho (mão-de-obra)". E, se a cidade industrial capitalista representa o encontro de indivíduos que compartilham uma situação de libertação do sistema feudal, para Marx e Engels ela expressa as condições mais essenciais de alienação dos seres humanos. E, o mesmo afirmou que a economia urbana requer um processo prévio de divisão social do trabalho.

No caso das cidades européias da Idade Moderna, isto significou o desenvolvimento de novo padrão de exploração, que substituiu o sistema estamental pelo de classes sociais. E, se a cidade industrial capitalista representa o encontro de indivíduos que compartilham uma situação de libertação do sistema feudal, para Marx e Engels (1984) ela expressa as condições mais fundamentais de alienação da humanidade. Apesar das muitas divergências nas abordagens de Marx, Engels (1984) e Weber (1987, 1982), importa assinalar que esses autores analisaram a cidade e mostraram que, na tradição ocidental, a cidade constitui-se em ponto de convergência de processos os mais diversos.

Ainda, para tais autores, tanto a complexidade material da cidade aparece, como a problemática do fazer de natureza política dos cidadãos. Eles mostram, como se vê em Cardoso (1975, p. 135), que historicamente "[...] cidade e política nasceram, na tradição

ocidental, como conceitos e realidades inter-relacionadas. De resto, etimologicamente as ligações são claras: civitas e polis são as raízes em distintos idiomas para expressar, ao mesmo tempo, um modo de habitar e uma forma de participar: civismo e política". Nestes termos, desde o surgimento do mundo urbano, o mesmo esteve intimamente associado ao fazer político dos seres humanos.

### **2.1.1 A cidade e o processo de urbanização**

O termo urbanismo vem do latim "urbes", cidade. E urbanização, portanto, identifica o processo pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural; assim, não se trata de mero crescimento das cidades, mas de um fenômeno de concentração urbana. A urbanização da humanidade é um fenômeno moderno da sociedade industrializada, fruto mesmo da revolução industrial. Ao nos referirmos às cidades logo visualizamos os grandes centros em que se aglomeram fábricas e serviços, atividades necessariamente desvinculadas do produto natural da terra, este, ao contrário, objetivo principal das atividades do campo.

A discutir-se mais, Silva (1997, p. 21) trata a questão do urbanismo como fato social:

Como fato social o urbanismo expressa o fenômeno do crescimento da "urbis" ou da cidade. A atração que as cidades promovem sobre as populações originariamente rurais e o conseqüente aumento contínuo da população nos centros urbanos está na base da urbanização, conforme conceituamos anteriormente.

O urbanismo é, em suma, elemento de importante transformação das cidades, promovido através de atividades próprias, destinadas a aplicar seus princípios e realizar seus fins. A Organização das Nações Unidas – ONU define população urbana como a que reside em localidades com pelo menos 2.000 habitantes. A conceituar-se melhor o que significa a urbanização, pode-se afirmar que:

A urbanização resulta fundamentalmente da transferência de pessoas do meio rural (campo) para o meio urbano (cidade). Assim, a idéia de urbanização está intimamente associada à concentração de muitas pessoas em um espaço restrito (a cidade) e na substituição das atividades primárias (agropecuária) por atividades secundárias (indústrias) e terciárias (serviços). Entretanto, por se tratar de um processo, costuma-se conceituar urbanização como sendo "o aumento da população urbana em relação à população rural", e nesse sentido só ocorre urbanização quando o percentual de aumento da população urbana é superior a da população

rural (URBANIZAÇÃO, 2003, p. 12).

Ainda, observa-se o crescente aumento das cidades com a expansão da urbanização que gerou vários conflitos sociais. As cidades se desenvolvem nos dias de hoje levando em consideração não só a questão do território como principalmente face ao trinômio moradia/trabalho/ consumo dentro de uma economia capitalista existente nos países em grande parte do globo.

Uma das conseqüências da Revolução Industrial foi exatamente o desenvolvimento urbano, tendo como base o desenvolvimento do capitalismo industrial que veio revolucionar toda a realidade urbana e a organização das cidades.

Castells sugere que ao invés de se falar de *urbanização*, que se fale de *produção social das formas espaciais*, na perspectiva de apreender “as relações entre o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade”. Assim não devemos apenas enxergar na urbanização que se dá via industrialização, uma acentuação da proporção de pessoas vivendo em cidades. Devemos analisá-la no contexto da passagem da predominância da produção artesanal para a predominância da produção industrial [...] ou seja, da passagem do capitalismo comercial e bancário para o capitalismo industrial ou concorrencial (CASTELLS, apud SPOSITO 2002, p. 50).

Nesse novo contexto, as cidades mudam efetivamente, recebendo novas orientações e reflexos e ao mesmo tempo se adaptam a partir destas novas possibilidades de produção, como afirma Lefèbvre (apud SPOSITO 2002 p. 51): “[...] rapidamente, as indústrias aproximaram destas cidades, transformaram o seu caráter, adaptando-o às novas necessidades”. A industrialização produziu impactos diversos sobre a realidade urbana, como se observou na Idade Média, sendo que presentemente este fenômeno se torna cada vez mais complexo.

Este processo, apesar de ser propagado como uma saída para o mundo (transformado pela indústria e pela tecnologia), torna-se ao mesmo tempo um processo contraditório. Ao acentuar e propagar o papel produtivo das cidades, a exemplo da geração de emprego e renda, as transforma a partir de suas próprias necessidades, criando situações desiguais e desumanas, principalmente, no tocante a realidade urbana e às suas formas de organização. Nesta direção, Max Weber (1972, p. 17) revela que: “Se procurássemos uma definição meramente econômica sobre a cidade, seria uma aglomeração cuja maior parte dos habitantes vive da indústria e do comércio e não da agricultura”.

Também, Singer propôs que a cidade surgiu em volta do mercado e que realmente, a sua origem não se explica fundamentalmente só pelo lado econômico, mas também pelo social e pelo político:

A constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção. Ambos os aspectos do fato urbano são analiticamente separáveis, mas, na realidade, soem ser intrinsecamente interligados. A cidade, antes de mais nada, concentra gente num ponto de espaço. Parte desta gente é constituída por soldados, que representam ponderável potência militar face à população rural esparsamente distribuída pelo território. Além de poder reunir maior número de combatentes, a cidade aumenta sua eficiência profissionalizando-os. Deste modo, a cidade proporciona à classe dominante a possibilidade de ampliar territorialmente seu domínio, até encontrar pela frente um poder armado equivalente, isto é, a esfera de dominação de outra cidade. Assim, a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política (SINGER, apud SPOSITO, 2002, p. 17-18).

Além destes aspectos citados por Weber e Singer, um aspecto importante na constituição das cidades é a atuação do poder religioso que estava ligado com o poder dominante. Isso é muito patente quando a história nos mostra que a invasão islâmica na Europa a partir do século VII trouxe muitas conseqüências na expansão das cidades, conforme já reportado.

## 2.2 A EVOLUÇÃO MUNDIAL DAS GRANDES CIDADES DEPOIS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A MODERNIDADE

A época moderna inicia-se com o término da Idade Média, fixada de 1453, com a queda de Constantinopla, até o advento da Revolução Francesa em 1789, dando início à época contemporânea. A Época Moderna tem como característica principal o rompimento com as tradições seculares. Se antes havia uma resistência às mudanças, a partir deste período o novo é relevado. Tem-se a irrupção de novidades radicais e a desobrigação da transmissão dos valores tradicionais.

Entre os principais jargões da modernidade podemos destacar a transformação do mundo, tendo como fim o desaparecimento das tradições, o progresso técnico, a renovação, as reformas, a fluidez, o abrir espaços, a circulação, o ligar longas distâncias, o crescimento rápido, o desenvolvimento acelerado, enfim, o novo espírito propulsor da humanidade passa a ser a tradição do novo. O moderno identifica-se também com a industrialização, a urbanização e o progresso regados pelos valores econômicos e utilizando-se de novas

tecnologias, cujas técnicas modernas são paulatinamente acolhidas com facilidade e estão num contínuo processo de mudança (SAKAMOTO, 2002). Entre as rupturas deste período, salienta-se o desapego à religião de modo a criar conceitos novos para explicar a natureza através de idéias racionais e/ou experimentos e, assim, a emancipação de várias áreas do saber (SAKAMOTO, 2002). E, desse modo, a ciência, a política, as artes e os indivíduos não serão os mesmos.

A pensar-se na época contemporânea, a partir de 1789 e, salvo alguns retrocessos provocados por correntes conservadoras, chega-se ao final do século XIX impregnados pela noção do moderno e do progresso, conceitos esses defendidos por várias instâncias do conhecimento. Os seres humanos, neste período, saem do campo para as grandes cidades, atraídos pela concentração de riquezas, pela indústria emergente com a Revolução Industrial e pelos serviços essenciais. E, neste contexto tiveram que se submeter à várias situações como um número alto de horas trabalhadas por dia, baixos salários, as paradas na produção que gerava o desemprego de muitos (SAKAMOTO, 2002). Por isso, segundo os relatos históricos muitos trabalhadores se revoltavam: uns se entregavam ao alcoolismo e outros se revoltavam contra as próprias empresas e máquinas destruindo-as.

Outra realidade complexa era a dos camponeses e artesãos que ficavam excluídos. Esta situação motivou mais tarde as primeiras organizações e movimentos urbanos que será objeto de estudo no próximo capítulo. Diante deste quadro, os habitantes da cidade abandonam suas raízes culturais e não dominam o ambiente em que se vêm inseridos. Este deslocamento populacional implica em ruptura com a tradição e a memória, o que influencia a visão de mundo dos habitantes da *urbis*. E, surgem cidades grandes, como mostra o Quadro 1 abaixo.

**Quadro 1: Evolução das cidades e do n. de habitantes desde 1800**

Ano	1.1 CIDADES E HABITANTES
1800	Existia 20 cidades no mundo com + de 100 mil pessoas.
1850	Já existiam quatro cidades com 1 milhão com 1 de habitantes.
1900	Existiam 19 cidades com + de 1 milhão de habitantes.
1950-1960	Existiam 141 cidades com + de um milhão de habitantes, sendo três delas com + de 3 milhões.
2000	Existiam dez cidades com + de 10 milhões de habitantes: Tóquio (27,2 milhões), cidade do México (16,9), São Paulo (16,7), Nova Iorque (16,3), Mumbai (15,7), Xangai (13,6), Buenos Aires (11,9), Seul (11,7) Jacarta (11,5) Lagos (10,8) (3 na América Ibérica, 1 na América no Norte, 5 na Ásia e 1 na África).

Fonte: Ferrari, apud Monteiro, 2004, p. 24.

A população mundial, que já atingiu a cifra de seis bilhões de habitantes, continua crescendo, embora de modo cada vez mais desacelerado. Esse crescimento, no entanto, não é homogêneo. Em primeiro lugar, os países de economias menos desenvolvidas são os que mais contribuem para o acréscimo de pessoas, uma vez que neles o crescimento vegetativo da população é maior. Por outro lado, percebe-se que a urbanização é um fenômeno cada vez mais generalizado no mundo. Como posto por Zuquim (2002, p. 2), “Em 1960, a população urbana representava 34% da população mundial; em 1992, esse percentual saltou para 44% e estima-se que em 2025, 61,01% de toda a população mundial viva nas cidades”. E, com o crescimento e o fortalecimento das cidades e o crescimento da urbanização há a concentração dos fatores de produção.

Nelas, se produz e reproduz o capital, como também as relações sociais, e conseqüentemente são centros permanentes de conflitos sociais. As cidades medievais, por exemplo, eram os espaços de mais alta insalubridade, devido o avanço da indústria e o processo de concentração acelerada da população, o que gerou uma situação insuportável. Surgiram muitas doenças e epidemias como a peste negra. “As taxas de mortalidade na Europa Ocidental eram da ordem de 30% no começo do século XIX, e ainda de 18% em 1900” (SPOSITO 2002, p. 49). Londres, por exemplo, chegou a um milhão de habitantes em 1800, o progresso deslocou-se para o norte; centros como Manchester abrigava massas de trabalhadores em condições miseráveis.

Os artesãos, acostumados a controlar o ritmo de seu trabalho, agora tinham de submeter-se à disciplina da fábrica. Eles passaram a sofrer a concorrência das mulheres e

das crianças. Na indústria têxtil de algodão, as mulheres formavam mais da metade da massa trabalhadora e as crianças começavam a trabalhar aos seis anos de idade. E não havia garantia contra acidente nem indenização ou pagamento de dias parados neste caso. Outro problema sério provocado pelo aumento das cidades e o avanço da urbanização foi a problemática da insalubridade.

Diante desta situação, Engels nos seus escritos sobre o problema da habitação, descreve um pouco da situação crítica que ainda hoje observamos em nossas cidades e bairros superpopulosos:

As ciências naturais modernas demonstram que os chamados “bairros insalubres”, onde se amontoam operários, constituem focos de origem das epidemias que periodicamente invadem nossas cidades. O Cólera, o tifo, a febre tifóide, a varíola e outras moléstias devastadoras esparzem os seus germes no ar pestilento e nas águas contaminadas desses bairros operários. Quase nunca desaparecem aí, se desenvolvem em forma de epidemias, cada vez que as circunstâncias lhes são propícias. Essas epidemias se estendem então aos bairros mais arejados e mais salubres em que residem os senhores capitalistas. A classe capitalista dominante não pode permitir-se impunemente o prazer de favorecer as enfermidades epidêmicas no seio da classe operária, pois sofreria ela mesma as conseqüências, já que o anjo exterminador é tão implacável com os capitalistas como com os operários [...] (ENGELS, apud MONTEIRO 2004, p. 20-21).

Por isso, buscando um ambiente menos insalubre é que a família real aqui no Brasil refugiava-se em Petrópolis, fugindo dos mosquitos e doenças da capital do Império. Mas, diante desse quadro de insalubridade e doenças, as cidades na Europa, durante o período da idade média, passaram por uma grande transformação, através do planejamento urbano, com novos formatos e com o desenvolvimento de uma melhor infra-estrutura.

No Brasil, o crescimento do número de pessoas que vive nas cidades pode ser explicado, principalmente, pelo êxodo rural. No mais das vezes, este resulta do processo de mecanização agrícola, por problemas como a concentração fundiária, pela falta da reforma agrária e pela perspectiva de melhoria das condições de vida nas cidades. Nas economias mais desenvolvidas, esse processo vinha acontecendo desde o século XIX e já está estabilizado.

Ainda, é possível pensar que o crescimento urbano, nos dias atuais, seja um fenômeno característico de países mais pobres.

No Brasil, as bases da industrialização foram lançadas na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, e a consolidação do processo deu-se nas décadas de 1950 e 1960. Desse modo, desencadeou-

se um quadro de modernização de toda a economia, que elevou as cidades à posição central na vida brasileira” (ZUQUIM, 2002, p. 2).

Por outro lado, a modernização também atingiu as atividades agrárias, gerando desemprego e miséria nas zonas rurais, o que levou um grande contingente populacional do campo em direção às cidades. Esse período foi marcado por intensas migrações, tanto no sentido do campo para as cidades, como, num quadro mais amplo, dos estados e regiões de economia agrária para o Sudeste industrializado.

Este processo de modernização não levou, até os dias de hoje, à superação da pobreza e das desigualdades sociais. A grande cidade com seu crescimento desordenado, e na maioria dos casos sem planejamento, carrega consigo a contradição de construir destruindo. O descaso, a corrupção e a falta de cultura em planejar de parte dos governantes acarretam o caos urbano, que é uma das características da cidade moderna, ornamentado pela técnica e uma espécie de vaidade compulsiva de especialistas, muitas vezes, sem visão que defendem o progresso a qualquer preço. Surgem dessa maneira, problemas comuns a todos os grandes centros que já fazem parte da história recente. As cidades mais atingidas por este caos são as grandes metrópoles dos países em vias de desenvolvimento.

A modernização aprofundou as desigualdades já existentes, geradas num passado distante, pois esteve apoiada numa maior concentração de rendas. Apesar da expansão das camadas médias, que apresentam um bom poder aquisitivo e contribuíram para a expansão do mercado consumidor, a diferença de rendimentos entre ricos e pobres é hoje muito maior. Isto, é bem verdade, vem ocorrendo desde o início do processo de modernização.

O Brasil chegou ao século XXI tendo 2,3 milhões de domicílios em mais de 16 mil favelas (70% desses domicílios estão localizados nos 32 maiores municípios do País – aqueles com mais de 500 mil habitantes), conforme dados do Perfil dos Municípios Brasileiros indicado pelo IBGE em 2003. A cidade de São Paulo concentra 378 mil domicílios em favelas (16% do total do País), sendo que a Região Sudeste como um todo reúne 59% das submoradias brasileiras (FIORILLO, 2004, p. 3).

A Fundação Getúlio Vargas – FGV divulgou, em setembro de 2003, um “ranking” de miserabilidade das cidades brasileiras com base no Censo 2000, onde detectou dez cidades do país que se destacam devido ao número maior de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza:

Das 10 cidades com maior proporção de miseráveis, cinco ficam no Maranhão, três no Piauí, uma no Amazonas e uma no Acre (Centro do

Guilherme, Jordão, Belágua, Pauni, Santo Amaro do Maranhão, Guaribas, Novo Santo Antonio, Matões do Norte, Manari e Milton Brandão). Segundo a FGV, no Brasil havia em 2000 o número impressionante de 50 milhões de miseráveis (miserável entendido como aquele que não ganha o suficiente para consumir as 2.280 calorias diárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, estando abaixo da linha de miséria aqueles que têm renda de menos de R\$ 80,00 no Brasil) (FIORILLO, 2004, p. 5).

A Revista Veja confirmou essa realidade, ao publicar que atualmente o estado do Maranhão tem o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e a renda *per capita* mais baixa do Brasil. Precisamente, “[...] metade da população não tem água encanada ou esgoto e vive abaixo da linha da pobreza” (JUNIOR, 2005, p. 40). Aliás, essa é uma realidade em muito representativa de grande parte da situação urbana no Brasil, onde o campo está esvaziando e a população se concentrando cada vez mais nas cidades.

Nesta perspectiva, há uma carência quanto ao planejamento e aos recursos disponibilizados, sendo que estes muitas vezes são desviados para favorecer grupos específicos, em detrimento dos interesses da sociedade mais ampla. Portanto, é nesse contexto permeado por contradições diversas que as classes ou os segmentos sociais investem em mobilizações e/ou organizações em busca de soluções para questões que os limitam no cotidiano e em termos de perspectiva de vida futura. Nestes termos, impõe-se uma discussão sobre os movimentos sociais urbanos.

### 2.3 O MOVIMENTO URBANO E SUA ATUAÇÃO NA SOCIEDADE

A problemática dos movimentos sociais em contextos urbanos é da maior complexidade, mas quanto à Imperatriz pouco se encontra em termos de literatura especializada. E, o mesmo pode ser dito quanto à organização urbana do bairro Vilha. Mas, como fundamento teórico convém analisar a situação histórica dos movimentos urbanos que surgiram na Europa, a partir do desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, da origem das cidades depois da Idade média com o crescente fenômeno da urbanização.

Inicialmente, a análise de Castells pode fundamentar o estudo dos movimentos sociais, pois foi um dos pioneiros dos estudos feitos sobre os mesmos, especialmente na França, Espanha e Chile. Para ele, “[...] o movimento social urbano era um movimento que tinha origem em uma crise resultante da contradição entre o consumo e a produção; entre o

capitalismo e a necessidade de reprodução da força de trabalho” (MACHADO, 2002, p. 33). Neste sentido, Castells critica a atuação dos movimentos sociais quanto à transformação da sociedade em termos qualitativos, pois, muitas vezes são considerados como movimentos de protestos e não como movimentos sociais plenos.

Esta teoria foi criticada por muitos, pois hoje, devido o amadurecimento da democracia e da participação popular, os movimentos urbanos e sociais têm conseguido conquistar elementos essenciais para a mudança da qualidade de vida. Pickvance (apud MACHADO, 1995) criticou a orientação européia de como Castells classificou os movimentos sociais, esquecendo a contextualização de cada país ou região. Assim, de acordo com Machado (1995, p. 49), ele definiu os movimentos a partir de cinco categorias contextuais: “[...] condições de urbanização; ação estatal; contexto político; desenvolvimento da classe média; e condições econômicas e sociais gerais”. A partir desse processo, uma classificação nova de movimentos urbanos pode ser construída, tais como: movimentos sobre problemas urbanos, como os que tratam da infra-estrutura, da organização política etc.

Só depois com a crise urbana resultante das transformações do capitalismo é que essas associações vêm se fortalecendo em grupos maiores, como Federações etc. De agora em diante, “[...] as necessidades sociais não são unidades biológicas, mas se definem historicamente, aumentando e transformando-se à medida que se desenvolvem as forças produtivas e a partir da correlação de forças entre as classes sociais” (CASTELLS, 1980, p. 22). Compreende-se, portanto, que a associação há de surgir a partir de uma decisão livre da comunidade para que possa responder as suas necessidades e a crise social política e econômica na qual está inserida.

Ultimamente, alguns autores estão a definir os movimentos sociais urbanos a partir do terceiro mundo e também de suas crises, salientando que eles podem transformar ou reformar a sociedade, o que seria uma saída ou emancipação para as populações de baixa renda. Nestes termos, Schurman e Naerssen (MACHADO, 1995, p. 56) entendem que:

Os movimentos urbanos, então, têm como objetivo básico a melhoria da qualidade do consumo individual e coletivo, dentro de espaços locais e marginalizados. Assim sendo, achamos que uma definição adequada de movimentos sociais urbanos é a seguinte: uma organização social com uma identidade territorial, que luta pela emancipação por meio da ação coletiva.

Esta ação coletiva, segundo o autor vai depender dos atores sociais, observando-se os seus interesses e os interesses estruturais e, ao mesmo tempo, caracterizar quais os interesses

que defendem os atores sociais e quais aqueles que se opõem. A participação não é uma questão do pobre, do miserável, ou do marginal; é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a contribuir para com as decisões de desrespeito às suas condições básicas de existência.

Ainda a respeito, a ONU definiu em 1956, a relação comunidade e desenvolvimento, como o processo pelo qual o povo participa do planejamento e da realização de programas destinados a elevar o padrão de vida. Por certo, os fóruns sociais globais ou mundiais que vêm ultimamente sendo realizados inserem-se nessa perspectiva, mesmo que de modo tardio. E, numa conexão com a problemática da cidadania, Grzybowski (2001) assinala a formação de redes globais acerca dessa questão. Neste ponto é de se lembrar que as mobilizações têm sido freqüentes e em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais, embora como posto a pouco por Simonian (2005b), tais esforços dificilmente se traduzem em políticas e ações que beneficiem as maiorias sociais.

Como resultado do crescente êxodo rural e, conseqüentemente, com a crise urbana, tem-se o fortalecimento das associações de moradores e outros movimentos que têm sido importantes no desenvolvimento dos bairros. Segundo a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE (1984, p. 217), a associação de moradores é: “[...] uma entidade criada e dirigida pelos moradores de uma mesma localidade que, de maneira livre e consciente, decidem enfrentar os problemas ali existentes conjunta e organizadamente”. Também, observa-se as fragilidades do processo de organização que impede o avanço da organização comunitária.

E, na tentativa de contribuir com esta questão, essa mesma Federação apresenta algumas sugestões quanto à criação de uma associação de moradores:

a) a iniciativa de criação de uma associação de moradores deve estar vinculada a uma determinada luta que atraia o interesse da maioria da população; b) é necessário conversar muito sobre o que é uma associação de moradores; a cada reunião, esse assunto deve ser debatido para esclarecer e motivar a população; c) deve-se promover uma reunião ampla com o fim específico de discutir o que é uma associação, sua finalidade [...] deve-se escolher uma comissão provisória [...]; d) A comissão provisória escreve os estatutos [...] falando da finalidade da associação [...]; e) a comissão provisória também providenciará o livro de Atas [...]; f) a comissão provisória convoca a assembléia geral de fundação a partir da distribuição de edital de convocação (SOUZA, 2000, p. 218).

Diante desta situação, tem-se observado a fragilidade de lideranças e do próprio processo de organização, o que impede o avanço do comunitarismo.

Note-se, ainda, que muitas dessas fragilidades e limites dos movimentos sociais hoje se expressam em várias tendências:

a) ao corporativismo ou a manifestações de determinados grupos sociais que passam a constituir suas lutas isoladas em si mesmo, tentando retirar dos Estados e das verbas públicas o máximo proveito, sem levar em consideração a situação do povo e bem de comum de todos;

b) a tendência populista, que coloca todas as camadas sociais no mesmo barco, desconhecendo os problemas mais fundamentais da classe, como as suas contradições;

c) a tendência de algumas lideranças populares ligadas a movimentos sociais e políticos, ante o costume de “obedecer a ordens” em detrimento do bem comum da própria classe. Isto é, lideranças que vivem de um modo dependente de certos políticos e que não estão preocupadas com os interesses dos outros ou da comunidade, mas somente delas mesmas e de seus patrões.

Aliás, tal realidade é muito característica da região que tem por centro Imperatriz, pois a atuação de parte significativa das lideranças políticas e de suas práticas é feita em consonância com os interesses exclusivos de partidos, do poder e/ou de interesses pessoais.

Neste ponto, outros autores importantes que aqui se destaca são Schurman e Naerssen (1995). Eles tentam definir os movimentos sociais urbanos a partir do terceiro mundo e também de suas crises internas. Pickvance, um contemporâneo de Castells, contribuiu à sua teoria, principalmente, quanto à contextualização desses movimentos (MACHADO 1995). Outra contribuição importante é a de Machado (1995), que define o movimento social urbano a partir da busca de melhoria da qualidade de consumo individual e coletivo nas cidades. Rodrigues (1998) acrescenta outros aspectos dessa problemática, ao analisar o movimento urbano na área metropolitana de Belém. Ainda, essa autora descreve as mobilizações urbanas constantes, a insustentabilidade das condições de vida dos moradores que vivem na insalubridade e em tensão social continuada, além de sua situação econômica precária ou da baixa renda.

Também, Souza (2000) é uma pesquisadora importante nesta análise, pois descreveu o desenvolvimento e a participação de comunidades a partir das camadas mais populares, destacando a atuação comunitária e o processo de cooperação social. Pelo que a mesma propõe, a realidade urbana é o lugar privilegiado para gerar movimentos diversos e lutas e pode se tornar o lugar para o exercício da cidadania. Precisamente, o mesmo pode assegurar a participação no processo social e político da sociedade.

Por sua vez, Teixeira (2002) contribui muito neste trabalho, quando em sua pesquisa aborda o Local e o Global, que ele caracteriza não como uma dualidade, mas como dois planos que têm que ser pensados de modo articulado. O poder local é entendido pelo autor como uma relação social com todos os seus componentes: organizações, grupos e movimentos. O global se refere às ações supranacionais e os efeitos da globalização na sociedade. Esse autor pesquisou em diversos países, no sentido de explicar a participação cidadã em diversos países e também, observa o modo como os atores sociais interagem entre si e em relação ao Estado e à sociedade política.

No contexto da pesquisa realizada em Imperatriz, observa-se que os movimentos sociais existentes no bairro da Vilha surgem a partir de uma realidade urbana bem localizada, marcada pela luta pela posse da terra, ou seja, do espaço urbano. Por sua vez, este “[...] significa a institucionalização do espaço dos excluídos e a constante ameaça pela especulação imobiliária” (REGINENSI, 2002, p. 7). Ao analisar-se a história do país, constata-se que a origem desses movimentos situa-se nos modos de resistência à exploração a que índios e escravos eram submetidos. Mais tarde, quando da colônia e do desenvolvimento do capitalismo, a exploração da classe dominante sobre as mais pobres, a organização passou a ser um mecanismo imprescindível. Por sua vez, essa realidade se fortaleceu com a estruturação de movimentos sociais que questionam a estrutura desigual da sociedade capitalista.

No entender de Gohn, “[...] o movimento social é um conjunto de práticas sociais nas quais os conflitos, as contradições e antagonismos existentes na sociedade constituem o móvel básico das ações desenvolvidas” (GOHN, apud ALCÂNTARA, 1989 p. 12). Segundo alguns analistas, tais movimentos conforme a sua natureza e ação concreta podem assegurar lutas de caráter reformista, reacionária ou revolucionária. Isto se manifesta de acordo com a realidade social e política, na qual está inserido o movimento social. Neste sentido, é que se configura o movimento urbano que no Brasil se fortalece a partir do fenômeno da urbanização fruto do crescente êxodo rural.

Os movimentos urbanos surgem devido às conseqüências do capitalismo e, na América Latina, com a expansão da dívida externa a partir de 1970. Conforme Pantoja (1981, apud, ALCÂNTARA, 1989 p. 12), os movimentos sociais urbanos são “[...] marcados desde o início e durante toda a sua duração pelas condições concretas da cidade onde surgem e, também pelas fases de desenvolvimento econômico e político do país”. Fica assim compreendido que a problemática urbana constituiu-se na causa principal para a

criação e a organização dos movimentos urbanos como uma possibilidade de enfrentamento a esta realidade.

Dentre as principais necessidades e reivindicações das classes populares no setor urbano, merece destaque a questão da habitação, enquanto uma das necessidades básicas da existência humana, que se configura como uma problemática à medida que a lógica da acumulação capitalista impede a viabilização de sua satisfação (ALCÂNTARA, 1989, p. 13).

A questão da moradia, portanto, ainda hoje se torna uma preocupação para muita gente, principalmente, quando se trata de ocupar o solo urbano.

Nessa direção, a luta desses movimentos não se reduz somente ao acesso à terra, a um lote na zona urbana, mas também pela legalidade do mesmo e pela conquista da infraestrutura e dos serviços essenciais. Esses, por sua vez, são elementos constitutivos importantes para a sustentabilidade dos moradores, como foi o caso da negociação entre a INFRAERO e a Associação dos Moradores do Bairro da Vilha – AMBV. A luta dos moradores deste bairro contra a violência e para que consigam se profissionalizar são ainda importantes nesse sentido.

## 2.4 O MOVIMENTO URBANO E A LIDERANÇA SOCIAL

Autores diversos vêm abordando a questão dos movimentos urbanos a partir da Europa, da América Latina e do Brasil. Dentre estes, tem-se Castells (1980), Pickvance (1976), Machado (1995), Schurman, Naerssen (1995) e Cardoso (1975). Tais movimentos, no chamado ‘terceiro mundo’, como na América Latina, se realizam a partir de três orientações: “[...] a primeira constitui-se de movimentos de ocupação de terras de um tipo muito antigo, a segunda foi de movimento de consumo coletivo [...] e a terceira foram os movimentos de classe média, como o Movimento Feminista do Brasil” (CASTELLS, apud MACHADO 1995, p. 53). E, conforme Alcântara (1989), em Belém da década de 1970, se registrava casos de ocupação de terra em áreas de baixadas e periféricas, quando se fortalecia a organização de classes populares no enfrentamento dos problemas urbanos. Nesta direção, Slater (1985) contribui ao criar uma nomenclatura definindo-os como “*novos*” movimentos sociais.

Na Europa, o termo se referia invariavelmente aos movimentos feministas, ecológicos, pacifistas e antinucleares. “Na Argentina e Brasil incluem também Comunidades Eclesiais de Base – CEB, as Associações de bairro e o Movimento Feminista

[...]” (MACHADO, 1995, p. 57). Esses movimentos surgem no Brasil como consequência das transformações políticas e econômicas, especificamente a partir dos anos iniciados em 1950, mas começam a se organizar melhor a partir dos anos de 1970, porém, permanecem independentes em relação aos sindicatos e partidos políticos (MACHADO, 1995). As organizações de orientação política, que consideram as políticas públicas, começam a aparecer em pequenos grupos, como os clubes de mães ligados à ICAR através das CEB e mais as associações de classe.

Somente depois dessa mesma década, forjados pela situação econômica provocada pela ditadura, é que surge uma explosão de movimentos sociais urbanos em todo Brasil, como é o caso do movimento popular que surgiu na Vilha, por ocasião do início do enfrentamento dos problemas sociais pela organização do bairro. Souza (2000, p. 102), uma pesquisadora dessa realidade social, considera esta organização popular como: “[...] movimento popular urbano é o esforço coletivo e organizado da população pobre na tentativa de solucionar, em seu favor, as contradições engendradas pelo desenvolvimento capitalista”. A partir desta definição, pode-se compreender as características do movimento social urbano a partir das lutas pelos problemas cotidianos da cidade, como a questão da moradia, os problemas relacionados ao transporte, água, energia, educação, saúde e saneamento básico.

Foi a partir dessa organização do movimento urbano que surge os vários tipos de atores sociais e de lideranças, como foi abordado neste trabalho quando se fala da atuação de lideranças no bairro da Vilha. Por isso, há de se abordar esta questão de modo mais aprofundado para que se tenha uma melhor análise desta realidade. Desde o começo da humanidade existe a preocupação com a questão da liderança. Alguns historiadores, como Alvritzer (2003), enunciaram que o transcurso da história humana está sujeito à ação de líderes privilegiados e que a história dos povos é a soma das biografias dessas pessoas.

De qualquer modo, o desenvolvimento social e cultural é o resultado da interação existente entre os dois fatores: o líder como fator humano; e o pano de fundo socioeconômico em que se desenvolve. Neste sentido, “[...] a liderança é um relacionamento mútuo entre líder e liderado. O líder deve ter o tipo de inteligência que se inquieta no *status quo*. A liderança precisa estar acima de qualquer suspeita de vantagem pessoal” (HILLMAN, 1964, p. 26). E, a perguntar-se a alguém o que significa ser líder, a resposta é sempre a mesma: é o chefe, o que dá as ordens, o que comanda e controla, o número um. Em outras palavras, o conceito que prevalece de liderança nos dias atuais é daquele indivíduo que concentra poder sobre outrem.

Desde Átila, rei dos Hunos, a Hitler, senhor supremo do III Reich Nazista, a história da humanidade inscreve em suas páginas as biografias de líderes firmados no conceito do egocentrismo. Note-se que este conceito é ainda uma constante no âmbito do mundo contemporâneo, onde se observa no dia a dia o "endeusamento" ao invés da "humanização" da chamada liderança democrática. Robbins (2002 p. 304), neste sentido, define “[...] a liderança como a capacidade de influenciar um grupo em direção ao alcance de objetivos. A origem dessa influência pode ser formal, como a conferida por um alto cargo na organização. Essa posição subtende certo grau de autoridade”. Cabe, portanto, à liderança uma responsabilidade quanto à concretização da organização da comunidade.

De fato, é a partir da organização que se pode alcançar de todos os planos e projetos concernentes às melhorias do bairro. Isto esclarece como teria de ser o papel do líder ou da liderança na comunidade:

[...] é capaz de definir e estruturar o seu próprio papel e o dos seus subordinados na busca dos objetivos. Isso inclui o comportamento que tenta organizar o trabalho, as relações de trabalhos e as metas. O líder com alto grau de estrutura de iniciação pode ser descrito como alguém que “delega tarefas específicas aos membros do grupo”, “espera que os trabalhadores mantenham padrões definidos de desempenho”, e “ênfatiza o cumprimento dos prazos” (ROBBINS, 2002, p. 306).

Lideranças com essas qualidades nem sempre se encontra no dia-a-dia. O que se observa na organização popular da região, principalmente quanto às associações de bairros, são lideranças em sua maioria comprometidas não com seus companheiros de luta e/ou moradores, mas com políticos cujos objetivos são escusos e não têm projetos voltados ao futuro para a comunidade.

Por isso e em tese, as lideranças teriam que estar mais abertas e mesmo se preparar para as realidades hodiernas. “A premissa básica é que, em um mundo em mudanças, os líderes eficazes devem exibir um comportamento orientado pelo desenvolvimento. Esses seriam líderes que valorizam a experimentação, buscam novas idéias e geram e implementam mudanças” (ROBBINS, 2002, p. 308). Por certo, o desenvolvimento da sociedade demanda que os seres humanos sejam agentes ativos na busca de soluções para seus problemas mais urgentes. Ainda, é importante que a liderança comunitária se preocupe com a relação existente entre desenvolvimento e sustentabilidade, o que tem sido ultimamente muito discutido.

A liderança social passa hoje por várias definições e classificações. Um tipo de liderança que se vê ultimamente em vários setores da sociedade e do mundo é a ‘liderança

carismática' (WEBER, 1987), que marcaram a história com Kennedy, Beatles, Martin Luther King, Teresa de Calcutá etc. Esta modalidade de liderança tem capacidades heróicas ou extraordinárias a partir do seu modo de ser e estar em sociedade e no mundo. No Brasil, em nossa cidade existem muitos tipos dessas lideranças, incluindo políticos, e outros cidadãos. De acordo com Robbins (2002, p. 319),

[...] a liderança carismática nem sempre é necessária para atingir altos níveis de desempenho [...]. O Carisma parece ser mais apropriado quando a tarefa dos liderados possui um componente ideológico ou quando o ambiente envolve um alto grau de incerteza ou tensão.

No Brasil, por exemplo, elegeu-se Luis Inácio Lula da Silva, em um momento em que a maioria dos brasileiros resolveu sair da tensão imposta pela direita durante anos, tendo assim apostado numa alternativa, o que dificilmente está a se concretizar.

No que diz respeito à questão de gênero, os homens são líderes melhores do que as mulheres? Para se responder esta questão é de se observar que inexistem evidências que possam comprovar as alternativas postas e como se vê em vários estudos (COLLIER, 1974; SIMONIAN, 2001; TOVAR, 2001). De todo modo, tais autoras sugerem que as similaridades de estilo e de liderança entre homens e mulheres tendem a superar as diferenças. E essas diferenças são geralmente favoráveis às mulheres. “Os melhores líderes são aqueles que escutam, motivam e oferecem apoio a seu pessoal. Muitas mulheres parecem fazer isso melhor que os homens [...] costumam adotar um estilo de liderança mais democrático. Encorajam a participação, compartilham informações [...]” (ROBBINS 2002, p. 321). No processo em discussão neste trabalho – o da organização social da Vilinha, em Imperatriz, Maranhão –, constata-se o que Robbins ressalta.

No processo de organização da Vilinha, se verifica uma situação similar a que esse mesmo autor se refere, pois todo o processo associativista nesse bairro começou exatamente pelas mulheres. Precisamente, em âmbito local elas exerciam a liderança, tanto nos grupos de Igreja, no clube de mães, como na criação da primeira associação. Essa é, também, uma característica do que já vem ocorrendo em todo o Brasil, a partir de 1970:

[...] onde o movimento feminista desempenhou um papel significativo no processo de organização popular que estava ocorrendo. Ele foi capaz de legitimar a participação das mulheres nos movimentos urbanos estimulando-as a tratar os problemas das mulheres de maneira a redefinir os espaços públicos e privados e os papéis de gênero (MACHADO, 1995, p. 136).

Ainda na Vilinha, muitas mulheres desenvolveram a consciência quanto à importância de se organizar em associações ou movimentos para defenderem seus interesses.

Também, a pesquisa feita para fundamentar este trabalho revelou que, desde que surgiram as primeiras organizações comunitárias na Vilinha, elas foram e continuam sendo coordenadas pelas mulheres (RAIMUNDO N. B. COSTA, 2003, notas de campo/n. c.). Dentre estas, tem-se Neci Pereira Lopes, Josefa Alves da Conceição Lima e Teresinha Filgueiras dos Santos; esta última foi vice-presidenta da AMBV em 1987 e, muitos inclusive afirmam que Josefa foi fundadora do bairro. Vitalina – falecida há poucos meses em idade avançada – era muito ativa socialmente e uma das moradoras antigas. E, Maria de Jesus Torquato Cavalcante, da Associação de Moradores do Bairro Nova Vila – AMBNV, a presidenta por três mandatos consecutivos e desde 1997.

Pelo que a pesquisa revelou, muitos moradores afirmaram gostar do trabalho de Maria de Jesus, de sua sinceridade e determinação na condução da associação e na preocupação pelas melhores condições para o bairro. Outros a criticam, pelo seu caráter sério, um pouco fechada (sic), afirmando que a AMBNV poderia ter feito muito mais pelo bairro, que eles estão isolados da população, não estão olhando os reais problemas etc. Ultimamente, em entrevista com Maria e Júlio Rodrigues da Costa, sobre a participação dos moradores na associação, eles afirmaram que existe muita resistência da população em querer se associar e mesmo participar das discussões sobre os problemas do bairro.

Uma das participações mais importantes aconteceu no tempo do Orçamento Participativo – OP realizado pela PMI em 2001, quando muitos compareceram às reuniões plenárias e fizeram sugestões, embora não tivessem sido acatadas, pois o projeto não funcionou como deveria, afirmou Maria Torquato. Contraditoriamente, muitas vezes as chamadas lideranças democráticas tal como se nos apresenta, não vão além de dar oportunidade aos membros para votar naqueles que serão líderes do grupo, mesmo que para isso não considere as sugestões de seus representados. Essa categoria de líder não tem uma preocupação saudável de buscar o consenso do grupo e, muito menos ainda, de ajudá-lo a desenvolver suas potencialidades. É inegável que o líder democrático toma alguns passos no sentido de atender os interesses da maioria social, porém está muito distante da verdadeira liderança que se exige no atual estágio de desenvolvimento do mundo e na resolução de seus colossais problemas.

Precisamente e como se observou, a atuação da liderança política da Vilinha aponta para uma opção que a faz preferir ficar sempre ao lado do poder e dos políticos que mantêm a estrutura de manutenção do *status quo*. Assim agindo, a mesma o faz em

detrimento da proposição e implantação de políticas públicas que venham gerar o desenvolvimento e o bem-estar da população. E, desse modo, ela não perder o prestígio de se manter no poder, porém simultaneamente se afasta cada vez mais do povo.

## 2.5 O MOVIMENTO URBANO E A SUA ATUAÇÃO NA SOCIEDADE AMAZÔNICA

Particularmente na Amazônia, a presença de cidades remete-se ao período colonial. De fato, é justamente com a ocupação e a partir de Belém do Pará, que a urbanização começa a se disseminar e, mais recentemente, a dominar a paisagem tropical regional (L. T. L. SIMONIAN, 2004, informação verbal/i. v.). Ainda, Oliveira (2002) refere-se às “cidades da selva”, mas por certo pensa nas cidades de outras áreas amazônicas, que ainda têm um entorno verde e em um *modus vivendi* dominado ou permeado por referências ao mundo da floresta. Nesse sentido, o autor não pensou em Imperatriz ou em muitas outras cidades da região aonde a vegetação pré-amazônica foi explorada/destruída e, em consequência, sua população já não tem a floresta como um referencial cultural importante.

Como em Belém, em Imperatriz e especialmente no bairro da Vilinha, a violência é parte do cotidiano das pessoas e das condições estruturais mais amplas. Nestes termos, “Environmental problems, crime, homelessness, and poverty are almost unbearable [...]. Local pollution is linked to excessive deforestation, noise, traffic, oil waste, and garbage. The most affected areas are those subject to floods and yet inhabited, the *baixadas*” (SIMONIAN, 2002, p. 337). Assim, o que fazer ante tantas complexidades no meio urbano, isso para não dizer tantos problemas?

Estudos recentes sobre a Amazônia e a região norte indicam que apesar de sua grande extensão, conta com uma população que vem assumindo proporções bem altas e trazendo problemas sociais graves e preocupantes conforme já se reportou acima. Moura (2002, p. 2) traz à tona dados interessantes, como os que seguem:

O Norte é a mais vasta região do País, com 3,9 milhões de Km<sup>2</sup>. Seu efetivo populacional, segundo o Censo de 2000 realizado pelo IBGE, atingiu 12.919,9 milhões de pessoas, o qual correspondeu a 7,8% da população total residente no País. Apesar de ser reconhecidamente uma das mais importantes regiões para o ecossistema mundial, de deter, em escala nacional, abundantes recursos minerais, madeireiros e agropecuários, e de esforços passados direcionados mais ou menos intensamente para a sua ocupação demográfica e econômica, o início deste século deparou-se com uma região ainda muito esparsamente

povoada (3,3 hab/km<sup>2</sup>) e desigualmente desenvolvida, já com graves problemas sociais.

Esta situação, entre outras como as migrações marcaram a ocupação do espaço amazônico, gerando um índice alto de ocupação e conseqüentemente da urbanização de seu território que, no entender de Becker e de Miranda (1987), trouxe taxas de crescimento superiores ao que foi verificado em nível nacional.

Essa realidade produziu a multiplicação do número de cidades em toda região. Entre outros, autores como Oliveira (1966), Moura (2002), Becker e de Miranda (1987) afirmam que, nos anos 1960 a 1970, o processo de ocupação da Amazônia esteve ligado inicialmente à ação do governo federal e das políticas de desenvolvimento econômico por ele capitaneadas. Nesta direção, Oliveira (1966, p. 3) identifica pelo menos quatros eixos ou pólos de ocupação da Amazônia:

[...] o caso típico da Zona Franca de Manaus [ZFM], onde se gerou um grande pólo moderno de crescimento industrial, idealizado, inclusive, com o objetivo de irradiar o desenvolvimento a vastas porções interiorizadas da Amazônia Ocidental. Uma segunda expansão se dá através do pólo de Carajás, abrangendo o triângulo São Luís, Marabá-Belém, é muito ligado à disponibilidade de recursos naturais – minero-ferríferos principalmente [...]. Um outro pólo a considerar é de natureza agropecuária. Prolonga-se desde o Centro-Oeste até uma parte da região amazônica [...]. Na região Norte, este eixo penetra pelo Sul do Pará e Sul do Maranhão e por áreas de Rondônia, Acre e mesmo Amazonas [...]. Finalmente, [...] quis o Governo Federal criar, à época, através da colonização, um sistema orientado no sentido de assentar migrantes com “know how” agrícola, com pequenos capitais, oriundos principalmente de estados sulinos. Rondônia e o Acre foram os Estados onde tais ações teriam sido mais bem sucedidas nos âmbitos da agricultura e da pecuária, respectivamente.

Também, a construção de novos canais como as rodovias foi importante para o crescimento e fortalecimento das populações urbanas na Amazônia, do mesmo modo em Imperatriz, como já se reportou com a construção da Belém-Brasília – BR010.

Assim, foi a partir da aberturas de novas rodovias é que houve um revigoramento dos centros urbanos tradicionais, a exemplo do que aconteceu com Marabá, Altamira e Itaituba, cortadas pela rodovia Transamazônica. Nesta mesma direção, Becker e Miranda (1987, apud RIBEIRO, 1988, p. 77-78) tratam do crescimento urbano da Amazônia a partir de quatros movimentos, entre eles a: “[...] expansão – consolidação de centros regionais [...] e locais [...] nas áreas de influência das rodovias Belém-Brasília, Transamazônia e Cuiabá-Porto Velho [...]”. A partir destes dados, conclui-se que:

[...] o que define a hierarquia e os tipos de espaço urbano na Amazônia é a complexidade da nova circulação rodoviária, que substitui a antiga circulação fluvial, o que para nós contém um sério problema: o de negar na reorganização como efeito do deslocamento do eixo da estrutura produtiva e da diversidade da circulação (RODRIGUES, 1998 p. 78).

Estes estão dentre os vários problemas enfrentados pelas comunidades amazônicas com o surgimento/desenvolvimento da urbanização. Neste ponto, Rodrigues (1998) aborda exatamente a situação de subsistência das populações tradicionais que viviam do extrativismo, mas que depois destes fenômenos, inclusive com a reprodução do capitalismo e com o desenvolvimentismo, essas populações estão prestes ao desaparecimento. E, nesta direção, Simonian (2005a, p. 8), propõe que “[...] o que é identificado como tradição ou tradicional é automaticamente discriminado como inferior. Nesse contexto, a capacidade intrínseca de resistência das tradições tende a ser vencida pelo poder abrangente da modernidade”.

Falar em modernidade hoje é muito complexo, pois há muitas análises e afirmações. Porém, muitas delas abordando a questão do “novo” e do “desenvolvimento” que é muito propagado hoje através dos meios de comunicação social. Mas, para pesquisadores como Acevedo e Chaves (1997, p. 424), “[...] a modernidade precisa ser questionada e redefinida em diferentes momentos de um ‘antigo’ e um ‘moderno [...]’”, principalmente a partir do fenômeno da urbanização e da globalização. Por isso, Acevedo e Chaves (1997, p. 411) entendem que o ser humano contemporâneo parte de um “[...] sentido visionário ou sentimento de impotência ante um desafio ou um ideal perpétuo que revela o afrontamento entre o ‘antigo e moderno’”. Porém, nem sempre se está atento para este discernimento quanto ao fenômeno da urbanização na Amazônia e no Brasil, cuja novidade é a busca dos “benefícios” que a modernidade trouxe para os seres humanos.

Observa-se, diante desta situação o crescente fenômeno da migração, onde o campo está se esvaziando em nome da modernidade na cidade. Nessa perspectiva, Acevedo e Chaves (1997, p. 15) analisam essa questão partir de dois níveis:

Primeiro nível: *Homo modernicus*. A modernidade ao nível da subjetividade. A constituição do sujeito e o rearranjo da cidade, a interiorização do sujeito e os diferentes tempos da modernidade. O homem na cidade e a perda absoluta da individualidade. Individualidade no bairro, interiorização da moradia. Segundo nível: Modernidade da Cidade, cidade despersonalizada: quais são suas alegorias, (desesperança), seus signos, no sentido de formular perguntas à cidade a partir dos seus diversos retratos, a exemplo da arbitrária ocupação e uso do solo, ou das relações dos homens com a cidade? Que leituras críticas podem ser feitas sobre o presente desta cidade?

Estes questionamentos são feitos desde o estudo de Acevedo e Chaves (1997), pois mostram que estes problemas são frutos do fenômeno da urbanização presente em todas as grandes cidades. Também, isso ocorre quando se trata da origem de cidades como Imperatriz e do bairro da Vilinha, onde as relações mudam de maneira bem acentuada com a mudança dos habitantes do campo para a cidade.

Por certo, muitos são atraídos para a cidade, devido às novas possibilidades de vida, de certas facilidades que muitas vezes não correspondem às suas expectativas. Este foi o caso da família de Raimundo Pimentel Lima, que veio do interior e não tendo como morar no centro da cidade, se obrigou a ir para a ocupação da Vilinha (RAIMUNDO N. B. COSTA, 2003, n. c.). Nesse local, essa família conseguiu um lote de terra para recomeçar a sua vida, agora de modo diferente, tendo que se adequar à realidade e tendências das cidades grandes.

Na área urbana, as relações entre as pessoas são muito diferentes daquelas intimistas do interior, quanto à própria maneira de ser e estar com a família e com os vizinhos, onde todos se conhecem pelo nome e há um modo de relacionamento solidário. A vida nos bairros e periferias da cidade, como Acevedo e Chaves (1997) assinalam, toma outro rumo diferente da realidade do campo, onde nem todos se conhecem e há a desconfiança e isolamento entre as pessoas. Muitas vezes, tais enfrentamentos novos se transformam em choque cultural, principalmente para os mais idosos, que logo notam a inversão de valores em relação aos vividos e praticados outrora no campo.

Como se percebe, a questão conceitual aponta problemáticas diversas quanto aos processos de urbanização, aos movimentos sociais e às condições humanas em áreas citadinas. Por certo, essas são questões no mais das vezes gerais e muito presentes em tais processos ao longo da história da humanidade, as quais têm a ver com o ambiente natural, os avanços tecnológicos, a cultura em geral e relações de poder, dentre outras. E em contextos socioambientais que resistem no tempo e às mudanças acerca da possibilidade de melhorias das condições de vida das populações, os impasses vividos pelos segmentos excluídos deixam pouca margem para uma ação unitária e eficiente por parte dos movimentos sociais e aliados.

### 3 O BAIRRO DA VILINHA: ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E SITUAÇÃO ATUAL

Investigar/discutir o processo de constituição do bairro da Vilinha, de Imperatriz, MA, remete ao tempo da década de 1970 e, recentemente, à valorização dos estudos sobre bairros, em termos de sua origem, desenvolvimento e situação atual. Exemplar nesta direção é o estudo realizado por Ramos (2002), sobre o bairro Guamá, em Belém, Pará. E se a rua é percebida como algo movimentado, como propõe Matta (1987), é no bairro que se encontra circuitos sociais, econômicos, políticos e simbólicos complexos, o que se remete a algo estruturado. Para Simonian (2004, i. v.), esse é o *locus* onde o cotidiano dos moradores se constrói de modo pleno a partir do botequim, mercearia, padaria, açougue, feira, escola, praça, Posto de Saúde – PS, igrejas etc. E apesar de sua história recente, a Vilinha constitui-se em unidade espacial, social, econômica e política.

Esse bairro surge a partir da década de 1970, como resultado de uma ocupação que avança no local, isto depois da abertura e do asfaltamento da BR 010 (1960-1970), quando domina na região a exploração da madeira e da pecuária. Muitos exploradores e aventureiros de todo o país vieram e se apossaram das terras devolutas, surgindo assim grileiro enquanto ator social. Esse processo acarretou conflitos agrários de monta, o que culminou na morte de fazendeiros, posseiros e outros atores sociais na região e em Imperatriz.

Ocupar terras devolutas às margens das rodovias era uma fixação dos imigrantes que aqui chegavam à década de [19]50 e durante os anos [de 19]60 e [19]70. Produzir nem sempre era o verdadeiro interesse na ocupação. Multiplicar o pequeno capital aplicado para consolidar a posse vendendo-a ao primeiro interessado em participar do processo passou a ser, de fato, na maioria dos casos, a grande motivação da ocupação de terras devolutas (ACADEMIA, 2002, p. 129).

Com a exploração das matas da região e a criação das primeiras estradas se descobre o potencial das terras, da fauna e da flora. Isto culmina com novo ciclo econômico da região que se tornou o maior centro produtor de arroz (*Orizae sativa*) e que, através da rodovia Belém-Brasília, contribuiu para o abastecimento de grande centro do país.

É a partir desse contexto que mudanças diversas ocorrem em Imperatriz nesses anos, principalmente quanto a sua estrutura econômica, financeira e social, em especial devido ao aumento do número e do tamanho dos bairros. Neste tempo, já se registrava um “[...] índice de crescimento populacional assustador [...] cerca de 80 mil habitantes em todo o município (SANCHES, 2002, p. 171). Observa-se que na década iniciada em 1970, o

município concentrava uma grande maioria da população na zona rural onde predominava a agricultura e a pecuária, onde se “[...] sobressai na agricultura a predominância da produção de arroz, calculando-se que em 1969 [, a safra] alcançou mais de mil sacos de 60 quilos” (SANCHES 2002, p. 171). De início, o processo de urbanização local passa a ser marcado pela desorganização espacial/socioambiental e pela exploração imobiliária/financeira.

À época, predominava duas atividades econômicas básicas: a agricultura e a pecuária, vindo surgir depois a partir de 1970, o ciclo da madeira. “Em 1970, a região ocupava quase 30% da área agrícola do [e]stado, com 37.649 propriedades, registrando-se área média de 83 hectares. No entanto, o valor da produção agrícola, em 1972, correspondia apenas, a 13,8% da produção do setor, no [e]stado [...]” (SANCHES, 2003, p.173). Paralelo ao desenvolvimento agrícola, que se fortaleceu com a chegada de muitos migrantes nordestinos, Imperatriz tornou-se um pólo madeireiro: “Por volta de 1977, estimava-se a existência no município de mais de 300 indústrias ligadas à madeira. O extrativismo chegava ao seu auge, mas viria a desaparecer em pouco tempo” (ACADEMIA, 2002, p. 24). A partir do *boom* da madeira entre 1970 a 1980, Imperatriz tornou-se um dos municípios mais populosos do estado, além da capital.

Então, a mesma tornou-se um grande pólo do comércio Atacadista e varejista da região tocantina; nas Fotos 1 e 2, tem-se, respectivamente, uma vista parcial e uma aérea dessa cidade. Essa tendência foi, então, fortalecida pelo surgimento do garimpo de Serra Pelada. Essa febre de ouro ativou a movimentação bancária e o comércio de Imperatriz, pois a maioria dos garimpeiros “bamburrados” era de Imperatriz. Isto ocasionou muitos problemas sociais na cidade, como a pistolagem e a desagregação de muitas famílias.

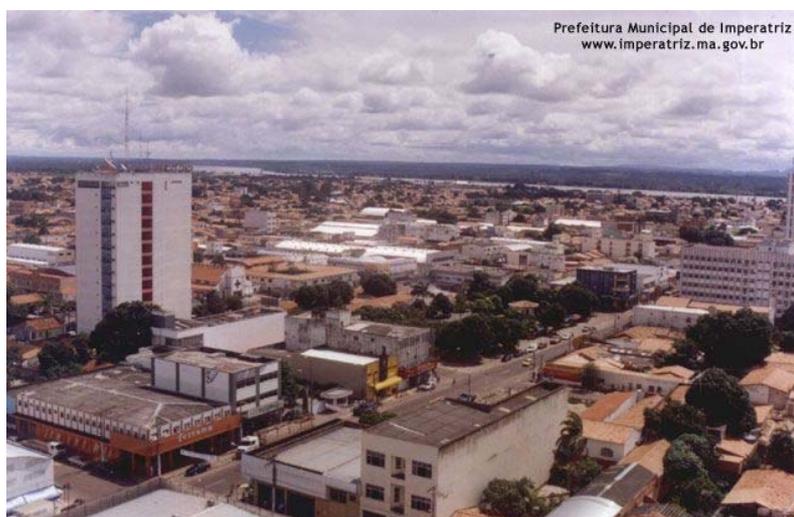


Foto 1: Vista aérea parcial de Imperatriz.



Foto 2: Visão aérea do aeroporto e Vilinha.  
 Fonte: Mapa urbano digital, PM de Imperatriz, 2004.

**Aeroporto**

**Bairro da Vilinha**

Pelo último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL. Instituto, 2000), Imperatriz tem uma população de 110.739 habitantes do sexo masculino e de 119.711 do sexo feminino. Sua população atual é de 232.256 (duzentos e trinta e dois mil e duzentos e cinquenta e seis) habitantes (BRASIL. Instituto, 2004). Atualmente, está no ranking como a nonagésima quarta cidade do país.

O bairro da Vilinha surge exatamente às margens da rodovia Belém-Brasília, numa ocupação que atingia uma parte da área do aeroporto, no ano de 1977, conforme afirmaram alguns moradores mais antigos, dentre os quais Francisco Jerônimo (morador da Vilinha, 2004, entrevista):

Nos anos [19]70, acontece a ocupação de uma grande área do aeroporto de Imperatriz. Neste tempo, esta área estava cheia de palha de arroz. É exatamente onde hoje está o Viveiro de Plantas Paulista. Eram mais ou menos cem famílias que vieram do Ceará, Pernambuco, Piauí e até Goiás,

que chegaram aqui, com suas famílias, transportados em caminhões Alfa-Romeu – Pau de Arara. Muitos dormiam ao relento.

Esta situação motivou alguns vereadores da Câmara Municipal de Imperatriz – CMI, que aprovaram um requerimento que encaminharam a Ubiratan Índio do Brasil, responsável pela INFRAERO de Imperatriz e ao prefeito local, no qual se solicitava a liberação de uma área para essas famílias, a fim de que fosse amenizada essa situação:

A Câmara Municipal de Imperatriz-Ma., em sessão ordinária realizada no dia 05/09/84, aprovou requerimento de autoria do Exm<sup>o</sup> Sr. Vereador Francisco Fiim de Assis Pereira da Silva, solicitando de V. Sa., a liberação de uma área de 20mts, no terreno do Aeroporto local, para as famílias que moram naquela localidade possam ter uma moradia digna. Em sua justificativa o nobre Vereador ressaltou que, são 100 famílias que vivem encurraladas pela cerca de arame do aeroporto, não encontrando espaço sequer para construir um sanitário, banheiro e espaço para o lazer de seus filhos [...] (IMPERATRIZ. Câmara, 06/09/1984).

A partir deste requerimento do vereador Francisco Fiim de Assis Pereira da Silva,<sup>5</sup> a INFRAERO começou a negociação com os ocupantes através da associação do bairro e da PMI, na administração do então Prefeito, José de Ribamar Fiquene<sup>6</sup>. O acordo que foi feito entre as partes conforme o encaminhamento de ofício 116/84, de 13 de outubro de 1984, da PMI ao Ministro da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar Délio Jardim de Matos.

No ofício, o prefeito Fiquene (IMPERATRIZ, 1984, p. 1) fala do acelerado crescimento de Imperatriz e, conseqüentemente, dos vários problemas urbanos:

Como é do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>., com a criação da Belém-Brasília, Imperatriz tornou-se um impulso vertiginoso e, dada ainda à sua riqueza natural, atraiu uma grande população de fora, implicando em um crescimento desordenado, dificultando assim o controle de seus governantes [...]. A população continuou a crescer em razão quase

<sup>5</sup> Mais conhecido como Francisco Fiim, ele foi candidato a vice-prefeito na chapa de Léo Franklin, em 1988; vereador em Imperatriz, de 1º. de fevereiro de 1983 a 1º. de janeiro de 1989; subsecretário regional de educação entre 1987 e 1988; e faleceu em acidente automobilístico, em 13 de outubro de 1994 (SANCHES, 2003).

<sup>6</sup> Esse prefeito nasceu em Itapecuru-Mirim (MA), em 27 de dezembro de 1930; foi magistrado, professor, músico, político; foi prefeito de Imperatriz, de 1º. de janeiro de 1983 a 31 de janeiro de 1989. É escritor e o autor da letra e música do Hino de Imperatriz, escolhido em concurso público em 1972; dois anos antes, dirigiu a Comissão de Instalação da Biblioteca Pública de Imperatriz, designado pelo prefeito Renato Moreira; foi juiz de Direito na Comarca de Imperatriz, na década de 1970; foi eleito vice-governador de Edson Lobão e assumiu o governo desse estado entre 02 de abril de 1994 e 1º. de janeiro de 1995; é membro da Academia Imperatrizense de Letras – AIL (SANCHES, 2003).

geométrica, e novos locais voltaram a ser povoados fora do controle do município, como é o caso da área sudoeste do aeroporto, onde moram mais de cem famílias, junto a cerca patrimonial, criando um problema social grave e irreversível e, sei, trazendo transtornos à administração do aeroporto.

A partir deste ofício, fica caracterizada a ocupação da área do aeroporto como já afirmara Jerônimo, se consolidando assim o bairro da Vilinha, embora com grandes problemas sociais. Estes, por sua vez, se tornaram preocupações não só para a INFRAERO, mas para todo o município e para as administrações locais.

Enfim, na continuação deste mesmo documento, o prefeito solicita oficialmente a liberação de uma área para tentar resolver o problema desse novo bairro, se comprometendo até na construção do muro para separar a área do aeroporto e o bairro:

Dada a situação, Sr. Ministro, é que venho solicitar à V. Ex<sup>a</sup> a doação, da União ao Município, de uma faixa de terra de 1.093,11 metros de comprimento por 20 metros de largura, de cerca para dentro da área do aeroporto [...]. Em contra partida, comprometo-me a erguer um muro de alvenaria, de 1,30 m de altura em toda extensão, isto é, desde os fundos da residência do Superintendente do aeroporto até a rua que dá acesso ao Parque Alvorada, conciliando, desse modo, nossos interesses comuns, ou seja, o atendimento àquela comunidade e a segurança da área aeroportuária (IMPERATRIZ, 1984, p. 1).

A PMI e a AMBV ficaram encarregadas para a construção do muro. Depois de uma reunião entre seus representantes, decidiu-se fazer a construção do muro em mutirão, a prefeitura viabilizaria o material – tijolos, areia, ferro, cimento etc. –, e os moradores da Vilinha se encarregariam da mão de obra.

Uma das lideranças locais descreve esse processo. Precisamente, conforme Neci Pereira Lopes (2004, i. v.), “Nós juntava naquele dia, mulheres, crianças e jovens, o tanto que pudesse, e a gente começa e construía aquele pedaço. No outro dia quem não trabalhava, se juntavam com os outros, até que nós fizemos, daqui da entrada do aeroporto até no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER”. Durante a construção do muro, polemizou-se quanto ao total de área que ficaria para o quintal das casas.

A solução deu-se a partir do apelo feito pelo presidente da CMI, Édison Rosa Caldeira, endereçado ao Capitão do Aeroporto, Ubiratan Índio do Brasil (IMPERATRIZ. Câmara, 1997, p. 1):

A Câmara Municipal de Imperatriz-Ma., em sessão ordinária realizada no dia 05/09/84, aprovou requerimento de autoria do Exm<sup>o</sup>. Sr. Vereador Francisco Fiim de Assis Pereira da Silva, solicitando de V. S<sup>a</sup>., a

liberação de uma área de 20mts, no terreno do aeroporto local, para as famílias que moram naquela localidade possam ter uma moradia digna. Em sua justificativa o nobre vereador ressaltou que, são mais de 100 famílias que vivem encurraladas pela cerca do arame do aeroporto, não encontrando espaço sequer para construir um sanitário, banheiro e espaço para o lazer de seus filhos. Pois sabemos que isto é possível desde que os homens de bom senso queiram, pois existe uma grande área no aeroporto que é ociosa podendo ser muito útil.

Com este acordo, determinou-se uma área maior para o quintal das casas e, com a construção do muro, liberou-se as terras à beira da BR Belém-Brasília, aonde se originou a rua Arame – ver Foto 3 – e onde localizaram-se mais de cem famílias. E foi a partir desse momento que essa área passou a ser chamada de bairro da Vilinha.



Foto 3: Vista parcial do muro que separa o Aeroporto de Imperatriz do bairro da Vilinha. Fonte: Costa, 2004.

A formação do bairro, segundo Neci Pereira Lopes, começou pela ocupação do lado esquerdo do aeroporto depois do pequeno conjunto habitacional do DNER e às margens da Belém-Brasília. Tem-se, então, a construção das primeiras casas de taipa – caracterizada pela cobertura de palha e por paredes de barro –, de modo livre e desorganizado, que em parte se vê na Foto 4, cada um tomando conta da sua parcela. Essa área foi chamada de Vilinha 1, que se estendia do início da Belém-Brasília até à localidade conhecida como Côco Verde; uma outra área foi criada depois, e recebeu o nome de Nova Vila. Atualmente, estas duas áreas são identificadas como uma só, o bairro da Vilinha.

E, segundo as opiniões de moradores antigos, como Raimundo Pimentel Lima, 69 anos, residente à rua São Luís, Pereira, Francisco Jerônimo e outros, este bairro começou na década iniciada em 1970. De acordo com o mesmo Raimundo Pimentel Lima (2004, entrevista), “Nesse tempo, todo o trânsito era feito pela estrada do Aeroporto. Tínhamos que atravessar toda a área do aeroporto até chegar ao portão que dava acesso ao bairro [...]”, que aparece na Foto 5. A Nova Vila que vai surgir depois se formou a partir da margem esquerda da BR Belém-Brasília, isto na medida em que os migrantes recém-

chegados começavam a ocupar os terrenos e realizavam também os aterros, pois toda a área era alagada.

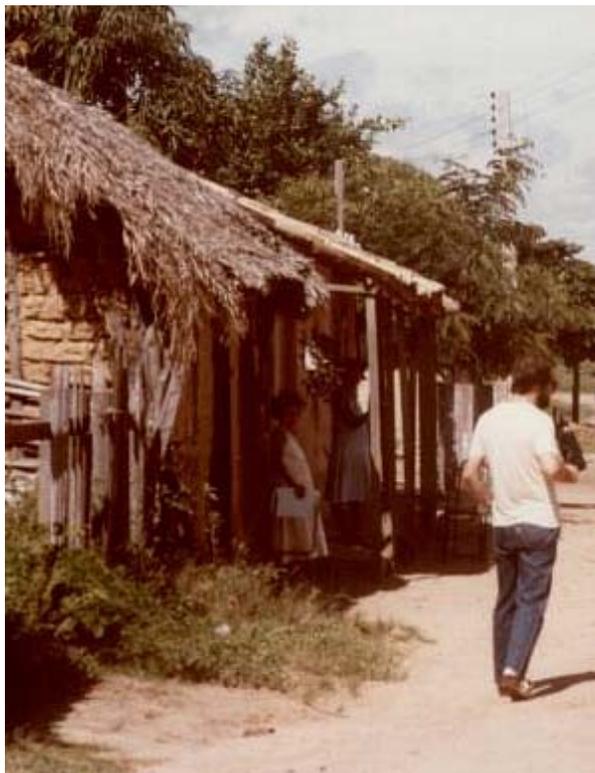


Foto 4: Rua Arame – Vilinha.  
Fonte: Anichini, 1977.



Foto 5: Muro e portão de acesso do aeroporto para o bairro Nova Vila.  
Fonte: Costa, 2005.

Esse mesmo Raimundo saiu do povoado Campo Formoso, do município de Amarante (MA), a convite de um cunhado que já morava em Imperatriz. A seguir, ele fala do início da formação do bairro da Vilinha, do lado do aeroporto:

Vim do campo formoso, município de Amarante, que estava trabalhando na terra do sogro. Meu cunhado que morava em Imperatriz me convidou dizendo que aqui estava se desenvolvendo, futuramente vai ser uma cidade muito boa com muitas indústrias madeireira e muita lavoura de arroz. Então em 1973 cheguei aqui com minha família, eu, a mulher e nove filhos. Como não tinha condição de comprar uma casa no centro da cidade, soube da invasão da vilinha, ao lado do aeroporto. Peguei a minha parte, e assim todos fizeram a sua casa, com exceção de alguns que venderam seus lotes e até teve gente que trocou seu lote por rádio, bicicleta, dizendo que não ia morar nesse subúrbio. As casas eram feitas de palha e barro, eram de taipa e chão batido. Nessa época, não tinha nada de comércio por aqui, a gente ia de pé para o mercadinho para fazer a feira. Para comprar um comprimido para um doente, tinha que ir ao centro (RAIMUNDO PIMENTEL LIMA, 2004, entrevista).

Observa-se que Raimundo é mais um migrante com origens no campo e que passou a viver na cidade, sendo motivado por dois aspectos: de um lado, pelos seus parentes que residiam em Imperatriz; e de outro, pelo *boom* do arroz e pelo da madeira.

Além disso, em seu depoimento, constata-se a exploração comercial quanto à venda e troca de terrenos, como sempre acontece na maioria dos processos de ocupação e organização de bairros e assentamentos rurais novos. Para sustentar sua família e não tendo outra profissão a não ser a de lavrador, Raimundo começou a trabalhar nas roças alheias nas proximidades do povoado Bananal, em Imperatriz. Nestes casos, ele teve que pagar a renda pelo uso da terra e se obrigou a trabalhar por empreitada nas fazendas da ilhargá:

A gente ia com toda a família, pois neste tempo ainda não tinha escola e vinha para casa de 15 em 15 dias, pois neste tempo não tinha violência, eu deixava meu barraco fechado e quando voltava da roça, estava do mesmo jeito. Depois que começou a ter escola aqui a gente deixava os filhos para estudar. Neste tempo tinha o professor João Dantas um dos primeiros professores daqui do bairro (RAIMUNDO PIMENTEL LIMA, 2004, entrevista).

Neste primeiro momento da ocupação da Vilinha, praticamente não existia assaltos, roubos, furtos etc. o que vai acontecer anos mais tarde, quando o contingente de pessoas e as relações de produção são bem maiores. Porém, desde o início desse bairro, a política e as ações educacionais são preocupantes, pois apesar de ser um bairro próximo ao centro da cidade, a escola surgiu muito tempo depois, conforme o depoimento da líder do bairro neste tempo, a Neci Pereira Lopes.

Foi muito difícil encontrar dados sobre a população do bairro da Vilinha, uma vez que o IBGE local ofereceu poucas informações a respeito. Mas, conseguiu-se alguns dados na FUNASA local: o bairro da Vilinha tinha, em 1997, uma população de 4.563 habitantes

(BRASIL. Fundação, 1997); segundo Wilson Dias (2004, entrevista), funcionário do Departamento de Endemias dessa Fundação, em 2004, havia 1.494 imóveis (BRASIL. Fundação, 1997), sendo que cada um deles contava em média quatro moradores, o que dá uma soma total de 5.976 moradores. Portanto, a estimativa atual dessa população é de cerca de 6.000 pessoas.

### 3.1 AS ORGANIZAÇÕES NO BAIRRO DA VILINHA E A ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS

Ao longo de sua história, no bairro da Vilinha, em Imperatriz, os habitantes vêm se organizando e, mesmo, criando modalidades diferenciadas de associativismo. Este, por sua vez, implica em esforço comum de pessoas ou comunidades com vistas à solução de problemas comuns (SILVA, 2003). E, dentre tais possibilidades, tem-se desde clube de mães e de esportes, à associações de moradores, sendo que uma relação aparece no Quadro 2, a seguir. Ainda, muitos se vinculam aos sindicatos, partidos políticos e instituições religiosas.

**QUADRO 2: Organização da Vilinha, lideranças e participação de moradores**

<u>ORGANIZAÇÃO</u>	<u>CRIAÇÃO</u>	<u>FINALIDADE</u>	<u>PRESIDÊNCIA</u>
<b>CLUBE DE MÃES</b>	15/08/1985	Assistência social às mães mais pobres do bairro	Teresinha Filgueira dos Santos
<b>ASSOCIAÇÕES</b>			
<b>AMV</b>	04/01/1987	Lutar pelas melhorias do bairro: saneamento, educação e saúde	Teresinha Filgueira dos Santos
<b>AMBNV</b>	30/06/1997	Melhores condições de vida e bem estar social dos moradores	Maria de Jesus Torquato Cavalcanti

Fonte: Pesquisa de campo do autor, 2004

Uma das primeiras organizações a surgir no bairro da Vilinha foi o Clube de Mães, isto em 11 de agosto de 1985. Este processo esteve ligado à ICAR, que coordenava esta modalidade de organização em outras paróquias da cidade de Imperatriz e na Amazônia em geral, experiência que motivou as lideranças da Vilinha para a sua criação (Neci

Pereira Lopes, 2004, entrevista). Sua primeira presidenta foi Teresinha Filgueiras dos Santos, que se tornou uma das lideranças do bairro.

Logo depois no mesmo mês de agosto, o clube criado foi reconhecido pela direção central do clube de mães de Imperatriz conforme Ata de fundação:

Ata de fundação do clube de mães da vilinha realizada às 15 horas do dia 11 de agosto de 1985 na rua São Luis no salão paroquial Frei Epifânio D'abadia na paróquia Sagrada Família neste bairro de Nova Vila – Imperatriz. [...] foram escolhidas para esta tarefa firme e forte em cristo: Presidente – Teresinha Filgueira dos Santos; Vice-presidente, Maria Aguiar Rodrigues; Secretária, Rita de Sousa Santos; Vice-secretária, Neci Pereira Lopes. [...] no dia 8 de setembro de 1985 foi a consagração do clube pelas representantes do clube central de Imperatriz, então, ficou o nosso clube mais elevado em conhecimento [...] (Neci Pereira Lopes, 2004, entrevista).

Convém ressaltar que este grupo foi peça fundamental para a criação e a organização de outros, como foi o caso da primeira Associação de Moradores do Bairro da Vilinha – AMBV, onde aparece a figura de duas lideranças centrais nesta luta, que são as Sr<sup>as</sup>. Neci Pereira Lopes e Teresinha Filgueiras Santos.

As mesmas contribuíram muito com o processo de organização dos moradores e do próprio espaço ocupado. Neste aspecto, convém analisar antes de tudo o que é AMBV, como ela se formou e se mantém, quais os projetos realizados, as dificuldades encontradas para implantá-los e consolidá-los e, também, observar a atuação de lideranças. Essa Associação surgiu em torno da luta pela moradia e melhores condições de vida. Ainda, é a partir desta motivação e da fundação do bairro, que os moradores criaram mais de uma associação no local.

A primeira foi denominada AMBV e fundada em 1987, com a atuação em sua maioria de pessoas ligadas a grupos da Igreja Católica; a segunda, denominada Associação de Moradores do Bairro Nova Vila – AMBNV, fundada no dia 30 de junho de 1997 pela Sr<sup>a</sup>. Maria Torquato e contou com o apoio de sindicatos da cidade de Imperatriz, como o Sindicato da Construção Civil de Imperatriz, da Federação das Uniões de Moradores e Entidades Afins da Região Tocantina – FUMBEART<sup>4</sup> e de outras associações vizinhas, conforme a ata de fundação. Portanto, não contou desta vez com o apoio exclusivo de Igrejas, mas da sociedade civil organizada. Uma vista da fachada frontal pode ser observada na Foto 6.



Foto 6: Vista da fachada frontal da AMBNV.  
Fonte: Acervo da Associação, 1999.

Ainda, segundo a compreensão de Neci Pereira Lopes (2004, i. v.), algumas lideranças da ICAR, juntamente com outras pessoas do bairro, mas ou menos em torno de cinquenta pessoas entre homens e mulheres, começaram a analisar a realidade e os problemas do bairro em suas reuniões e, depois resolveram fundar a primeira associação em 1987, conforme Ata de fundação:

Aos quatro dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e sete à rua São Luiz no salão paroquial da igreja Sagrada família no bairro da Vilinha realizou-se uma assembléia com o objetivo de eleger a primeira diretoria da associação de moradores da Vilinha em Imperatriz-Maranhão. Às vinte horas, a mesa composta por Teresinha Figueira dos Santos, José Wilson de Almeida e Neci Pereira Lopes. [...] após processada a eleição a mesa encaminhou a apuração cujo resultado foi: Para presidente Antonio Pereira de Souza, obteve três votos; Rita de Souza Santos, dez votos; e Valdemar Ribeiro da Silva, quinze votos. Desta forma, foram eleitos Valdemar Ribeiro da Silva e Rita de Souza Santos para os cargos de presidente e vice-presidente respectivamente, já que obtiveram a maioria dos votos (ASSOCIAÇÃO. Ata, 1987).

O mandato dos eleitos desta primeira associação durou mais ou menos três anos e meio, sendo o presidente substituído pela vice-presidente Rita de Souza Santos. Por sua vez, no dia 06 de outubro de 1991, ela renunciou o seu cargo de presidenta, sendo a mesma desativada a partir desta data, não tendo mais ninguém para continuar os trabalhos.

E, dois anos depois, como um gesto concreto dos sócios do Clube de Mães, ligado à ICAR, é que foi reativada a AMBV, conforme a Ata de reunião extraordinária de substituição e reativação dessa Associação:

Aos dois dias do mês de abril de 1.993 às 19:30 h (dezenove horas e trinta minutos) reunimos para a reativação e substituição da presidência Sra. Rita de Souza Santos que renunciou por estar desativado a associação desde 06-10-91; iniciou com a novena da campanha da fraternidade 9º (nono) encontro, e último como gesto concreto da nossa comunidade. Apesar de desde 1.991 a mesma ter renunciado só hoje foi nos repassado a Associação estando presente 21 (vinte e uma pessoas) sendo 12 (doze) dessas pessoas não estavam concorrendo para fazer parte da Diretoria. A Diretoria foi composta por Chapa única: Presidência: Maria Divina Ribeiro da Silva Lima; vice-presidência: Izabel Josefa Hipólito de Souza... [...] Destas vinte e ,uma pessoas presentes votaram a favor da reativação como também da chapa composta para a Diretoria, apenas uma achou que deveria fazer-se uma nova reunião para que haja maior número de pessoas da comunidade que pudessem dar sugestões [...] (ASSOCIAÇÃO. ATA, 1993).

Observa-se, nessas atas, a influência que teve a ICAR através de suas lideranças e ao mesmo tempo a preocupação destas em organizar a associação como a organização principal do bairro. A expectativa era a de buscar melhorias e estabelecer uma luta concreta na conquista de políticas públicas para o bairro.

A segunda associação de moradores surge dez anos depois da primeira, situada na continuidade que, como já reportou, se chamava Nova Vila. Esta organização contou com o apoio de sindicatos da cidade de Imperatriz, como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Civil de Imperatriz – STICCI,<sup>7</sup> da Federação das Uniões de Moradores e Entidades Afins da Região Tocantina – FUMBEART<sup>8</sup> e de outras associações vizinhas, conforme a Ata de fundação:

[...] com a presença de setenta pessoas, conforme assinatura do livro de presença, o Sr. Washington Luiz Oliveira de Souza – comissão organizadora, declarou aberta a sessão [...] levando para a votação por aclamação a única chapa apresentada, a mesma foi eleita por todos os moradores do bairro presentes na assembléia, ficando a diretoria assim constituída: Presidente – Maria de Jesus Torquato Cavalcante; Vice – Júlio R. Costa; [...].

Ao analisar-se a situação e o modo de constituição dessas duas associações, observa-se que esta segunda assume uma possibilidade de organização nova que não é mais estritamente ligada à ICAR. A AMBNV surge com um peso maior da participação de lideranças da

<sup>7</sup> Fundou-se o mesmo em 09 de outubro de 1968; Plínio Cavalcante de Lima foi o primeiro presidente, sendo substituído depois pelo atual presidente Washington Luis Oliveira de Sousa, que permanece no cargo há vários anos.

<sup>8</sup> A mesma teve como primeiro presidente Pedro dos Santos Ambrósio (Pedro Ambrósio), Líder comunitário do bairro de Santa Rita. Fundou e foi o primeiro presidente da Federação das Uniões de Moradores de Bairros e Entidades Afins de Imperatriz – FUMBEAI, em 1990. Eleito presidente da entidade em 20 de janeiro de 1991. Dirigiu-a até 20 de janeiro de 1993. Nesse período, a entidade foi extinta e ele criou outra entidade congênere, a [...] FUMBEART, em 27 de julho de 1991 (SANCHES, 2003).

sociedade civil, como outras associações e sindicatos da cidade, uma vez que a primeira presidenta já integrava o STICCI, o que influenciou a sua criação na Nova Vila. Também, contou-se com apoio de vereadores e de outras lideranças políticas da cidade.

Um fator importante que não se pode esquecer é a participação dos evangélicos nesta segunda Associação. A Igreja Assembléia de Deus – IAD da Nova Vila, cuja fachada se vê na Foto 7, participava sempre das reuniões e eleições, tanto através do pastor como de seus demais integrantes. Com o tempo, a AMNV conseguiu reunir em torno de sua ação as forças políticas e sociais principais do bairro, passando a assumir uma luta de muitas reivindicações na defesa e na garantia de melhores dias para os moradores às quais podem ser destacadas no decurso deste capítulo.



Foto 7: Fachada frontal da IAD, do bairro da Vilha.  
Fonte: Francisco das Chagas Pereira, 2006.

A observar as outras atas da AMBNV, constata-se que o mandato desta diretoria se estendeu até o início de junho de 1999. Depois foi convocada nova eleição e no dia 30 de junho foi realizada a cerimônia de posse da nova diretoria da associação com um mandato para o período de 30 de junho de 1999 a 30 de junho de 2001 (ASSOCIAÇÃO. Ata, 1999), quando foi renovada a maioria dos membros que estavam na chapa anterior. E, nos dois mandatos posteriores até o ano 2003, observa-se que muitas pessoas que compunham as chapas eram renovadas, isto é seus cargos eram ocupados por outras pessoas.

Entretanto, o cargo de presidente continuou/continua sendo exercido pela mesma pessoa. Precisamente, essa presidenta é Maria de Jesus Torquato Cavalcante, que vem exercendo este cargo desde as primeiras eleições até o presente momento, ou seja, por mais

de três mandatos consecutivos. Neste ponto é de se perguntar: por que não houve a mudança da presidência neste tempo todo? Ou, por que a população local não quis mudança? Ou, ainda, a mesma não teve oportunidade para isso?

Outra liderança que se destaca no bairro nos últimos anos é a vereadora Maria de Fátima Avelino,<sup>9</sup> moradora no Parque Alvorada I há muitos anos, tendo assumido em Janeiro 2005 seu segundo mandato como vereadora da área. Seu primeiro mandato como representante do bairro acontece em 2000 quando se candidatou a disputar um cargo eletivo como vereadora pelo Partido da Frente Liberal – PFL sob o n.º. de registro 25111 e recebeu apoio exclusivo do prefeito naquela época Ildon Marques de Sousa (1997-2000) e também de toda a oligarquia de direita que governa o Maranhão ainda hoje. Das 384 urnas apuradas no município, segundo Maranhão (2000), com um total de 94.466 (73.65%) eleitores votantes, Fátima Avelino foi eleita com 1195 votos, tendo somando 1,31% dos votos válidos.

Em 2001, o Partido dos Trabalhadores – PT conquistou a Prefeitura Municipal de Imperatriz com a eleição de Jomar Fernandes Pereira Filho (2001-2004)<sup>10</sup>. Logo depois de alguns meses de governo, Fátima Avelino resolve mudar do PFL para o PT e ganhando a confiança do prefeito Jomar, conquistou o cargo de Secretaria de Desenvolvimento Social de Imperatriz – SDSI, em 2003. A mesma tem usado o cargo e do poder público para desenvolver uma política populista e assistencialista, chegando a criar no bairro da Vilinha quatro creches e uma unidade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. No entender dos moradores e sócios da AMBV, seu trabalho como representante da população local não agradou a todos, em especial quanto aos benefícios para o bairro, prometidos por ela, quanto à realização de políticas públicas: saneamento básico etc.

Fátima Avelino manteve-se nesta posição devido ao apoio do prefeito Jomar e, ao mesmo tempo, pelo mandato popular que lhe foi confiado, resolve se candidatar à reeleição em 2004. Desta vez, a vereadora foi eleita pelo PT, ao qual estava filiada e foi registrada pela coligação PT – Partido de Mobilização Nacional – PMN, sob o n. 13456. Foi

---

<sup>9</sup> A mesma é mais conhecida como Fátima Avelino.

<sup>10</sup> “É funcionário público estadual, sindicalista e político. Foi prefeito de Imperatriz, eleito em 1º de Outubro de 2000 com 37.715 votos (43,75% dos votos válidos). Foi sua terceira tentativa de chegar ao governo municipal. Havia disputado em 1988 e 1996. Tomou posse em 1º de janeiro de 2001 para mandato até 2004. Foi Deputado Estadual e um dos fundadores e presidente do PT, em Imperatriz. Disputou eleições para vice-governador, em 1994, na chapa encabeçada por Jackson Iago, e para deputado estadual, em 1986, 1990 e 1998, sendo eleito nesta última. Na Assembléia Legislativa, onde ingressou em 1999, propôs a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado e foi seu relator. Formado em Estudos Sociais pelo CESI-UEMA, onde foi presidente do diretório acadêmico. Participou da histórica “Greve da Meia Passagem”, em São Luís (MA), em 1979 [...] (SANCHES, 2003, p. 320).

novamente eleita com 1,66% dos votos válidos, com um total de 1.803 votos (MARANHÃO. TRE, 2004). Como Jomar Fernandes não conseguiu se reeleger Prefeito, depois de três meses de sua posse, resolveu mudar novamente de partido. Desta vez saiu do PT alegando que estava sendo uma *persona non grata* no partido e por isso resolveu se filiar agora no Partido de Mobilização Democrático Brasileiro – PMDB, partido do atual prefeito de Imperatriz.

Essa vereadora sempre procurou se aproximar da associação de bairro da Vilinha, procurando dialogar com a direção e os associados na busca de conquistar melhores condições para o bairro. Como destaque de sua atuação, tem-se um esforço para com a construção do segundo PS do bairro – a Unidade de Saúde Maria Aragão – USMA –, conforme edital de convocação da associação:

Convocamos V.Sa., a participar de uma reunião que será realizada neste domingo dia 09 de junho de 2002, às 17:00 horas, cinco da tarde na sede da Associação, com o objetivo de tratarmos dos seguintes assuntos: 1- apresentação da planta e resultado da licitação para a construção da Unidade de Saúde do [Sistema Único de Saúde –] SUS (Mini posto médico) Vereadora Fátima Avelino [...] (CONVOCAÇÃO, 06/06/2002).

Outra ação no bairro, quanto à construção da quadra de esportes no Bairro, que a principio devia ser construída na Vilinha, mas que por motivos políticos devia ser transferida para o Parque Alvorada II. Por isso a associação resolve intervir através de um ofício encaminhado à vereadora, que neste tempo assumia a SDSI, com o seguinte teor:

Senhora Secretária, como é do vosso conhecimento, por ser uma das pessoas que sempre lutou e acompanhou o andamento dos processos para a construção da quadra de Esporte da Vilinha, vimos requerer a vossa interferência junto a Secretaria de Infra-estrutura e aos órgãos aonde se fizer necessário, para que não haja mudança do local para onde já ficou definido a referida construção, pois chegou ao nosso conhecimento que estão viabilizando junto a outras Secretarias Municipais, que a mesma seja executada no Parque Alvorada II. E como todo o projeto foi aprovado para um referido local que ficou centralizado para os demais bairros é inadmissível que seja deslocada para outro. Na certeza de que tudo fará para que nenhuma alteração que prejudique a nossa comunidade ocorra. Comunicamo-lhes, que houve mudança de cargo, mas continuou sendo a nossa vereadora, pois é a única que pode nos representar e defender os nossos direitos e interesses [...]. Atenciosamente, Maria de Jesus T. Cavalcante. Presidente (ASSOCIAÇÃO, 18/02/2003).

A luta por esta quadra, ainda continua até hoje. A direção da associação afirma que não tem nenhuma informação sobre essa quadra de esportes. Só sabe mesmo que não foi

construída nem no bairro da Vilinha e nem no Parque Alvorada II. Ainda de acordo com a Associação (2001), a preocupação com a política de saneamento básico é um outro destaque da ação da vereadora Fátima Avelino, com a entrega de *kits* sanitários, isto em abril de 2001.

Observe-se, neste ponto, a persistência de orientações e práticas políticas conservadoras em âmbito local. Inclusive, em algumas delas identificou-se estruturas e características em muito ultrapassadas, principalmente devido ao autoritarismo em excesso, a exemplo do que se denomina coronelismo (LEAL, 1997). Precisamente, concepções individualistas e posturas autoritárias dominam essa modalidade de liderança e de organização.

### 3.2 AS ASSOCIAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste sentido, faz-se necessário analisar quais as bandeiras e lutas destas associações ao longo da história, desde a sua fundação até os tempos atuais pelas políticas públicas, como se deu esta luta e quem foram e são os beneficiados. Segundo alguns documentos e atas e a pesquisa de campo, se destaca algumas ações públicas e profissionais em prol do desenvolvimento da comunidade (RAIMUNDO N. B. COSTA, 2004, n. c.). Dentre estas, tem-se a realização de cursos intensivos, como se vê no Quadro 3, e que eram/são voltados para a qualificação e/ou aperfeiçoamento.

**Quadro 3: Eventos/Atividades desenvolvidos pelas Associações**

<u>ATIVIDADE</u>	<u>ANO</u>	<u>LOCAL</u>	<u>ASSOC. PROMOTORA</u>	<u>FINANCIAMENTO</u>	<u>BENEFICIADOS</u>
Culinária	2000	Vilinha	ANBVN	FAT	25 pessoas
Pintura em	2000	Vilinha	ANBVN	FAT	25 pessoas

tecido					
Garçom	2000	Vilinha	ANBVN	FAT	25 pessoas

**Fonte:** Pesquisa de campo do autor, 2004

Dentre esses tem-se o curso de qualificação profissional em doces e salgados, realizado na sede da AMBNV durante o mês de setembro de 2000. O mesmo recebeu o apoio da Social Democracia Sindical – SDS<sup>11</sup> que conseguiu contar com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT do governo federal. Conforme a Associação (2001), outros cursos surgiram em 2001: pintura em tecido, garçom e garçonete, realizados entre 05 e 16 de novembro; na Foto 8, tem-se a entrega de certificado.

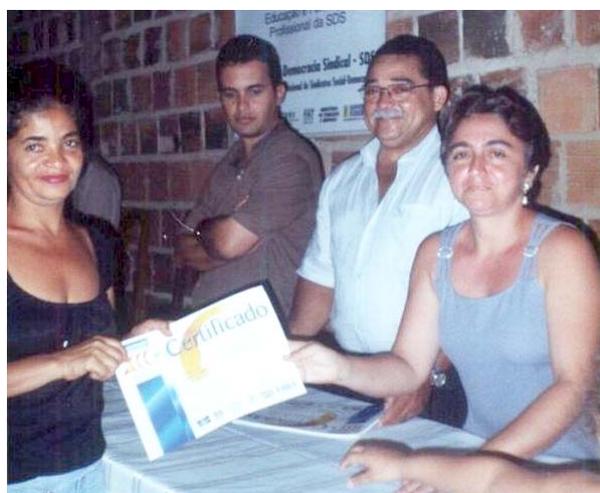


Foto 8: Entrega de certificado pela presidente Maria Torquato, à direita. Fonte: Acervo da AMBV, 2001.

Para cada curso, eram oferecidas 25 vagas e tinha-se como objetivo atingir pessoas de baixa renda e desempregadas no sentido de proporcionar qualificação profissional para o mercado de trabalho. No ano de 2003, a AMBV em convênio com a PMI, criou uma escola de Alfabetização para Adultos, que contou com a ajuda da deputada federal Teresinha das Neves Pereira Fernandes,<sup>12</sup> primeira dama do município, que neste tempo exercia a função de SDSI:

<sup>11</sup> Esta é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado “[...] fundada em 8 de julho de 1997, com sede em São Paulo. Tem como objetivo a conscientização, mobilização, integração, coordenação, defesa e representação dos direitos políticos, econômicos, sociais e humanos dos trabalhadores ativos e inativos, que partilham os valores fundamentais da Social Democracia e integrantes de categorias profissionais organizadas em sindicatos, em organizações não governamentais e outras entidades para a defesa da população, [...]” (ESTATUTO, 1977, p. 1).

<sup>12</sup> Teresinha das Neves Pereira Fernandes é maranhense de Barreirinhas, casada com Jomar Fernandes P. Filho, ex-prefeito de Imperatriz. Coletora, Secretária de Estado da Fazenda, Imperatriz, MA, 1982-2001;

O projeto foi idealizado na época pela Teca Dias, que ajudou muito a gente, neste projeto com os idosos. Era uma média de 25 alunos acima de 60 anos e todos chegaram a concluir o curso com formatura e tudo. De início foi difícil, mas depois que aulas começaram, muitos foram estimulados. Muitos velhinhos ficaram muito satisfeitos, pois antes não sabia ler e agora já assinam até o seu nome. Isso foi muito gratificante para eles e para nós (WASHINGTON LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA, 2005, entrevista).

E, a construção do posto policial, foi mais uma bandeira desta associação de Vila Nova, devido ao aumento da violência no bairro, como assaltos à luz do dia, e à noite; alguns casos de estupros e até roubo de fios da linha telefônica, o que deixava o bairro sem comunicação. Mediante esta situação, convocou-se uma reunião com todos os sócios, para discutir a questão da violência no bairro e procurar encontrar as soluções mais adequadas.

Nessa reunião, decidiu-se fazer um contato com as autoridades do setor da segurança pública e, ao mesmo tempo, dar início à construção de um posto policial local. Conforme documentado por Torquato (2004), logo depois a AMBNV começou a mobilizar a comunidade, os sócios e benfeitores com vistas à aquisição do material para a construção desse Posto – que em parte se pode observar na Foto 9. Neste ponto, note-se que a associação tinha um terreno disponível ao lado da sede, o que facilitou todo esse processo.



Foto 9: Policiais em frente ao Posto policial da Nova Vila, no dia da inauguração. Fonte: Associação, 2001.

Através da AMBNV toda comunidade foi mobilizada. Precisamente, a ICAR e os evangélicos, pessoas e empresas da cidade de Imperatriz, cada um deu sua contribuição na luta pela segurança do bairro. E, em seguida, começou-se a construção do posto via mutirão, sendo este realizado sempre nos finais de semana. Em maio de 2001, concluiu-se a obra e a partir de junho, os policiais que faziam ronda no bairro, mas que não tinham onde ficar ou mesmo tomar um pouco d água, resolveram ocupar esse espaço, que de fato fora construído com tal finalidade.

A partir da descrição de Torquato, o comandante da polícia militar do 3º. BPM nesta época era Francisco Melo da Silva,<sup>13</sup> mais conhecido como Major Melo. Ele, apesar de não ter um contingente suficiente para atender a demanda, reconheceu que o funcionamento desse posto policial era por demais necessário, tanto para o bairro Vilinha, como para o atendimento a outros bairros circunvizinhos. E assim, no dia 15 de setembro de 2001, inaugurou-se oficialmente esse posto policial.

No início de 2003, a permanência dos policiais no bairro e nos posto policial foi sendo reduzida em função do novo comandante Tenente Coronel Roberto Uchoa que afirmava que os postos policiais comunitários não eram tão importantes. Diante disso, a associação novamente mobilizou seus sócios e o povo em geral para debater a situação da falta de policiais no posto e do aumento da violência no bairro, tais como assaltos a residências etc. Mas não houve interesse dos moradores, comparecendo poucas pessoas. Neste mesmo ano, o tenente coronel Pedro de Jesus Ribeiro dos Reis,<sup>14</sup> substituiu no comando o Coronel Uchoa, que recebeu sócios da AMBNV, da ICAR e da IAD reivindicando a regularização do funcionamento do posto.

Observa-se aqui, a persistência e a luta da comunidade por uma política de segurança para garantir a integridade e vida de todos os moradores do bairro. Depois que o posto policial foi desativado, a AMBNV voltou a convocar seus sócios para participar de uma reunião no dia 17 de agosto de 2003 no sentido de encontrar uma saída para esta situação e sensibilizar a comunidade para assumir essa luta para manter o posto policial funcionando e garantir a segurança do bairro:

---

<sup>13</sup> Militar, major, depois tenente-coronel. Foi comandante do 3º BPM. Implantou o programa de Polícia Comunitária em Imperatriz. Realizou o 1º Encontro de Segurança Pública da Região Tocantina. Tomou a iniciativa de criação do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG). Candidatou-se a deputado estadual em 2002, não sendo eleito. Tem o curso de Formação de Oficiais, realizado na Academia de Polícia Militar, em Fortaleza (CE), de 1983 a 1985, e cursa Administração de Empresas. Fez curso de pós-graduação: Aperfeiçoamento de Oficiais; Especialização em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos; e *Master in Business Administration*. Nasceu em Caxias (MA) [...] (SANCHES, 2003).

<sup>14</sup> Tenente Coronel, Comandante dos destacamentos da área de Imperatriz, que inclui 14 municípios.

[...] Através deste, vimos convidar V.Sa., para participar de uma reunião que será realizada no dia 17 de agosto (domingo) às 17:00 horas (cinco da tarde). Em nossa sede [...]. Com o objetivo de tratarmos dos seguintes assuntos: 1. A necessidade que os moradores têm de um Posto Policial; 2. Quando é necessário a participação/contribuição da comunidade [...]; Atenciosamente, Maria de Jesus T. Cavalcante, Presidente (IMPERATRIZ. Câmara, 2003).

Segundo Maria Torquato, uma comissão foi até o tenente da Polícia Militar Pedro Ribeiro, que afirmou não ter mais condições de continuar mantendo o posto policial, devido o mesmo ter sido construído pela comunidade e associação, o que atrelava a polícia a essas instituições e o que não considerava certo.

Outras reivindicações foram encaminhadas pela AMBV. Por exemplo, a relativa ao primeiro telefone público para o bairro. Neste caso, depois de muita insistência junto à direção da Companhia de Telecomunicações do Maranhão – TELEMAR, o que se depreende de um documento da Associação (2001), o mesmo foi finalmente instalado na porta do posto policial. Assim, passou a servir aos policiais e à comunidade.

A luta pela política de saúde sempre foi uma constante desta associação desde a criação do primeiro PS, fundado em 2001, estabelecido à rua Alvorada, Nova Vila e que contou com o apoio de Fátima Avelino, primeira vereadora do bairro:

Presente já em mais de 20 bairros da periferia de Imperatriz, o Programa Saúde da Família – PSF, instalado em Imperatriz com o apoio do Ministério da Saúde, está revolucionando os conceitos de atendimento médico na prevenção de doenças das populações mais carentes da cidade. O PSF da Vivilha, inaugurado recentemente e que atende os bairros Parque Alvorada I e II foi motivo de elogios por parte da vereadora Fátima Avelino (PFL), para quem o PSF está sendo um grande presente que a população daquela região periférica ganhou [...]. Muitos casos de internamento estão sendo evitados com a ação desses profissionais de saúde que estão indo até às residências diagnosticar e orientar aqueles que tanto necessitam de ajuda [...] (O PROGRESSO, 26/08/2001, Caderno 1, p. 2).

Portanto, o PS da Vivilha começou a funcionar a partir do PSF,<sup>15</sup> criado em 26 de agosto de 2001, com 12 agentes de saúde. Pelos dados divulgados por Sanches (2003, p. 586), este programa atendeu em todo o município de Imperatriz, entre os anos de 2000 e 2002, um total de 1.958,455 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta e cinco) pessoas.

---

<sup>15</sup> Esse Programa foi criado pelo Ministério da Saúde – MS, em 1994. Seu principal propósito é reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto da família e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

No que diz respeito especificamente à Vilinha, de início, o PSF funcionou muito bem, porém, depois mudou completamente:

O atendimento no bairro era feito pelo cadastro de famílias. Cada pessoa que chegava no posto tinha seu agente de saúde para lhe orientar e até lhe encaminhar para o médico. Só que hoje isso não funciona mais, por que tem uma política muito grande ali dentro daquele posto. Hoje não vejo mais os agentes visitando ninguém. Hoje tem uma nova direção que não atende bem. Quando eu chego lá tem um monte de pessoas na recepção e ninguém sabe atender ninguém. E eu disse quando for denunciada essa situação vocês vão ter que voltar para as ruas, pois esse é o local do agente de saúde (JÚLIO RODRIGUES DA COSTA, 2005, líder da Vilinha).

Com a mudança de governo em 2005, todo o trabalho dinâmico do PSF muda completamente, conforme as denúncias de Júlio R. da Costa, que é um agente de saúde popular do bairro da Vilinha, há mais de 15 anos. É natural de Caxias, Rio Grande do Sul, e chegou aqui em 1990 e continuou fazendo o mesmo trabalho que fazia na cidade natal, onde foi enfermeiro de um hospital por mais de oito anos. Por isso, tem uma larga experiência quanto à medicina popular e a estratégia de assistência do SUS.

Aqui ninguém tinha acesso a saúde e morriam à míngua. Então comecei a trabalhar e a brigar nos hospitais de Imperatriz pelo direito de atendimento do povo, mas muitas vezes foi negado. Ainda andei denunciando à polícia para que o povo pudesse ser atendido. Das pessoas que levei em sua grande maioria foram atendidos e ficaram bons. Faço este trabalho há mais de 15 anos aqui no bairro. Aqui tem o posto de saúde e o pessoal lá me procura dizendo: sr Julio porque mesmo com o posto de saúde aqui, o povo não te deixa de te procurar? Eu respondi, é porque lá em casa não tem a resposta não. Isto porque as pessoas vão no posto e nem sempre são atendidas e às vezes são até mal atendidas. Ontem mesmo arrumei um exame para uma mulher aqui do bairro que não conseguiu fazer seu exame no socorão (JÚLIO RODRIGUES DA COSTA, 2005, líder da Vilinha).

Em contato com várias pessoas que foram atendidas, todas o elogiam devido à dedicação e à presteza em ajudar as pessoas. Um dos líderes do bairro, Raimundo Pimentel Lima (2005, entrevista) afirmou: “[...] gosto muito do trabalho dele, pois ele não se nega, a qualquer hora do dia ou da noite ele está no jeito”. No que diz respeito ao atendimento do PSF, Júlio Rodrigues da Costa (2005, líder da Vilinha) disse que:

[...] antes o atendimento era feito a partir de cadastro de famílias, cada pessoa que chegava ao posto tinha seu agente de saúde para lhe orientar e até lhe encaminhar para o médico. Só que hoje isso não funciona mais, por que tem uma política muito grande ali dentro daquele posto. Hoje não vejo mais os agentes visitando ninguém. Hoje tem uma nova direção que não atende bem. Quando eu chego lá tem um monte de pessoas na

recepção e ninguém sabe atender ninguém. E eu disse quando for denunciada essa situação vocês vão ter que voltar para as ruas, pois esse é o local do agente de saúde.

O PS a que se refere Júlio é o segundo deles, considerado o mais organizado e aparelhado da região, chamado de USMA; nas Fotos 10 e 11, tem-se o posto de saúde antigo e o atual.



Foto 10: O PS antigo da Vilinha.  
Fonte: Francisco das Chagas Pereira, 2005.



Foto 11: A USMA atual da Vilinha.  
Fonte: Francisco das Chagas Pereira, 2005.

Esse PS foi construído durante o mandato do prefeito Jomar Fernandes Pereira Filho,<sup>16</sup> que o inaugurou em 16 de julho de 2003. É um posto amplo com salas para internações de urgência e que atende ao público todos os dias de segunda a sexta-feira, com a presença precária de médicos que prestam assistência por duas ou três vezes por semana. O mesmo é um mini-hospital, mas não funciona como teria que fazê-lo. O atendimento da farmácia no posto é somente para os agentes de saúde. Assim, quando algum paciente tenta acessar um atendimento e/ou medicamento, dificilmente consegue.

Por exemplo, o médico faz a receita com três cartelas de diclofenaco, ele dá uma. Pede três comprimidos de parasitamol, eles dão um. E a receita ficou carimbada lá no posto, como fosse atendido de forma total. Outro detalhe é o seguinte: o medico lhe receita dois remédios, mas lá na farmácia só tinha um. Eles lhe entregam um e a receita fica lá, para depois ser considerado como se fosse atendida no total. Ainda tem propina. Os agentes de saúde do município de Imperatriz que aqui

<sup>16</sup> É funcionário público estadual, sindicalista e político. “Prefeito de Imperatriz, eleito em 1º de Outubro de 2000 com 37.715 votos (43,75% dos votos válidos). Foi sua terceira tentativa de chegar ao governo municipal. Havia disputado em 1988 e 1996. Tomou posse em 1º de janeiro de 2001 para mandato até 2004. Foi Deputado Estadual e um dos fundadores e presidente do PT em Imperatriz. Disputou eleições para vice-governador, em 1994, na chapa encabeçada por Jackson Iago, e para deputado estadual, em 1986, 1990 e 1998, sendo eleito nesta última. Na Assembléia Legislativa, onde ingressou em 1999, propôs a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Crime Organizado e foi seu relator. Formado em Estudos Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, onde foi presidente do diretório acadêmico. Participou da histórica “Greve da Meia Passagem”, em São Luís (MA), em 1979 [...]” (SANCHES, 2003, 320).

trabalham e ainda recebem propina (JÚLIO RODRIGUES DA COSTA, 2005, líder da Vilinha).

Segundo a presidenta da AMBNV, Maria Torquato, esta Associação também participou no processo de licitação para a construção do posto de saúde da Vilinha, cuja abertura das propostas aconteceu no dia 06 de junho de 2002, na sede da Associação.

Esta licitação contou com a participação de três empresas concorrentes: a Soloteto, que apresentou uma proposta de R\$ 160.953,48 (cento e sessenta mil, novecentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos); a Convil, com proposta no valor de R\$ 165.277,38 (cento e sessenta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos); e por fim a Guterres, que apresentou outra proposta de R\$ 161.286,48 (cento e sessenta e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos). Ainda, acompanhou o processo da compra do terreno para a construção do mesmo, que foi superfaturado. Este processo envolveu a encarregada da aquisição do mesmo, a vereadora Fátima Avelino. Maria Torquato afirmou que a AMBNV participa na gestão das políticas públicas do município, sendo representada em três conselhos municipais: o da saúde, do idoso e o de assistência social.

Pelas lembranças de Neci Pereira Lopes, a primeira associação teve como uma grande preocupação criar escolas.

Nesse tempo, nem se falava em escolas para as crianças. Construimos uma casa de Palha na Rua do Arame e depois fomos à prefeitura de Imperatriz. Nesse tempo, era a administração do prefeito Carlos Gomes de Amorim. Então, a Secretaria de Educação nos autorizou a criar a escola do [Movimento Brasileiro de Alfabetização –] MOBREAL<sup>17</sup> com o objetivo de alfabetizar adultos, crianças e jovens, que em sua grande maioria eram analfabetos (NECI P. LOPES, 2004, entrevista).

Atualmente, cinco escolas públicas são mantidas pela prefeitura municipal de Imperatriz:

- a) Escola Municipal de Ensino Fundamental São Jorge I, criada no ano de 1974, por Antonio, conhecido como “Antonio Professor”, que era devoto do santo. A escola hoje conhecida como São Jorge I está situada na rua Arame no bairro da Vilinha. Mas, durante muito tempo funcionou na residência do Antonio acima citado. Desde então foi nomeada como São Jorge, em virtude da devoção de seu criador pelo santo assim chamado. No mesmo ano de 1976, o Prof. Antonio abandona a cidade e, em 1977, o poder público municipal assume a responsabilidade da escola remunerando duas professoras (Maria das Graças e Mirtes Maria), para que o

---

<sup>17</sup> Criado pela Lei 5.379, de 15.12.1967.

funcionamento não fosse interrompido. Em 1981 foi nomeada a primeira diretora “Elizabete”, que permaneceu no cargo até 1983.

- b) Durante todo esse tempo, as aulas eram dadas em casas alugadas, a primeira estava situada à rua São Raimundo, a segunda no Parque Alvorada I, e em seguida para a capela da comunidade Sagrada Família, utilizando dali algumas das salas, citadas por frei Epifânio; e mais tarde, para a casa de Jeconias Rodrigues (N. P. LOPES, 2004, entrevista). Em 1974, o então deputado federal Davi Alves Silva<sup>18</sup> doou o terreno das atuais dependências da escola, à PMI. No ano de 2000, a escola passou por uma reforma, tendo sido construídas mais duas salas de aula; sua fachada frontal aparece na Foto 12, Neste ano de 2005, a mesma conta com 503 alunos, sendo que 186 pertencem ao programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA.



---

<sup>18</sup> “Político e empresário. Foi eleito Deputado Estadual, o mais votado na história de Imperatriz, em 1982. Quatro anos mais tarde, em 1986, elegeu-se deputado federal constituinte pelo Partido Democrático Social [– PDS] e integrou o bloco conservador do Centrão. Votou contra a reforma agrária na Constituinte.

Foto 12: Escola Municipal S. Jorge I, na rua Arame.  
Fonte: Costa, 2005.

- c) Escola Municipal de Ensino Fundamental Sousa Lima, inaugurada em 28 de dezembro de 1988 pela PMI, na pessoa do prefeito José de Ribamar Fiquene. A mesma está situada à Rua do Arame no Bairro Vilinha, atualmente com 259 alunos onde 90 são integrantes do programa de Educação de jovens e adultos, cuja aula é ministrada no turno da noite.
- d) Escola Centro Educacional Marcilio Dias, inaugurada em Março de 1990, na administração do então Prefeito Davi Alves Silva, é uma escola particular, que foi alugado para prefeitura municipal a fim de que fosse ministrado o ensino fundamental de 1º a sétima série, além do ensino infantil creche e pré-escolar. A escola está localizada à Rua Minas Gerais, Bairro Vilinha, e conta hoje com mais de 334 alunos;
- e) Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Tadeu,<sup>19</sup> inaugurada em 07 de Setembro de 2004, a Escola, recebeu o nome de um dos grandes religiosos de Imperatriz, já falecido, recebe um numero expressivo de 430 alunos de pré-escolar à 8ª. série. Foi criada na administração do prefeito Jomar Fernandes e tem como diretor Jonata Nobre de Mesquita.
- f) Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Joca Vieira, localizada na rua Arame, atualmente atende uma demanda de 276 alunos numa faixa etária entre 4 a 11 anos. Funciona em dois turnos, matutino e vespertino com 12 professores concursados. Destes, só dois tem formação acadêmica em pedagogia, os outros só possuem o normal pedagógico.

Outros programas complementam as atividades escolares.

Dentre os programas sociais da PMI e do governo federal, a Vilinha conta hoje com PETI,<sup>20</sup> onde são liberadas pela SDSI, um total de 324 (trezentos e vinte e quatro) metas<sup>21</sup> para crianças carentes de sete a 15 anos, dos bairros da Vilinha, Parque Alvorada I e II., que funciona em dois turnos: pela manhã e à tarde. As crianças e adolescentes recebem atendimento quanto ao o reforço escolar, o que é feito pelos estagiários da Universidade do Estado do Maranhão – UEMA/Campus de Imperatriz e da Faculdade de Ensino Santa Terezinha – FEST. Também, há aulas de dança, folclore, e futebol. Mensalmente, há reunião com os pais dessas crianças que

<sup>19</sup> Esse Frei foi um ícone regional. Nasceu na Itália em 26 de novembro de 1929. Ingressou no seminário no dia 13 de março de 1954 e foi ordenado na Itália pela Ordem Franciscana capuchinha. Chegou no Brasil com destino para o município de Alto Alegre; lá chegando no ano de 1962, começava, assim, sua *via crucis* pelo Maranhão: Esperantinópolis (1963); São Luís (1967); Pedreiras (1969); Presidente Dutra (1980); novamente em São Luís (1981) e, no mesmo ano, para Açailândia. Foi transferido para Imperatriz, em 1986. Voltou em 1989 para Porto Franco, retornando, em 1995, novamente para Imperatriz. Foi assassinado no dia 19 de julho de 2003, sem discussão, a facadas por Manoel Goiano, amigo do marginal Parasinho, ao lado da Rodoviária de Imperatriz.

<sup>16</sup> Esse é um programa de transferência direta de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce.

<sup>21</sup> Metas são os valores em reais que a escola recebe por cada aluno matriculado. Antes, cada cota correspondia a R\$ 11,00 ou R\$ 12,00.

é coordenada pelos agentes sociais, pedagogos e psicólogos que fazem parte da coordenação geral desse Programa no município. Este é coordenado, na Vilinha, basicamente por três educadores e uma diretora. No que diz respeito à formação acadêmica, dois estão cursando o ensino superior e dois já concluíram o ensino médio.

Todavia, a PMI mantém a creche Nossa Senhora de Fátima, na Vilinha, na rua Sousa Lima, nº. 1118, que recebe um total de 130 (cento e trinta) metas, atendendo crianças carentes na faixa etária de zero a seis anos de idade. Acerca da formação acadêmica dos quatro educadores que ali trabalham, somente uma tem o curso de magistério e as outras estão a concluir. Estes projetos, tanto o PETI como as creches, são acompanhados pela vereadora Fátima Avelino que usufrui desta estrutura para manter a sua “popularidade” e a política assistencialista no bairro.

Uma outra organização que surgiu no bairro foi o grupo Nova Vida de Alcoólicos Anônimos. A sua fundação deu-se no dia 13 de setembro de 1987, por Francisco Pereira da Silva, que contou com o apoio de irmã Flávia da congregação irmãs canossianas,<sup>22</sup> Conceição Formiga, diretora geral do clube de mães de Imperatriz e representantes da comunidade e da Igreja local. Os primeiros membros que iniciaram o grupo e que se recuperaram da dependência do álcool foram: Francisco José Almeida, Arthur Moura, Manoel Ramos, Raimundo Araújo e outros. A reunião ordinária do grupo era nas salas do centro catequético da ICAR, sempre aos sábados às dezenove horas.

### 3.3 PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS DO BAIRRO

A infra-estrutura deficitária é preocupação dos moradores da Vilinha, que se encontra hoje com uma população, como por exemplo, sem esgotos; e ainda continua a trazer problemas e preocupações. Observa-se, no centro e na periferia da Vilinha, que existe lixo espalhado por todo o lado, inclusive, em áreas de esgoto não tratado, e, ainda, casebres de madeira, o que se observa nas Fotos 13 e 14. De todo o modo, todo o bairro encontra-se beneficiado com a rede de água potável, desde 1991. Este recurso infra-estrutural foi viabilizado por um acordo entre a PMI, sendo Davi Alves Silva o prefeito à época, e a Companhia de Água e Esgoto do Maranhão – CAEMA, através do governo do estado, que nesta época era Édson Lobão<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Essa é uma congregação religiosa italiana da ICAR, fundada em Verona, Itália em 1808, pela marquesa Madalena de Canossa que tem como proposta, cuidar da educação de crianças, e jovens.

<sup>23</sup> Jornalista, advogado e político. O mesmo dá “[...] nome a uma escola estadual de Imperatriz. Senador da República e ex-governador de Maranhão. Começou a trabalhar ainda jovem, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e depois em Brasília (DF). Foi colunista político. Trabalhou como assessor dos ministérios da Viação e Obras Públicas e do Interior. Elegeu-se deputado federal pelo Maranhão, para o mandato de 1979 a



Foto 13: Esgoto a céu aberto na Vilinha.  
Fonte: Costa, 2004.



Foto 14: Casebre de madeira e lixo jogado na Vilinha.  
Fonte: Costa, 2004.

De fato, a rede de esgoto até hoje não foi feita. O sistema de escoamento da água das residências é todo jogado nas ruas aonde a água vai escorrendo a céu aberto, e as ruas ficam cheias de lama e muitos odores, principalmente na periferia do bairro. Além disso, o lixo toma conta das ruas principalmente as mais afastadas das ruas principais, onde grande parte da população não tendo uma consciência de preservação ambiental joga todo o seu lixo na rua e nos esgotos. Esta é uma situação real vivida há muitos anos desde a Idade Média, com o surgimento das cidades e da conseqüente urbanização, como afirma Engels (1976, p. 12), ao constatar que estes problemas ou epidemias não eram apenas de operários, mas que também afetavam os capitalistas:

As ciências naturais modernas demonstram que os chamados “bairros insalubres”, onde se amontoam operários, constituem focos de origem das epidemias que periodicamente invadem nossas cidades. O cólera, o tifo, a febre tifóide, a varíola e outras moléstias devastadoras espalham os seus germes no ar pestilento e nas águas contaminadas desses bairros operários. Quase nunca desaparecem aí, se desenvolvem em forma de epidemias, cada vez que as circunstâncias lhes são propícias. Essas epidemias se estendem então aos bairros mais arejados e mais salubres em que residem os senhores capitalistas.

Na Vilinha, muitos casos de dengue já foram registrados em anos anteriores. Mas, o atendente contatado informou que a FUNASA perdeu estes dados no computador, mas que em 2004, segundo o levantamento nesse bairro, a porcentagem é de 0,01 por residência. No que se refere às outras endemias, parece estar controlado e não tem nenhum registro. No PS da Vilinha, segundo as informações da atendente, foram atendidos nos últimos anos muitos casos de verminose e de pneumonia em crianças de um a cinco anos.

---

1983, e reeleito para 1983-1987, com maior votação do [e]stado. Eleito Senador em 1986, interrompeu o mandato por ter sido eleito Governador do Maranhão (1991/1994). Elegeu-se Senador em seguida e foi reeleito em 2002 [...]”. (SANCHES, 2003, p. 297).

Ultimamente, se fala muito sobre o fenômeno cidade e violência ou também de violência urbana levando a uma compreensão dúbia. Fala-se muito sobre a violência nos grandes centros, como se estes fossem por si próprios responsáveis pela violência; também se falam da violência rural, como as ligas camponesas no passado e hoje o Movimento Sem Terra – MST. Mas, é bom esclarecer que, nem a cidade e nem o campo são os criadores da violência, pois, como já se reportou neste trabalho ela decorre de relações sociais econômicas e de poder desiguais e injustas e que geram grandes conflitos tanto no campo como na cidade atingindo principalmente a camada jovem.

Ao analisar a violência juvenil nas periferias das grandes cidades da Europa, Maffesoli (2001) procurou amenizar essa problemática ao falar em um novo tribalismo. Este fenômeno, segundo o autor, anda junto à revolta, especialmente a partir da “[...] alegre efervescência das festas [...]”, como o futebol, o carnaval entre outras (MAFESSOLI, 2001, p. 35). Outra variante para explicar essa questão nas grandes cidades é o estresse. E, como afirma Georg Simmel (1973), a vida urbana excita os nervos, intensifica as áreas de atrito entre os moradores da cidade, atíça sua sensibilidade pela proximidade do convívio, pelo anonimato e pela indiferença. A pensar-se com Simmel (1973), facilmente, cria-se um clima explosivo que pode resultar em tumulto ou violência.

Um dos clássicos da sociologia, Max Weber, há de ser lembrado nessa discussão. Ele foi quem, do ponto de vista analítico, mais aproximou a relação entre cidade e violência, pois via na fundação dessa primeira no tempo do feudalismo, como um gesto de resistência dos habitantes organizados em corporações e guildas contra o poderio do senhor feudal, calcado na dominação rural (WEBER, 1999). Além disso, este autor afirma que a cidade com sua estruturação, torna-se o *locus* do poder racional, isto é, do Estado, que na modernidade tem o monopólio da violência institucionalizada. Isto tem se revelado muito nos últimos anos, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro, em que o tráfico de drogas influi substancialmente na vida local, a exemplo de conflitos e problemas sociais variados.

De fato, a urbanização, desde a Revolução Industrial e a modernidade, tornou a sociabilidade em um foco de tensões, de conflitos e mesmo de violência. Assim, este fenômeno engendrou nas grandes cidades um modo de organização social do espaço urbano novo, marcado por uma concentração grande de pessoas sem recursos. Por outro lado, tem-se a inexistência de mecanismos econômicos geridos pelos poderes públicos para a satisfatória reprodução social destes contingentes e de instrumentos sociais adequados ao monitoramento da reorganização social do espaço urbano, especialmente quanto à

ocupação do território. Paralelo a estas situações, há de se analisar outras situações provocadas pela atuação do grande capital, como o desemprego nas cidades e no campo.

Ainda, a se considerar os desdobramentos mais recentes, há quem argumente ser o desemprego outra modalidade de violência urbana, que é gerado pela divisão do trabalho, pela crescente informatização e o desenvolvimento da tecnologia nos grandes centros e da própria exploração do trabalhador pela empresa. Pode-se, então, afirmar que mais uma vez não é a cidade que produz esta violência contra o trabalhador, mas sim a estrutura capitalista da geração de empregos, as diferentes formas da divisão do trabalho adotada por este modelo econômico, que gera várias formas de violência. E, conseqüentemente, surge a violência que hoje se constitui um problema sério nas grandes cidades e em todo o Brasil, de maneira que recentemente o governo federal resolveu fazer um *referendum* sobre a questão da proibição de venda de armas e munição.

Também, a questão da violência marcou o bairro da Vilinha desde o seu início até os dias hoje. Segundo declarou Francisco Jerônimo (2004, entrevista), morador neste bairro, à rua Minas Gerais, nº. 160:

Sou praticamente um fundador desta rua. Cheguei em Imperatriz em 1973 e na vilinha não existia nada, tudo era deserto. Havia muita violência, eu lembro como se fosse hoje. Eu vi um casal de namorados que morreram abraçados, na entrada da Vilinha, depois de serem alvejados por uma espingarda vinte. Os que fizeram isso eram filhos da dona Cearinha. E, além disso, tinham outros como O Biné, o Joãozinho, o Japonês, que faziam muita patifaria aqui. Às vezes eram presos, mas logo, logo estavam na rua de novo. Você sabe a polícia prende, mas a justiça solta. A maioria da gente aqui não tinha nem como sair do bairro, pois tínhamos muito medo.

Observa-se, portanto, que a violência nos centros urbanos sempre existiu, Mas, essa situação não produzia no início da formação dos bairros no Brasil, os efeitos desorganizadores como hoje produz, como a questão da violência associada ao tráfico de drogas, de armas, dentre outras realidades.

Assim, a violência cria um clima social e uma cultura que diminuem enormemente a eficácia normativa necessária às práticas e às relações de solidariedade, incidentes especialmente nos jovens moradores dos bairros populares. Aqueles que são recrutados pelas organizações criminosas adquirem rapidamente massivos recursos, sejam em armas ou em dinheiro. Por sua vez, o assustador número de mortes de jovens do sexo masculino gera um clima social em que o encurtamento na percepção do tempo de parte dos jovens os

conduz à atitudes que negam os valores mais gerais e consensuais da sociedade. Soares (2000, p. 55) aponta, neste sentido, alguns efeitos da violência:

- a) Desorganização da vida associativa e política das comunidades.
- b) Imposição de um regime despótico nas favelas e bairros populares.
- c) Recrutamento da força de trabalho infantil e adolescente.
- d) Disseminação de valores bélicos, contrários ao universalismo democrático e cidadão;
- e) Como conseqüência, nos bairros populares, observa-se o predomínio agressivo dos valores da guerra fundados na crença da supremacia da coragem e da lealdade, o que leva, a um incentivo maior de violência;
- f) Destruição das estruturas familiares e da dinâmica da reprodução cultural ao inverterm-se as relações de autoridade intergeracionais, convertendo-as em laços de poder militarizado.

Em decorrência da vigência desses valores, há nos bairros populares uma permanente disputa em torno da supremacia moral de duas estruturas de hierarquia: a familiar e a do tráfico de drogas, isto para não falar das gangues.

A conseqüência desse processo em sua complexidade é a degradação da “[...] lealdade comunitária tradicional, substituindo-a por relações exclusivistas com grupos paramilitares e por um narcisismo consumista extremo” (SOARES, 2000, p. 55). Nos bairros em que o tráfico tem presença marcante, ainda conforme Soares (2000, p. 55), “[...] a identidade predominante passa a ser o grupo criminoso, que usa o vínculo simbólico de uma das grandes “famílias” do tráfico, para diferenciar-se dos rivais. Esse processo tende a ser mais traumático quando os traficantes são invasores, isto é, não originários da favela que dominam”. Assim, tem-se também um outro efeito, na seqüência acima o de letra “g”, que é a estimulação de reações que tendem a estigmatizar a pobreza e os pobres, promovendo imagens negativas das comunidades dos bairros populares, que passam a ser vistos como fontes do mal.

Nesses termos e quanto à Vilinha, se encontra registros de casos preocupantes da situação de violência no bairro, inclusive envolvendo menores de idade. Por exemplo, no Livro Tombo da Paróquia Sagrada Família da Vilinha, tem-se que:

Em 1983, muitos acontecimentos marcaram a nossa pequena comunidade. No início do ano uma criança de apenas sete anos de idade foi estuprada e morta, quando ia de sua casa para a Igreja. Ela está indo para a catequese. Este acontecimento abalou profundamente a comunidade, os pais e maridos não deixavam mais suas esposas e filhos

irem para a Igreja, a comunidade diminuiu e preocuparam seus dirigentes (PARÓQUIA, 1978-2001, p. 7).

E, no entendimento de Júlio Rodrigues da Costa (2004, entrevista),

[...] a violência veio começar aqui quando chegou a energia e quando começou a surgir o Parque Alvorada II no tempo do prefeito Davi Alves Silva (1989-1993), conforme nota citada neste ensaio foi um grande articulador da pistolagem tendo como sede o Parque Alvorada, onde mantinha seus comandados. A partir daí começam aparecer alguns casos, como de estupro e assaltos.

Também, ao pesquisar-se no Jornal O Progresso de Imperatriz, constatou-se casos de violência:

[...] Segundo o policial Araújo, a sua equipe que realizava um trabalho de rotina no bairro da Vilinha, foi avisado por um homem que Jardel Pereira Pinheiro estava com uma menina de 10 anos dentro do mato, já fazia algum tempo. Os policiais foram até o local e coincidiu que ele estava saindo do mato, montado numa bicicleta e tentou fugir [...]. A menina, ao avistar os policiais ficou com medo e correu indo refugiar-se em uma casa [...]. Jardel Pereira Pinheiro negou que tenha praticado o estupro. Entretanto, ele já foi preso anteriormente e autuado em flagrante delito por abuso sexual. Chegou a ser condenado e cumpriu parte da pena e se encontrava em liberdade (HOMEM, 2004, p. 8).

Aliás, nessa reportagem, verifica-se um dos casos de violência sexual contra menores, onde o autor do crime é reincidente. Casos como este e outros são característicos das grandes cidades e periferias o que vem sendo causa de denúncias de várias entidades:

Os dados sobre abuso sexual também são alarmantes. Segundo a Associação Brasileira de Proteção à Infância (Abrapia), 49% dos casos de abuso sexual vitimam meninos e meninas de 2 a 5 anos de idade.[...] As meninas, por outro lado, são as principais vítimas de violência sexual. Elas representam 80% das principais vítimas da exploração sexual comercial (ASSOCIAÇÃO, 2005, p. 9).

E, nesse bairro da Vilinha, segundo Neci Pereira Lopes (2004, entrevista), no passado (entre 1970-1980) ocorria muitos casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes, além dos que não foram registrados oficialmente.

Outros moradores e/ou *experts* que trabalham com essa questão também registram esse aspecto da realidade da Vilinha. Assim, conforme o religioso Francisco Alberto

(2004, depoimento), que é conselheiro do Conselho Tutelar II, de Imperatriz, no bairro da Vilinha, encontrou-se vários casos de violência contra a criança e adolescentes:

[...] temos encontrado vários casos, aqui na Vilinha, como espancamento e maus tratos, e abandono dos pais. Tivemos 3 casos aqui onde os pais foram para as festas e abandonaram as crianças. Nós recebemos a denúncia e fomos lá pegamos as crianças e levamos para a casa abrigo e depois passamos a entrar em contato com a família onde há uma conversa e orientação com os pais e eles assinam um termo de advertência e se reincidir eles poderão responder um processo e até chegar a perder a guarda da criança. Até agora ninguém rescindiu.

Ainda afirmou o mesmo, que existem casos registrados de violência sexual e de prostituição infantil. Porém, na Vilinha são poucos os casos de violência sexual contra menores, dentre os quais o estupro. Encontra-se muitos casos de prostituição em Imperatriz, porém a incidência maior ocorre na vila Lobão, no Bacuri, Parque Santa Lúcia e outros bairros. E, em todos esses casos e na maioria das vezes, os autores da violência são parentes ou quase, como padrastos e outros.

Em Imperatriz, outra modalidade de violência são os assaltos, os seqüestros e os arrombamentos. Por exemplo, o funcionário do DNER, o Elias, foi seqüestrado a poucos anos, “[...] nas proximidades de sua casa por um desconhecido que estava armado e conduzia uma motocicleta [...]de placa não levantada” (FUNCIONÁRIO, 2003, p. 12). E, há registros da ocorrência de arrombamentos na Vilinha, conforme um de jornal local:

Policiais do grupamento de operações especiais – GOE, sob o comando do Capitão Edeilson Carvalho, prenderam ontem no final da tarde os elementos Júlio César Gonçalves de Abreu, 19 e o menor das iniciais A.F.S., de 17 anos, que são acusados de arrombamento na área do bairro da Vilinha. [...] Júlio César e o menor AFS arrombaram na noite de último sábado (26) a residência do vendedor Ademir Barros Santos. Aproveitaram que ele e sua família estavam em uma chácara onde foram passar o final de semana. Os elementos arrombaram a porta da residência da casa de Ademir Barros Santos, localizada na Rua do Arame, 331, e roubaram um aparelho de TV 20 polegadas, um computador completo, um videocassete e duas fitas de vídeo, um aparelho de som e um celular com carregador (GOE, 2003, p. 5).

Também, nesta matéria, aparece a imagem de uma menor, que influenciada pela realidade desumana de Imperatriz, encontra-se inserida no processo de escalada do crime, principalmente do furto.

E, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (FUNDO, 2002), dos crimes e delitos registrados a cada ano no Brasil, 10% são cometidos

por adolescentes, o outros, por adultos. Desses, mais de 70% praticam delitos contra o patrimônio. Muitas vezes, os adolescentes são mais vítimas do que autores de violência. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, 68% das mortes são provocadas por causas externas, a exemplo de acidentes de trânsito, homicídios e suicídios.

#### **4 O MOVIMENTO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO NA VILINHA E CONTEMPORANEIDADE DE IMPERATRIZ**

O associativismo é um movimento social que vem se perpetuando no decorrer dos tempos sustentando a sobrevivência e a evolução dos seres humanos. Constitui-se numa exigência histórica e profunda de melhorar a qualidade da existência humana. O social é a ambiência normal do ser humano. Por sua vez, este, como um ser social que é se agrega. No entendimento de Canterle (2002), o associativismo é uma das melhores possibilidades de organização, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidades de crescimento e aperfeiçoamento.

O período de redemocratização no Brasil, que se iniciou na década de 1980, trouxe um referencial intrínseco ao seu contexto e com vasto potencial, como a emergência de práticas associativas novas. No artigo 174, § 2º, da Constituição Federal Brasileira (BRASIL. Constituição, 1988, p. 78), está consagrada a liberdade de associação, pois estabelece que “[...] a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”. Ela determina ainda em seu artigo 5º - inciso XVIII, que a “[...] a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (BRASIL. Constituição, 1988, p. 3). Como se vê o momento é favorável para a participação da sociedade nos processos de proposição, aprovação e implementação de políticas e ações públicas.

A respeito, o texto constitucional também ampliou a possibilidade de participação da sociedade civil na gestão pública. Esse direito encontra-se presente nos artigos 194, 198, 204, 206 e 227 (BRASIL. Constituição, 1988), além de leis que regulamentam os diversos artigos, abrindo espaços efetivos de decisão política acerca da gestão de determinada política pública. Essas modalidades novas de associativismo, segundo Ricci (2002), revelam duas correntes históricas: a mais assistencialista e a mais reivindicatória. Nesta perspectiva, a mais assistencialista pode ser detectada quando da participação da população nos conselhos paritários, como já referido acima.

A vida associativa é presença em muitas áreas de atividades humanas, mormente traduzidas em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social. Precisamente, cabe destacar o que escreve Frantz (2002, p. 1): “O associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a

cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida”. Por isso, o associativismo se faz entendido como uma força estratégica para a melhoria das condições locais de vida das pessoas e de uma população.

Todavia, de acordo com Frantz (2002, p. 25), “[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação”. Acrescenta ainda o mesmo autor, que “[...] o desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas” (FRANTZ, 2002, p. 25). Precisamente, desenvolver-se não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos seres humanos.

Conseqüentemente, no processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas. Neste reconhecimento está a raiz da discussão sobre desenvolvimento local. Segundo Buarque (2002, p. 25), desenvolvimento local “[...] como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. A via do associativismo fomenta um debate permeado de pontos e contrapontos onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento.

[...] a diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é colocá-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver quanto possível os talentos, capacidades e competências coletivas. [...]. Trata-se, como no caso de cada pessoa, de desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento (ARRUDA, apud FRANTZ, 2002, p. 29).

Neste ponto, é possível afirmar-se que não existe desenvolvimento ou evolução das modalidades de qualquer organização sem que se reconheça a agência humana como propulsora deste, abrindo-se à cultura, à educação e aos valores humanos.

O associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente. “O processo do desenvolvimento local permite levantar a hipótese da ampliação da dimensão humana da economia pela maior identidade dos seus agentes” (FRANTZ, 2002, p. 33). Com esse modo de representatividade, abre-se a possibilidade de combinar o desenvolvimento coletivo e individual. Enfatizar as associações tornou-se relevante à

medida que a lógica da ação coletiva acabou prevalecendo sobre a da ação individual sem, contudo excluí-la, porque o coletivo contém o individual.

Fica, pois, claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e até individuais. O associativismo implica necessidades, interesses e vontades, sendo também um lugar de debates, das iniciativas, dos acordos. A organização associativa instrumentaliza os mecanismos que dão concretude às demandas sociais e que fazem dos seres humanos, com tempo e lugar, sujeitos de seu próprio destino, tornando-os mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local.

#### 4.1 AS MOBILIZAÇÕES POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

O Brasil tem sido considerado um país com baixa propensão associativa, fenômeno esse ligado aos modos verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constituiu uma esfera pública fraca e uma ampla esfera privada, ambas fundadas na desigualdade social. Os dados da Tabela 1 são indicativos dessa realidade. Para Avritzer (2003), a literatura sobre a sociedade brasileira se concentrou mais em pensar fenômenos como o clientelismo e o mandonismo do que o associativismo. Essa mesma condição de subordinação é muito patente no Brasil colonial: “[...] de início foi a população nativa, levada à subordinação aos colonizadores portugueses; em seguida, a população negra e também grande parte dos imigrantes europeus” (SOUZA, 2000 p. 104). Essa situação ainda hoje é verificada na trajetória e nas demandas dos movimentos sociais no Brasil.

**Tabela 1: Percentual de filiação a movimentos associativos segundo o IBGE.**

<b>Pertencimento a associações</b>	<b>1988</b>	<b>1996</b>
Associações de bairro	2,3%	2,5%
Associação religiosa	3,6%	5,0%
Associação filantrópica	-----	0.7%
Associação esportiva e Cultural	7,0%	10,9%
Não é filiado	85,7%	87,9%
Total	100	100
N	25.502	22474

Fonte: Ferreira, 1999.

Os dados acima indicam níveis muito baixos de associativismo civil e tendem a negar a hipótese do crescimento das formas não privadas de associativismo. As associações voluntárias que apresentam crescimento, de acordo com a tabela acima, pertencem ao subgrupo das associações religiosas e esportivo-culturais. As associações de bairro apresentam uma porcentagem muito baixa. A partir de meados dos anos de 1970, começa a ocorrer no Brasil, o que se convencionou chamar de surgimento de ‘sociedade civil autônoma e democrática’. E esse fato esteve relacionado a fenômenos diferentes, dentre os quais o crescimento exponencial das associações civis, em especial daquelas de natureza comunitária.

Estudos mais recentes demonstram a importância da organização espontânea e autônoma da sociedade civil em grupos, movimentos e organizações sem fins lucrativos trabalhando para construir a cooperação, a participação solidária para a efetivação da democracia, promoção do desenvolvimento e da cidadania.

Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos ‘externos’ sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. [...] No âmbito externo, a ‘articulação de interesses’ e a ‘agregação de interesses’, como chamam os cientistas políticos deste século, são intensificadas por uma densa rede de associações secundárias. [...] De acordo com essa tese, uma densa rede de associações secundárias ao mesmo tempo incorpora e promove a colaboração social (PUTNAM, 2002, p. 103-104).

Tal perspectiva varia muito, conforme as diversas regiões do Brasil. Na região pré-amazônica, o movimento social tem muito espaço para crescer, embora tenha dado passos significativos, como se reportou sobre o trabalho da AMBV. Mas, carece de uma identidade própria e livre e que diste do atrelamento partidário ou do poder público.

Essa Associação, embora tenha convocado várias mobilizações praticamente, só uma foi realizada em 2001, na frente do primeiro posto de saúde, quando todos os moradores foram mobilizados para protestar contra a saída da enfermeira encarregada do Posto, dona Lelite. Este caso será abordado mais à frente no item impasses com o poder público. De todo modo, em 2004, durante o mês de maio, aconteceu uma manifestação não planejada na rua Arame, aonde populares residentes impediram o trânsito para pressionar a PMI a consertar os buracos desta artéria, que estava provocando diversos para moradores e transeuntes. Isto vinha ocorrendo, principalmente, quando a chuva e a lama se juntavam nesses locais. Depois de alguns dias, a PMI enviou uma equipe para solucionar o problema. Pelas conversas com moradores desta rua, essa manifestação foi feita espontaneamente e não contou com apoio de outros. “[...] antes de tudo, fomos pressionados pela situação da rua que preocupava a todos [...]”, como afirmou Ana Silva (2004, entrevistas), moradora da rua Arame.

Outro caso de mobilização que já foi abordado é a questão e a luta contra a violência no bairro que resultou em várias reuniões e contatos com representantes da Secretaria de Segurança Pública de Imperatriz – SSPI, que culminou com a construção do posto policial local. Desse modo, pretendia-se contar com presença mais permanente de policiais no bairro a fim de garantir a segurança da população. Porém, depois de um ano em pleno funcionamento, o posto foi desativado devido à política de segurança estabelecida pelo novo comandante da Polícia Militar local, o tenente Pedro de Jesus Ribeiro dos Reis, que substituiu o coronel Francisco Melo, mais conhecido popularmente, como Major Melo.

No entender dos moradores, esse coronel prestou bom serviço à população imperatrizense quanto à melhoria da segurança, principalmente nos bairros onde ele desenvolveu uma política de segurança em conjunto com a população o que baixou bastante o índice de criminalidade na região e a diminuição de casos de furtos de carros. Então, ele tornou-se uma liderança popular em toda a região. Por isso, resolveu entrar na carreira política se candidatando a cargo eletivo para prefeito de Imperatriz nas últimas eleições municipais, pelo PDT. Por isso, teve que se afastar de suas funções, mas foi o último mais votado no ranking de cinco candidatos. Atualmente, continua na corporação policial militar de São Luís.

Depois do Major Melo, o tenente Pedro Ribeiro começou a ser procurado pelas associações de moradores do bairro da Vilinha, onde todos procuravam explicação do fechamento dos postos policiais nos bairros. Entre uma dessas, estava a AMBV, que em

sua audiência com o tenente procurou explicações sobre o fechamento do posto policial local e, ao mesmo tempo, buscou soluções para que o posto voltasse a funcionar. Um dos representantes da direção dessa associação manifestou-se sobre a conversa que tiveram:

Ele chegou a dizer para nós que ia fechar todos os postos, pois todos tinham fins eleitoreiros, ele, já inclusive, querendo falar mal do coronel Major Melo também alegando que não havia contingente e que a PM não tinha recursos pra isso e também ele não ia aceitar que a comunidade ficasse dando alimentação para os policiais. Então, cheguei a colocar pra ele, dizendo que o posto funcionou muito bem e que sempre forneceu alimentação para os policiais que na época nem viatura não tinha. Eu como eu tinha uma moto, chegava a disponibilizar minha moto todas às noites para os policiais fazerem a ronda onde eles faziam muito bem, e foi quando diminui a criminalidade dentro do nosso bairro, exatamente, quando o posto policial chegou a funcionar. Neste chegou a ter a permanência até de quatro policiais diuturnamente (WASHINGTON LUIS OLIVEIRA DE SOUSA, 2005, entrevista).

O tenente Ribeiro, quando se referiu à alimentação dos policiais, segundo a presidenta da AMBV, chegou a ferir algumas pessoas da Vilinha que prestavam esse serviço; apesar disto, segundo o entendimento desta liderança, eles eram bem tratados e tinham todo conforto dentro do posto policial.

De fato, os moradores esperavam que, com tal tratamento, a polícia pudesse trabalhar em favor da segurança local. Segundo os dados levantados por ocasião da pesquisa, ante o fechamento do posto policial voltou-se praticamente à situação anterior, ou seja, ao tempo do coronel Linhares, quando a violência era exacerbada. Hoje, esse índice aumentou ainda mais, tendo recomeçado os arrombamentos, os furtos de bicicletas e assaltos, inclusive, a ocorrência de casos de furto de cabos da linha telefônica, dentre outros. Porém, uma contribuição importante deu-se com a participação da PMI em programa de natureza social.

Este foi denominado Programa do Leite, que foi realizado a partir de parceria entre a AMBV e a PMI. O mesmo visava atingir as famílias mais carentes do bairro. Cadastrou-se 350 pessoas pela Associação. A distribuição era feita na associação duas vezes por semana. Mas, o programa não foi à frente, pois a distribuição desse alimento essencial ocorreu por uma semana apenas. Isso tudo, devido o desentendimento político entre o prefeito e os vereadores. Na época, alegou-se que o prefeito passava a quota do leite às lideranças de associações, o que pode ter ocorrido de modo isolado. Por isso, foi suspensa a distribuição desse alimento, sendo que a Associação até o momento não se mobilizou para reivindicar a continuidade desse Programa, apesar de ser essencial para os carentes.

## 4.2 A REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS

A regularização fundiária do bairro da Vilinha começou a partir da administração do prefeito Carlos Gomes de Amorim, em 1981, numa área considerada como terras da União. A mesma foi depois desmembrada e doada através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ao município de Imperatriz, o que foi documentado pelo Cartório de Registro de Imóveis de Imperatriz – CRII (DOCUMENTO, 1981). Os lotes tinham uma metragem de 20,10 (vinte, dez metros) de frente e 20 (vinte) metros de fundo. Por exemplo, segundo o INCRA (BRASIL. Instituto, 1981), esta foi a metragem do título de Ivonete de Oliveira Aguiar na Rua São Luis, Nova Vila, expedido no dia 26 de junho de 1981 e adquirido pelo valor de Cr\$ 4.240,00 (quatro mil e duzentos e quarenta cruzeiros).

A partir de 1982, a titulação passa a ser coordenada não mais pelo INCRA, mas pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins – GETAT<sup>24</sup> e pela Lei Municipal 221/79 (BRASIL. Grupo, 1982), que emitiu em favor de Francisca Feitosa Rodrigues. À época, ela era residente à rua São Luis 431, em uma área de 197.50m<sup>2</sup> (cento e noventa e sete metros e cinqüenta centímetros) quadrados, medindo 7,50 (sete metros e cinqüenta centímetros) de frente por 25 (vinte e cinco) metros de fundos, que foi adquirido pelo valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

De 1982 em diante, todos os títulos definitivos de lotes eram coordenados e supervisionados pelo GETAT, que passou a emití-los em convênio com a PMI todos os títulos de terra da Vilinha. Um caso chamou a atenção ao se pesquisar vários títulos desses, inclusive, nos mencionados acima se nota essa diferença que é o tamanho dos lotes. Como se observa, o lote da Ivone é de 20,10m (vinte metros e dez centímetros) de frente e 20m (vinte metros) de fundo; o da Francisca Feitosa é de 7,50m (sete metros e cinqüenta centímetros) de frente por 25m (vinte e cinco metros) de fundos<sup>25</sup>. O preço que se pagava

---

<sup>24</sup> Esse Grupo foi criado pelo Decreto-lei n. 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, pelo presidente João Figueiredo, sendo subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional – CSN. Tem por finalidade coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária na área de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins – CEAT.

<sup>25</sup> Também, outros títulos pesquisados são de diferentes metragens, como o título n. 375, de Arlindo Barduíno Ramalho, emitido em 14 de outubro de 1982, o qual consta das seguintes metragens: 5,00m (cinco metros) de frente por 10,0m (dez metros) de fundos. Outro caso é o título de n. 0313 de 08 de outubro de 1982, emitido para Raimundo Pimentel Lima (uma das lideranças do bairro a que já reportou neste trabalho), com as seguintes metragens: 10,70m (dez metros e setenta centímetros) de frente por 31,50m (trinta e um metros e cinqüenta centímetros) de fundo. Emitiu-se todos esses títulos ora referidos no tempo da administração do então Prefeito Carlos Gomes de Amorim.

pelo imóvel variava de Cr\$ 4.240,00 (quatro mil e duzentos e quarenta cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) na época.

Porém, em 1991, no tempo da administração municipal de Davi Alves e Silva, se pagava apenas uma taxa de Cr\$ 9,00 (nove cruzeiros) e continuava com a atuação e gerenciamento do GETAT em convênio com a Prefeitura. Este é o caso do título definitivo de Plínio Cavalcante de Lima (BRASIL. Grupo, 1991). Neste ponto, se nota que apesar de cair o valor da taxa para adquirir o imóvel, o tamanho dos lotes continua a ser diferenciados. Este que se reporta agora contém as seguintes metragens: 6,10 m de frente por 33,90 m de fundo.

O que pode ser observado nesta problemática acima é que está claro que a nova política fundiária do GETAT em substituição a do INCRA parece não ser tão séria, principalmente quanto aos valores cobrados pelo imóvel de cada morador, como também pela disparidade das metragens dos lotes conforme se observa acima. Também, o que se questiona é a posição da AMBV ou mesmo dos moradores sobre esta situação. Dentre outros, pesquisadores, como Pedrosa e Alfredo Vagner (ALMEIDA, 1993), instituições públicas como o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento – MIRAD (DOCUMENTAÇÃO, 1989-1988)<sup>26</sup> e entidades como a Comissão Pastoral da Terra – CPT investigaram essa questão na região. E, com base nessas pesquisas, produziu-se documentos e fez-se denúncias sobre essa situação e sobre os vários conflitos pela posse da terra, tanto urbana como rural que não foi só na Vilha, mas aconteceu em toda a região de atuação do GETAT.

De fato, sobre a questão fundiária nessa região, Pedrosa (1999, p. 22) afirma que a grilagem no Maranhão, embasada na “Lei Sarney de Terras” (Lei n. 2.979 de 17/07/1969) e na propaganda desenvolvimentista feita sobre a região pré-amazônica, trouxe problemas em vez de desenvolvimento:

[...] com sérias repercussões no aspecto da ocupação fundiária da chamada fronteira agrícola do Estado. A grilagem, implantada com a vinda das grandes empresas do sul e do centro-oeste, açambarcou inclusive os corredores de 200 km de largura ao longo das rodovias, destinadas por decretos à colonização. O único refúgio para os camponeses chegou a ser os 30 metros de terra ao longo das rodovias, empurrados que foram pelas cercas dos latifundiários.

---

<sup>26</sup> Dentre os muitos documentos então produzidos pelos *experts* do MIRAD, ver o primeiro a propor a criação de RESEX para a conservação dos babaquais e a serem destinados principalmente às mulheres quebradeiras de côco (SIMONIAN, 1986).

A afirmação deste pesquisador é importante, porque oferece suporte para se compreender o questionamento que se fez anteriormente, como também entender a “regularização fundiária” executada pelo GETAT, na Vilinha e na região. Então, o beneficiário foi o latifúndio que recebia, além de uma área de terra imensa, os incentivos do governo, através dos projetos de colonização<sup>27</sup>; isto sem falar da questão da indenização e a titulação de terras feitas pelo INCRA, que ainda hoje são discutidas em todo o país.

#### 4.3 IMPASSES ENTRE MORADORES E ENTRE ESTES E O PODER PÚBLICO

O enfrentamento de impasses pelas associações de moradores vis-à-vis os interesses pessoais e em sua relação com o poder público, notadamente o municipal, é uma realidade bastante disseminada. Por exemplo, Simonian (2004) demonstra o quão desunido tem sido a população de uma ilha da região estuarina do rio Amazonas e, simultaneamente, o quão desrespeitosa ou destrutiva pode ser uma administração municipal em relação a seus processos organizativos via associações. Precisamente, os conflitos internos eram e são muitos, o que enfraquece as associações existentes. Principalmente, quando demandas são apresentadas e apoios são solicitados, ambos desconsiderados e/ou negados, embora a cooptação de parte significativa da população seja muito presente.

É nessa perspectiva que a AMBV enfrenta limites os mais diversos, tanto devido às disputas internas quanto em razão da performance do poder público, principalmente o de natureza local. No que diz respeito à diversidade de interesses dos associados, esta pode estar ligada às ideologias partidárias e mesmo religiosas distintas, o que se reflete no

---

<sup>27</sup> Note-se que a trajetória do grileiro e pistoleiro e depois deputado federal Davi Alves Silva é exemplar para o entendimento desse processo na Vilinha e na região. Precisamente, ele começou a enriquecer em Imperatriz, em 1973, quando comandou a ocupação de uma área que hoje integra o Parque Alvorada, utilizando métodos violentos, mas conquistando a simpatia popular (sic). Ficou conhecido como “[...] o que tira dos ricos para dar aos pobres”. Sua fama de pistoleiro ganhou repercussão nacional, em 1987, quando iniciou uma “guerra” com a prefeita de Lago do Junco (MA), Marly Barbosa, que resultou na morte do marido e dos dois filhos dela; inclusive, atualmente, ela vive sob a proteção da Polícia federal, em São Luis (MA). Na mesma época, Davi declarou ao Jornal do Brasil: “Não acredito em homem que não mata”. Nunca dormia duas noites no mesmo lugar e acostumava andar em um automóvel Gol branco, sem placas de identificação, e acompanhado por outros dois automóveis com placas de Altamira (PA). Disputou a prefeitura de Imperatriz, em 15 de novembro 1988, como favorito, e venceu o pleito, com 47.408 votos. Tomou posse em 1º de janeiro de 1989, no Ginásio de Esporte Fiqueninho. Seus projetos eram: promover uma reforma na agricultura com assentamento de famílias; construir o mercadão do povo para vender alimentos com prazo de 30 dias sem juros nem correção monetária e formar uma guarda municipal, para dar maior segurança em Imperatriz [...]. Tinha planos de governar o Maranhão em 1990. Elegeu-se Deputado Federal em 1994 e disputava a reeleição para o cargo em 1998, quando foi morto pelo ex-cunhado, Abraão Ribeiro da Silva, em 23.09.1998 [...]” (SANCHES, 2003, p. 294).

cotidiano e ao longo da história dessa Associação. Exemplares nesta direção, são os casos da luta pelas melhorias do tráfego na rua Arame, no sentido de evitar novos acidentes, e por mudança do itinerário do ônibus. Tais lutas foram empreendidas em comum acordo com a AMBV, ICAR e mais duas Igrejas evangélicas do bairro: a IAD e a Igreja Batista Filadélfia, um processo que será melhor analisado no decorrer deste item.

Entretanto, é de se observar que a ingerência do poder público ou de alguns políticos nessa Associação está a produzir, em larga medida uma tendência à união de esforços. A manifestação de um morador e integrante da direção da AMBV é exemplar nesse sentido. O mesmo assim se manifestou:

Quando nós estávamos formando a associação e estávamos querendo comprar um terreno para fazer a sede própria, o deputado estadual Macedo se propôs a dar o terreno, mas os associados não aprovaram a proposta. Outra oferta, que ocorreu no primeiro governo do Ildon, seu secretário de Obra, Sr. Jairo Oliveira nos pediu que mandasse uma planta da construção da associação que ele ia mandar fazer, mas novamente os associados não aceitaram (WASHINGTON LUIS OLIVEIRA DE SOUSA, 2005, entrevista).

Do mesmo modo, essa Associação reagiu quanto à linha de pensamento e organização da Federação das Uniões de Moradores e Entidades Afins da Região Tocantina – FUMBEART que, como mencionado anteriormente, defendia o apoio e a interferência de políticos e do poder público municipal na mesma.

Nesta mesma direção, detectou-se outra experiência dessa Associação na luta contra a violência no bairro, especialmente através de protestos contra a omissão dos órgãos de segurança. Por isso, em determinação conjunta, os sócios, resolveram construir um posto policial em parceria com o Sindicato da Construção Civil de Imperatriz – SCCI, representado pelo seu presidente, o Washington Luiz Oliveira de Souza. Em 2001, depois de várias reuniões com o Major Melo, comandante da polícia militar na época, resolveram de comum acordo construir um posto policial para o bairro. Houve, então, a inauguração oficial – como já descrito no Capítulo 3 – e, a partir de então, o bairro contava sempre com a guarnição de até quatro soldados diuturnamente.

Porém, após mais de um ano, o posto foi fechado, devido à mudança de comandante e da orientação de novas políticas públicas de segurança, conforme já reportado anteriormente.

Outra modalidade de impasse foi a manifestação da população orientada pela associação contra a retirada da enfermeira Lelite, conforme afirmou Julio:

Dona Lelite era uma boa enfermeira, fazia um bom trabalho e mantinha um bom atendimento para com o povo, inclusive fazendo atendimento na própria casa dos doentes mais graves. Mas em 2001 depois de estar funcionando o posto de saúde o pessoal da Secretaria de Saúde começaram a falar em tirá-la daqui para transferir para outro bairro. Eu soube disso quando estava na câmara Municipal. Então eu vim para cá, convoquei os membros da associação e já trouxe o pessoal da Televisão que tomaram vários depoimentos do pessoal que vieram em massa para a frente do posto. Todos estavam revoltados e não queria que tirassem a enfermeira. Isso aconteceu devido à politicagem feita por alguns políticos do bairro e da cidade.

Praticamente, esta foi uma das únicas manifestações públicas populares, lembradas por muitos populares, onde muitos até lamentam não ter acontecido outros movimentos reivindicatórios no bairro. Outras reivindicações foram feitas por populares e até mesmo pela a associação de moradores ao poder público municipal nos últimos anos, onde se exige melhores condições para a vida do povo e mais melhorias para o próprio bairro. É o caso da reivindicação de um líder religioso:

Como Pastor, fiz algumas reivindicações para o bairro, como a uma feira pública, através do vereador Valdinar Barros, no tempo do Prefeito Jomar. Também tivemos uma reunião com o deputado Sebastião Madeira, mas nunca conseguimos [...]. Quanto a luta contra a violência, participamos de algumas reuniões na associação da Vilinha com o Major Melo, no tempo da construção do posto policial que foi conseguido, mas funcionou muito pouco, pois quando da transferência do Major Melo ele foi fechado pelo seu substituto (PEDRO SOUSA DE OLIVEIRA, Pastor da IAD na Vilinha, 2004, entrevista).

Neste mesmo sentido, representantes da AMBV afirmam que, nos últimos anos, contaram com a presença em suas reuniões de várias personalidades de poderes diversos, que eram convidadas a participar para conhecer as necessidades e reivindicações da população local. Entre essas, tem-se a vereadora Fátima Avelino, reeleita em outubro de 2004 pelo Partido dos Trabalhadores – PT e que era governo na época.

Na compreensão de muitos associados, Fátima Avelino participa de algumas mobilizações no bairro. Por exemplo, ela esteve presente na luta pela construção do PS Maria Aragão, inaugurado no governo passado sob a administração de Jomar Fernandes, do PT; outro político que visita a população e essa associação é o deputado federal Sebastião Torres Madeira. Ainda de acordo com Washington Luis Oliveira de Sousa (2005, entrevista), Madeira, “[...] na verdade, não trouxe nenhuma solução [...], quando a gente exigia melhores condições para o bairro quanto à criação da feira pública, ele mesmo descartava dizendo não ser da orçada dele, mas era com o governo do estado”. Entretanto, tais presenças são raras e por certo não resistem a uma análise quanto à transparência.

E, observe-se que sobre a vereadora em questão, independentemente das análises que em geral se faz sobre sua postura e atuação, a população da Vilinha em larga medida a apóia com seu voto. Esta postura aponta para a possibilidade de a sociedade local ter naturalizado as posturas contraditórias do segmento político. Por certo, em larga medida este fenômeno ocorre rotineiramente no âmbito das relações de poder e nos contextos políticos em geral.

#### 4.4 AVANÇOS QUANTO ÀS PROPOSTAS INOVADORAS

O OP é uma experiência que remonta à década iniciada em 1970, começando pela experiência do PT e de Olívia Dutra como prefeito e governador no Rio Grande do Sul (FARIA, PRADO, 2003). Depois, esta experiência foi divulgada como “modelo de participação do povo” na administração pública. Nessa perspectiva, pesquisadores do mundo aportaram ao sul do Brasil para pesquisar a respeito.

Em Faria e Prado (2003, p. 3), tem-se que:

Embora nem todas tivessem a pretensão ou sequer fossem conhecidas à época como experiências de orçamento participativo (OP) ou tenham tido continuidade, ficaram conhecidos os casos de Lajes (SC) e Boa Esperança (ES) – adotadas entre 1978 e 1982 – e, posteriormente, Diadema (SP), iniciada em 1983 e Vila Velha (ES), ocorrida entre 1986 e 1989. Dada a sua longevidade e importância relativa, a experiência de Porto Alegre ganhou destaque nacional e internacional, possibilitando a projeção do OP como uma nova metodologia de gestão pública participativa.

De 1997 a 2000, houve 103 experiências de OP no Brasil, a maior parte em cidades com menos de 50 mil habitantes, concentradas nas regiões Sul e Sudeste. É uma prática em expansão no Brasil, pois é uma oportunidade onde a comunidade e associações podem ter vez voz quanto à definição de políticas públicas e urbanas, conforme afirmam Faria e Prado (2003, p. 5):

As reivindicações da população são processadas por meio das associações de moradores, que conhecem de fato o cotidiano e os problemas dos bairros. As associações estão representadas nos respectivos conselhos regionais e se encarregam de encaminhar a eles a lista de obras de infraestrutura identificadas como necessárias. [...] A população também vota e define em assembléias as prioridades dos bairros que compõem a sua regional [...].

Exatamente, vendo estas vantagens quanto à participação do povo, que recentemente, a AMBV convocou as lideranças sociais e religiosas locais para contribuírem com o planejamento do OP imperatrizense. Esta foi uma proposta da última administração municipal – a de Jomar Fernandes, seguindo o exemplo de várias prefeituras no sul do país. Neste ponto, importa discutir a importância dessa participação no contexto do OP enquanto política pública para o desenvolvimento dos municípios.

No município de Imperatriz, o OP foi coordenado pela Ouvidoria Geral, sob a supervisão geral de Adilene Ramos de Sousa, com uma equipe interna de seis pessoas. Também, o mesmo contou com outra equipe externa para divulgação e estrutura, que tinha 25 pessoas. Ao todo, o OP atingia 84 bairros e 19 povoados. Em todo município, escolheu-se 32 delegados. Na Vilinha, várias reuniões foram realizadas no bairro, até no clube com a participação de muitos moradores. Conforme afirmaram Washington e Júlio nas várias reuniões ocorridas no bairro, elegeu-se delegados.

Precisamente, 28 delegados foram eleitos em toda esta área – a que a prefeitura denominou de “grande Vilinha” e, que incluía a Vilinha e as adjacências até o Parque Alvorada I e II. Eles apresentaram as prioridades ao fórum do OP municipal, todas discutidas em reuniões realizadas na sede da AMBV (RAIMUNDO N. B. COSTA, 2004, n. c.). Como prioridade máxima, aprovou-se a execução do serviço de saneamento básico, água e esgoto; note-se que, na Vilinha, apenas 10% da área/população é atendida por rede de esgoto. Porém, o governo municipal desconsiderou essa proposta e não avançou com a idéia do OP e, com isso, saiu perdendo a comunidade que apresentou suas idéias e que não foram aproveitadas.

A luta pela construção da parada do ônibus e, também, pela mudança do itinerário do mesmo foi uma luta constante da AMBV. No entendimento de Maria de Jesus Torquato Cavalcante (2004, entrevista):

[...] devido à falta de um abrigo melhor para esperar o ônibus, resolvemos nos reunir, e fomos cobrar isso da Secretaria de Infra-estrutura, que só prometeram, mas não fizeram. Então, nós resolvemos fazer por conta própria, dois abrigos que construímos em 2002 no bairro em parceria com ajuda da iniciativa privada. Outra reivindicação nossa é quanto a Identificação das ruas, onde solicitamos que façam placas com os nomes de cada rua para facilitar a localização de moradores de forma mais rápida.

Ainda acerca dos problemas locais, Washington Luiz Oliveira de Souza (2004, entrevista) afirmou: “[...] a Prefeitura, também não ouviu a nossa proposta. Por isso, procuramos parcerias e começamos a fazer alguma coisa neste sentido. Estamos nos organizando para

finalizar este trabalho até o final do ano”. E quanto à questão de mudança de itinerário do ônibus, a AMBV envolveu-se bastante, procurando trabalhar para consolidar os acordos com os interesses dos moradores. Então, encaminhou-se dois ofícios à Superintendência do Trânsito – SUTRAN de Imperatriz, com o aval da ICAR e das igrejas evangélicas do bairro. O primeiro (CAVALCANTE, 2003) analisa a situação dos acidentes ocorridos:

Associação de moradores do bairro da Nova Vila, juntamente com representantes das Igrejas Católica e Evangélica (Assembléia de Deus e Filadélfia) deste bairro e circunvizinhos, preocupados com o grande fluxo de veículos, ciclista e pedestres, na Rua do Arame constatamos o alto índice de acidentes, alguns deles com vítima fatal, o risco que correm os alunos das escolas e Igrejas localizadas nesse perímetro e até mesmo a dificuldade de tráfego em geral. Em virtude dessa situação vimos por meio deste solicitar desse órgão competente, que a rua referida seja disponibilizada em via única no sentido, Rua Alvorada a Sousa Lima à BR 010 retornando pela BR 010 via Rua Estocolmo, Bom Princípio, Sousa Lima e Alvorada. Com esta alternativa estaremos evitando acidentes e fluindo melhor o trânsito. [...]. Atenciosamente, Maria de Jesus T. Cavalcante, presidente da Associação de Moradores do Bairro Nova Vila.

Estas são propostas bem claras, concretas e objetivas que a AMBV exigiu do poder público municipal, visando às melhorias quanto ao tráfego da rua Arame, isto com o objetivo de prevenir novos acidentes.

Entretanto, não houve resposta do poder público local e hoje a situação é a mesma. O segundo ofício tinha também como exigência a mudança do itinerário do ônibus, desta vez, atingindo as ruas periféricas do bairro até o cemitério:

Associação de moradores do bairro da Nova Vila, juntamente com as comunidades religiosas, por averiguar-nos a necessidade de deslocamento dos populares do bairro ao centro, em virtude da linha de ônibus ter o seu itinerário em uma única via, sendo a mesma unilateral de um bairro composto por 28 (vinte e oito ruas, e uma distância para se tomar o ônibus de até 1,5 km. Vimos solicitar V.Sa., um novo itinerário para melhor nos atender. Com o seguinte percurso: Centro ao Bairro pela Av. Estocolmo, via Portão da Amazônia e Jardim das Rosas, seguindo pela Av. Colinas assistindo o complexo de Saúde localizado no Pq. Alvorada I e retornando pelas Ruas Ituana, Alvorada, Sousa Lima, Bom Princípio e Estocolmo [...]. Maria de Jesus T. Cavalcante, presidente da Associação de moradores do Bairro Nova Vila.

Esta preocupação dos moradores é interessante, pois o itinerário novo da linha de ônibus não iria beneficiar a maioria desses e também as pessoas doentes que se deslocam à US Maria Aragão, para serem tratadas. Pela proposta apresentada, a linha do ônibus atenderia

moradores de vários bairros e setores, mesmo os que vivem perto do cemitério da Vilinha, mas outra vez a solicitação da AMBV não foi atendida<sup>28</sup>.

Do exposto, depreende-se que o movimento social efetivado na Vilinha, cidade de Imperatriz, atualiza as contradições sociais e políticas de seu tempo, ou seja, desde meados da década iniciada em 1980. E estas são muitíssimas, principalmente devido às condições de vida marcadas pela precariedade e limitações de toda ordem, notadamente nos campos sociais, econômicos e políticos. E, em tal contexto, a emergência de lideranças simultaneamente carismáticas, generosas e eficientes.

---

<sup>28</sup> Atualmente, nessa última área trafega ônibus apenas em parte do itinerário; em tempo de finados, a empresa de ônibus, Transportes Coletivos de Imperatriz – TCI aumenta o número de ônibus na linha, devido o fluxo de pessoas para o cemitério Jardim das Rosas.

## 5 RELAÇÕES QUE SE ESTABELECE COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Os movimentos sociais e os processos ligados ao associativismo não só fazem parte do campo político mais amplo, mas em geral existem a partir de *links* com outras instituições e/ou organizações. Mesmo assim, as experiências históricas documentadas indicam que o surgimento de lideranças pode fazer a diferença em termos de avanços quanto aos processos organizativos, a exemplo do que foi evidenciado por Simonian (2001) no caso das mulheres indígenas do estado de Roraima. Nestes termos, embora não determinante, a presença da ICAR nesse contexto foi muito importante para o avanço dessas mulheres no campo dos movimentos sociais locais e também amazônicos.

### 5.1 AS IGREJAS

Um fator predominante na consolidação do bairro foi a atuação da ICAR e de suas lideranças. Mas, em fins dos anos de 1970, esse processo deu-se de uma maneira ainda não muito consciente, conforme afirmou Neci Pereira Lopes (R. N. B. COSTA, 2003, n. c.), uma das primeiras moradoras e lideranças na organização do bairro Vilinha.

De acordo com Neci Pereira Lopes (2003, i. v.), uma liderança veio do estado da Paraíba e, logo depois, passou a residir na Vilinha:

Quando eu cheguei aqui só tinha duas casas de palhas. Uma lá na esquina e a outra na esquina lá em cima, nós não tínhamos nada tudo isso aqui era só mato e água tudo uma lagoa. Quando eu cheguei aqui nós não tínhamos carro, estrada não tínhamos nada de jeito nenhum, tínhamos apenas um padre que era da Igreja são Francisco que ele dizia missa debaixo de um pé de manga.

A ICAR surge no bairro no ano de 1977, composta de início por 12 famílias: Raimunda, Vitalina, Teresinha do DNER, Neci, Eurico, Francisca, Natalina e outras. Josefa A. da Conceição Lima, a primeira moradora e Vitalina, uma das primeiras moradoras aparecem nas Fotos 14 e 15.



Fotos 15 e 16: Josefa e Vitalina de tal. Fonte: Associação, 1980.

Os primeiros padres que chegaram ao bairro Vilinha, em Imperatriz, foram os freis Elias e Epifânio (este falecido em 1983), ambos italianos e pertencentes à Congregação dos Frades Menores Capuchinhos – CFMC. Frei Epifânio se destacou na região pela sua dedicação pastoral e pelas inúmeras construções de Igrejas e centros catequéticos e também pelo incentivo ao esporte, principalmente o futebol, pois era um bom jogador. Sempre nos fins de semana estava no campo a jogar, inclusive de batina, pois neste tempo a Igreja não tinha dado ordem para tirar a batina. Por toda esta sua dedicação ao esporte, o estádio de Futebol de Imperatriz recebeu seu nome como homenagem póstuma. Frei Elias chegou a Imperatriz pelos anos de 1960 juntamente com Frei Epifânio.

De início, este último construiu a primeira igreja de Imperatriz, (situada à rua Frei Manoel Procópio – beira rio) que é a Igreja de Santa Tereza d'Ávila. O nome da padroeira foi dado em homenagem ao fundador de Imperatriz, o frei carmelita Manoel Procópio do Coração de Maria, por ter denominado a vila ou povoado com esse nome (SANCHES, 2002 p.20). Os freis Epifânio – esse se vê na Foto 17 – e Elias, para realizarem sua missão pastoral e visitarem as famílias moradoras no bairro, tinham que enfrentar no inverno muita lama e no verão muito poeira e muito sol. Mas, nada disso era obstáculo no sentido de impedir a assistência e o conforto que asseguravam às famílias. Simultaneamente, fazia-se um convite especial para que todos participassem da celebração da missa, que de início era feita debaixo de um pé de manga, conforme nos relata o livro de tombo da paróquia:



Foto 17: Frei Epifânio D'Abadia.  
Fonte: Paróquia, 1985.

Em meados do ano de 1977, por volta do mês de julho, Frei Epifânio D'Abadia, vigário da paróquia São Francisco de Assis, passeava pelas ruas enlameadas, esburacadas, que na realidade nem eram ruas e sim caminhos tortuosos entre as pequenas casas. Casas estas feitas de adobe, bambu ou madeira entremeados de barro, cobertas de palha de palmeira e chão batido (IGREJA, 1978-2001, p. 3).

Na Vilinha e, em especial na rua do Arame, a situação das casas era similar, como se vê na Figura 19; e na Figura 18, tem-se uma vista atual dessa mesma rua. E, nesse bairro outros missionários trabalharam, sendo que as irmãs Canossianas<sup>23</sup> tiveram uma atuação destacada.



Foto 18: Entrada da rua do Arame.  
Fonte: Costa, 2004.



Foto 19: Rua do Arame em 1977 – Vilinha.  
Fonte: Anichini, 1977

Por sua vez, estes faziam um trabalho de acompanhamento das famílias no aspecto social, familiar e no acompanhamento aos doentes e enfermos. Segundo irmã Flávia e irmã Rina – que ainda hoje residem na Vila Nova, em Imperatriz –, de início, duas religiosas se destacam neste trabalho missionário: Irmã Gabriela que fazia celebração do culto quando o padre não vinha. Após a celebração, ela fazia visita às famílias; Irmã Rina visitava as famílias dando assistências aos enfermos, pois, como uma boa enfermeira tirava a pressão das pessoas e encaminhava o tratamento de muitas doenças como verminoses, bronquite, tuberculose, acompanhamento às mães para o pré-natal e o tratamento de doenças de pele, pois havia muitos casos nesse tempo.

A princípio, irmã Rina visitava o bairro até duas vezes por semana, mas, depois que a Paróquia Menino Jesus na Vila Nova, onde ela estava morando, construiu um pequeno posto, que foi inaugurado em maio de 1978. Por isso, sua ida à Vilinha ficou mais esporádica, pois atendia a todos no posto. Essas religiosas também iniciaram um trabalho envolvendo cursos e educação e de capacitação. Nesta direção, começou-se a oferecer cursos de naturezas diversas para a os moradores e em especial para as mães. E, no mais das vezes, trabalhou-se questões como orientação de higiene, pré-natal, parteiras leigas, alimentação alternativa etc.

A construção da primeira Igreja – que se vê na Figura 20 –, e depois da segunda, resultou da doação de um terreno e mesmo de prédios prontos. Por exemplo, a construção dessa primeira começou com uma doação feita por Ítalo,<sup>29</sup> que era do grupo de pistoleiros do falecido Davi Alves Silva, e que residia no Parque Alvorada. De acordo com as informações de Neci P. Lopes (2004, entrevista):

[...] um dia ele andava com a camionete cheia de capanga tudo armado. Ele parou na frente da minha barraca, ai disse assim: seu Ita eu queria falar com o senhor, ele disse pode e desceu do carro e os capangas ficaram tudo em cima, olha senhor Ita, nós não temos uma Igrejinha para se reunir, nos reunimos e debaixo de pés de manga com lagartas e besouros caindo por cima da gente, pegando chuva [...]. Ai ele disse eu vou dar um terreno para a igreja mais eu vou dar para o meu padrinho, frei Epifânio.

O terreno doado localizava-se na Nova Vila, como era denominada na época. Então, chamou-se o fiscal da PMI, que mediu 10 metros de frente e 30 de fundos para tal finalidade. Em seguida, a documentação foi enviada ao cartório que emitiu título definitivo do referido terreno. Nesse tempo, de acordo com Sanches (2002), Carlos Amorim era o

<sup>29</sup> É, atualmente, prefeito do município de Ribamar Fiquene, o povoado antigo de Sumaúma, localizado às margens da rodovia Belém-Brasília, há mais de 70 km de Imperatriz.

prefeito local, tendo governado de 1977 a 1983, e tendo sido um médico conceituado na cidade<sup>30</sup>.



Foto 20: Primeira ICAR do bairro.  
Fonte: Igreja, 1988.

E, uma vez que já existia o terreno, frei Epifânio convocou os moradores católicos para pensar como construir a Igreja, precisamente, a capela. Numa reunião em que as mulheres se encontravam em número maior, decidiu-se que seria construída via mutirão. Em seguida, os trabalhos de aterro tiveram início. E, segundo Pereira (2004), “Tinha um senhor chamado doutor que era proprietário de uma caçamba que doou várias carradas de barro; o Eurico doou as telhas, outras pessoas ajudavam na mão de obra e assim cada um fazia a sua parte até que, construímos a pequena capela”.

A comunidade fazia nesse local suas celebrações, o que durou por dois anos, até que apareceu Eurípides Marques dos Santos,<sup>31</sup> que morava em Imperatriz e participava do Movimento de Renovação Carismática Católica – MRCC e se propôs a construir uma igreja. Ele começou a freqüentar o bairro para fazer celebrações na capela provisória todas às quartas-feiras; então, trazia bolos e refrigerantes para oferecer aos participantes depois das reuniões ou celebrações. Numa dessas oportunidades, ainda segundo Pereira (2004), ele fez o comunicado seguinte: “[...] eu tenho um terreno aqui e vou construir uma igreja

<sup>30</sup> Médico e político. Deputado federal por três mandatos consecutivos, elegeu-se em 1994 e 2002, sempre pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, do qual foi um dos fundadores no Maranhão. Foi o segundo deputado federal mais votado em 2002, nesse mesmo estado. É vice-líder do PSDB na Câmara Federal e tesoureiro do Instituto Teotônio Vilela, entidade desse partido. Autor do projeto de decreto legislativo que dispõe sobre a realização do plebiscito para a criação do estado do Maranhão do Sul. Foi presidente da Associação Médica de Imperatriz – AMI, de 1987 a 1989. Candidatou-se sem êxito a prefeito de Imperatriz por três vezes, respectivamente em 1992, 1996 e 2000.

<sup>31</sup> O mesmo chegou à Imperatriz no ano de 1976, vindo do Mato Grosso; nessa cidade estabeleceu-se no ramo de venda de medicamentos.

melhor e mais confortável para o povo. Como ele tinha muitas posses, logo contratou peões para trabalhar e em espaço curto de tempo entregaram a Igreja bonita e limpinha para o Padre”. Na Figura 21, tem-se uma vista da fachada da ICAR atual.



Foto 21: ICAR definitiva do bairro. Fonte: Anichini, 1989.

Portanto, construiu-se o prédio da ICAR, que foi doado à comunidade católica da Vilinha e, também, seis salas para aulas, para a catequese e para as reuniões dos grupos locais. A respeito, segundo a afirmação do próprio Eurípides, o que se encontra documentado no Livro Tombo da Paróquia Sagrada Família (IGREJA, 1977-2001, p. 2), “[...] depois de freqüentar, participar de uma visita ao bairro da Vilinha, que é um lugar de um pessoal bom, humilde, surgiu a inspiração de construir uma comunidade para se reunir. Foram construídas seis salas de aula para que pudesse ser útil à comunidade”. A construção da nova capela situada na rua São Luis, esquina com a rua Arame, foi iniciada no dia 03 de janeiro de 1981, tendo sido entregue à comunidade no início do ano seguinte, com uma celebração presidida pelo Bispo de então, Dom Alcimar Caldas Magalhães<sup>32</sup>.

Nessa ocasião, sugeriu-se a elaboração de um documento assinado pelo Sr. Eurípides doando oficialmente todo o prédio para a comunidade e para a Diocese ali representada oficialmente pelo Bispo (IGREJA, 1977-2001, p. 9). Mas, a proposta foi recusada pelo próprio construtor e então o Bispo e a comunidade confiaram na decisão

<sup>32</sup>Foi o primeiro Bispo da Diocese de Imperatriz, fundada em 29 de julho de 1987; é, atualmente, bispo no alto rio Solimões, no estado do Amazonas.

daquele que foi o doador. Logo depois, providenciou-se a mudança da primeira igreja para a recém construída. Porém, o padre da época, frei Epifânio começou a questionar a comunidade e a líder Neci Pereira Lopes (apud IGREJA, 1977-2001, p. 3), quanto ao modo com que se fez este projeto alheio à comunidade: “[...] nossa capela era pobre, feia, mas, nós construímos com bom coração e a outra é bonita, num lugar próprio, mas não é nossa [...]”.

Mas, mesmo assim foi feita a mudança e logo começaram as aulas de alfabetização e ensino primário nas salas ao lado da Igreja tendo como primeira diretora Teresinha Filgueiras dos Santos, que foi também a primeira presidente do Clube de Mães da Vilha – CMV, fundado em 11 de agosto de 1985 (IGREJA, 1977-2001). A escola sempre era o único lugar para a realização dos encontros sócio-religiosos do bairro nesse tempo. Na realidade, o padre tinha razão desconfiar, pois como já indicado, a pessoa que fez a doação não tinha intenções de assumir um compromisso permanente.

De fato, a mesma sequer quis assinar uma declaração de doação, nem mesmo para ser entregue ao Bispo. E, como se diz na cultura popular, ‘a história é dona da razão’. Depois de quatro anos, tudo caminhava da melhor maneira possível, mas a partir de 1987, Eurípedes começou criar problemas fechando as salas, o que tornaria impossível a realização das aulas. Nesta ocasião, Pereira era zeladora tanto do colégio como da Igreja e muito amiga de Eurípedes que lhe proibia de passar as chaves para a diretora da referida escola, a Teresinha Filgueiras. A situação foi se tornando cada vez mais séria, sendo que ele chegou a alugar as salas para algumas famílias, expulsando os alunos e fechando a escola.

Desse modo, começou-se a criar uma situação constrangedora, o que levou a irmã Flávia Anichini a reunir a comunidade para propor uma campanha para que se comprasse as salas. De fato, os pais das crianças da comunidade eram carentes e não tinham condições de pagar as mensalidades, como vinha propondo o dono do prédio, que estava interessado em vender o prédio à ICAR. A comunidade concordou com a idéia e começou a campanha dos envelopes e da venda de ferro velho e contou também com uma pequena ajuda da Congregação Canossianas. E, em janeiro de 1988, com a ajuda das irmãs Flávia e Rina e o final da campanha, conseguiu-se comprar oficialmente as seis salas pela quantia de mais de dois mil cruzados. Desde então, segundo Anichini (2004, entrevista), as salas passam a ser de fato e de direito da comunidade, estando à disposição para aulas.

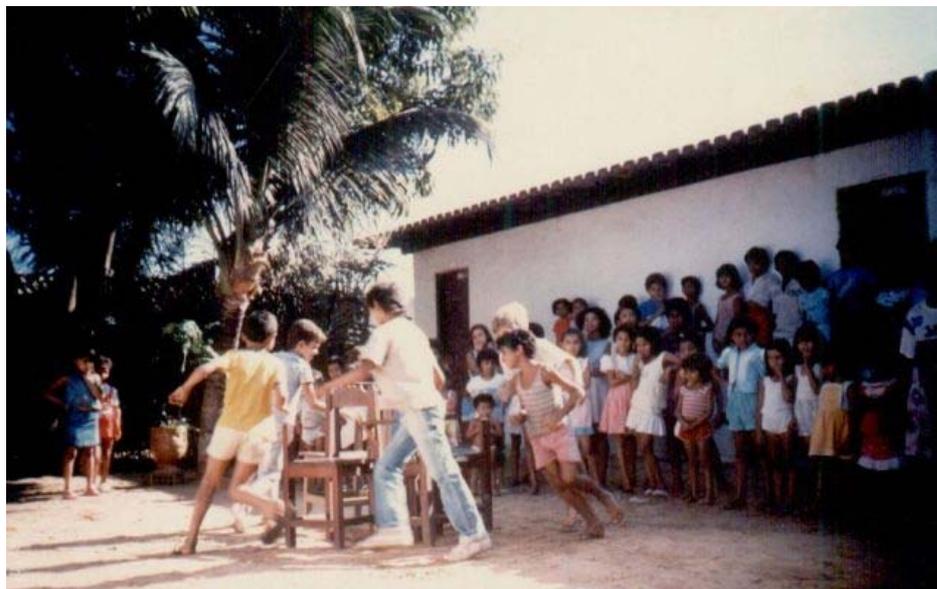


Foto 22: Alunos ao lado da sala de aula da escola nova. Fonte: Anchini, 1989.

Também, utilizou-se o prédio dessa escola para os serviços religiosos promovidos pela ICAR, isto porque a mesma ficou fechada por mais de seis meses. E, como em período anterior, a comunidade voltou a se reunir na área do Côco Verde. Quatro meses depois, em abril de 1988, começou-se as negociações para a compra do prédio da igreja, que foi vendida para a Mitra Diocesana de Imperatriz, isto em sete de abril de 1988. A Mitra foi representada bispo Dom Affonso Felipe Gregory,<sup>33</sup> conforme o acordo de compra e venda no valor de R\$ 400,000,00 (quatrocentos mil reais), sob o título definitivo n. 248, registrado no cartório do primeiro ofício, de um prédio e uma área total de 2.219,80 m<sup>2</sup>.

Situações como essas revelam a fragilidade de muitas lideranças, que optam por uma atuação em defesa das elites, em vez de se solidarizarem com os segmentos excluídos das comunidades. Ainda, outros aspectos que merecem destaque quanto à atuação de tais lideranças é o comodismo, um comprometimento e organização plenos de instabilidades. E, a tomar-se como exemplo a construção das duas capelas católicas da Vilinha, tem-se que a primeira implicou em um processo interessante, pois contou com um mutirão organizado pela população do bairro; entretanto, a outra foi construída de modo egoísta,

---

<sup>33</sup> Este Bispo foi o segundo de Imperatriz; é gaúcho de Estrela, Rio Grande do Sul. Foi transferido do Rio de Janeiro em 1987 e, atualmente, é considerado bispo resignatário, pois foi aposentado e será afastado de suas funções, sendo substituído por Geraldo Pastana. Este santareno foi nomeado pelo Papa Bento XVI, em agosto de 2005, estando a posse em Imperatriz prevista para 13 de novembro desse mesmo ano.

por uma pessoa que se tornou o dono, passou depois a hostilizar a todos e por fim vendeu o terreno e o prédio.

### 5.1.1 As igrejas evangélicas e sua atuação no bairro

Atualmente, existem no bairro da Vilinha cinco igrejas evangélicas de várias denominações:

- a) IAD na rua Arame, sob a orientação do Pastor Francisco Gomes e na rua São Luiz;
- b) Igreja Evangélica Canaã, na Rua Principal, sub-esquina com a rua Arame
- c) Igreja Batista Nacional Filadélfia, na rua Arame, próximo à escola Sousa Lima. Sob a orientação do Pastor Aroldo.
- d) Congregação Cristã do Brasil (chamada Igreja do Véu).

Neste trabalho, entrevistou-se Francisco Alberto Pereira, presbítero da IAD da rua São Luis, trabalha com a educação cristã há mais de 10 anos no bairro.

De acordo com Francisco Alberto Pereira (2004, entrevista):

[...] temos duas Igrejas da Assembléia: a primeira da Rua do Arame, e a segunda aqui na rua São Luis fundada em 1979, fundada pelo pastor Raimundo Pereira, eu, Francisco Alberto Pereira e Francisco Borges e Raimundo Costa. Francisco chegou na Vilinha em 1980 e acompanhou de longe a questão da ocupação da rua do Arame” (RAIMUNDO N. B. COSTA, 2004, n. c.).

Segundo ele (FRANCISCO ALBERTO PEREIRA, 2004, entrevista), a IAD não permitia: “[...] não participamos deste ato, pois a nossa Igreja é isenta destas questões, ela fica à parte, o nosso estatuto proíbe qualquer atitude neste sentido de ocupação, por isso, nós não participamos”.

A respeito do trabalho social dessa Igreja na Vilinha, o mesmo presbítero informou que mensalmente sua Igreja faz campanha de distribuição de cestas básicas para os mais necessitados e, a cada três meses, trazem um médico oftalmologista e um Clínico geral para atender os carentes:

Mensalmente a agente atende 30 famílias carentes que são cadastradas para receber uma cesta mensal. A gente arrecada esses alimentos entre os próprios membros da Igreja que são cadastrados para cooperar com um item específico. O critério para a distribuição é a partir de uma pesquisa para saber as pessoas mais carentes do bairro, sem preferência de religião ou outro credo. Trimestralmente a gente traz aqui para a Igreja um oculista e um terapeuta e a consulta é paga com um ou dois quilos de alimentos, que são por sua vez doados novamente para famílias carentes.

Outro trabalho importante na área social realizada pela IAD foi a realização do mutirão social,<sup>34</sup> realizado em maio de 2002.

Nessa oportunidade, muitos tiveram a oportunidade para fazer seus documentos. Houve consultas de vista, e a presença de vários médicos e dentistas, houve até distribuição de remédios e a presença do Fórum que realizou mais de 17 casamentos. “Nós distribuimos naquela época 700 cestas básicas que vieram do templo central para o povo mais necessitado do bairro” (PEDRO SOUSA DE OLIVEIRA, Pastor, 2004, entrevista). Quanto à luta pela saúde a Igreja mantém um convênio com vários profissionais de saúde e com alguns hospitais particulares como o das Clínicas de Imperatriz – HCI e o Santa Mônica, onde os integrantes da Igreja são encaminhados e recebem 50% de desconto no atendimento.

Um aspecto que convém destacar é sobre a pessoa de Francisco Alberto Pereira, que além de presbítero da IAD, integra o Conselho Tutelar da área de 02 de Imperatriz. Na sua fala, ele afirma: “[...] para mim é um trabalho muito gratificante, principalmente para a comunidade com a qual a gente convive, o pessoal tem aquela confiança em procurar a gente sabendo que o problema pode ter uma resolução” (FRANCISCO ALBERTO PEREIRA, 2004, entrevista). Como conselheiro atendeu muitos casos de crianças e adolescentes. Um que marcou o seu trabalho foi o encaminhamento de uma criança de seis anos que estava muito doente. Foi internada no Socorrão, em Imperatriz, e depois sendo transferida para São Luis, aonde, infelizmente, chegou a falecer. Francisco afirma que exercendo a sua função deu todo apoio e dedicação neste caso.

Também, foi ouvido Pedro Sousa de Oliveira, 59 anos, atualmente pastor da igreja Muito Sabor, localizada no bairro Juçara, no centro de Imperatriz, membros da IAD que foi a pioneira no bairro. Ele trabalhou na Vilha, por um total de 16 anos:

Em 1986, comecei a construir uma Igreja pequena e um salão de 6 x 12 mt<sup>2</sup>, hoje deixei ela com 28 x 9 mt<sup>2</sup> com um departamento infantil com salas em baixo e em cima. A inauguração oficial foi em 1980 com os primeiros irmãos, que podemos chamar como fundadores: o irmão Raimundo pereira, que hoje está em Roraima e a irmã Domingas, que era uma das mais velhas aqui, hoje ela é falecida.

Também, Pedro Souza tinha um plano de criar uma escola nas salas que construiu, inclusive chegou até chamar a secretária de educação naquela época para fazer uma

---

<sup>34</sup> Essa atividade é realizada pela IAD, no templo central que fica localizado na rua Pará, bairro Nova Imperatriz. Na cidade e bairros, essa Igreja dividiu sua ação evangelizadora em 10 regiões. E todo ano continua fazendo estes mutirões de assistência social em cada uma dessas regiões.

análise, mas não foi aprovada por completo, devido às salas estarem fora do padrão para uma sala de aula. Ele chegou até reformar as salas insistindo em estabelecer uma escola, mas foi transferido para outra Igreja. E diante das lutas populares como a violência, afirmou que a IAD sempre participava através da Associação a convite de Maria Torquato, inclusive das reuniões que houve com o Major Melo para a construção do posto policial da vilinha.

Francisco de Assis Gomes (2004, entrevista), outro pastor da IAD, residente no bairro há mais de dois anos, tem pessoalmente uma visão crítica das autoridades e da própria situação em que se encontra o bairro, a se ver:

[...] tenho observado que está um pouco desprezado pela administração municipal e Estadual. Aqui tem uma carência muito grande neste bairro, estamos num bairro com esgoto céu a aberto, muito lama e muita poeira, devido às pessoas serem muitos simples, mas tem que se exigir muito das autoridades.

No que diz respeito à situação de violência no bairro, ele também reconhece, mas a interpreta a partir de seus preceitos afirmando:

Nós da Igreja Assembléia de Deus nós formamos uma campanha de oração contra a violência. Nós temos período para orar contra a violência na cidade de Imperatriz, não é contra a pessoa em si, contra fulano ou sicrano, mas sim contra a violência porque detrás dessa violência tem um ser maior, um inimigo que está em determinadas pessoas que são fracas e elas usadas para agredir alguém para assassinar alguém, para arrombar as casas, as famílias e coisa parecida. Nós entendemos que essa é uma questão espiritual.

Nesse mesmo sentido, o Pastor Francisco (2004, entrevista) afirmou que, de fato, antigamente a cidade de Imperatriz era muito violenta, devido à pistolagem, os roubos de carros, assaltos etc. Mas, depois desse esforço de oração de sua Igreja, os fatos se reverteram diminuindo, segundo ele, o índice da violência: “A Igreja intercedeu a Deus e hoje estamos com a cidade lotada de carro, nós temos uma cidade com uma frota de carro, se fosse naquele tempo, se continuasse com o furto de carro, seria um absurdo, mas, graças a Deus ele deu um basta” (FRANCISCO DE ASSIS GOMES, 2004, entrevista). Por isso, o mesmo, afirma que muitas pessoas ao aceitarem a Jesus estão mudando de vida:

[...] pessoas violentas, pessoas marginais, que estão dando trabalho a polícia e despesa ao Estado e ao Município e nós pegamos essas pessoas e cuidamos delas, elas mudam de comportamento, elas nascem de novo, não vão mais dar trabalho a polícia e nem despesas mais ao município e nem ao Estado. Porque só o evangelho muda a vida das pessoas, porque o evangelho liberta e salva.

Esse trabalho de buscar pessoas para Cristo, eles o chamam de cruzada da evangelização, que tem como objetivo atrair almas para Ele e de “[...] libertá-las de seus problemas [...]” no sentido de serem “[...] pessoas novas [...]”, tendo como base para isso a Bíblia (FRANCISCO DE ASSIS GOMES, 2004, entrevista). Em seguida, o mesmo Pastor falou da organização da IAD em Imperatriz, que segundo ele, é coordenada pelo Pastor Raul<sup>35</sup>:

Ela está dividida em 10 áreas abrangendo toda a grande cidade e periferia. Aqui no o bairro da Vilha até o Parque Alvorada I e II contamos com sete congregações. Ao todo em Imperatriz, são 108 congregações e cada uma tem um pastor coordenador, o que facilita o trabalho do nosso pastor presidente Pastor Raul, que reúne esses coordenadores todos os meses.

Ao se referir ao mutirão social ao qual já se reportou outro pastor, ele conclui dizendo que este trabalho atinge muitas pessoas que, além de receberem ajuda de cestas básicas são orientadas e conscientizadas através de várias palestras para jovens, casais, quanto à convivência familiar.

Ainda no entender de Francisco de Assis Gomes (2004, entrevista), esse é um trabalho espiritual que une todos: “É com a graça de Deus fazemos um trabalho que o governo não faz, que a polícia não faz, que o prefeito não faz e o que advogado não faz”. Mas, apesar dessa ênfase, tais concepções e práticas têm se mostrado limitadas, principalmente a se pensar em uma possibilidade de transformação mais ampla, que envolva a superação das tantas limitações que atingem a população da Vilha e também de Imperatriz, em geral de natureza estrutural.

## 5.2 A INSERÇÃO NO MOVIMENTO SOCIAL

A segunda AMBV surge exatamente dez anos depois da primeira associação, no dia 30 de junho de 1997, situada na continuidade que, como já se reportou, se chamava Nova Vila. Esta organização contou com o apoio de sindicatos da cidade de Imperatriz, como o SCCI, representado pelo presidente, Washington Luiz Oliveira de Souza, residente no

---

<sup>35</sup> Raul é pastor presidente da IAD em Imperatriz, [...] nasceu nesta cidade, aos 02 de abril de 1954 [...]. Trabalhou em bancos e em empresas privadas, onde ocupou cargos de gerência e em cidades de diversos estados. Foi ordenado pastor em 13 de dezembro de 1992. É bacharel e mestre em Teologia, com especialização em Psicologia Pastoral; tem doutorado em Divindades e em Ministério (FRANCISCO DE ASSIS GOMES, 2004, entrevista, 2004, entrevista).

bairro e membro da Associação. Essa inserção de Washington em outra organização social contribuiria para uma tentativa no sentido de ampliar o espaço da AMBV.

De fato, ele foi o responsável da inserção da associação na central sindical nacional Social Democracia Social – SDS:

Nós chegamos a nos filiar a essa central sindical a nível nacional, com sede em S. Paulo, desde 1998, que nos ajudava na formação profissional através de vários cursos que eles nos ofereceram: Cabeleireiro, Culinária, Pedreiro, Marceneiro, Garçon, arranjos natalinos, biscoi. Ninguém pagava uma taxa, nem pelo material nem por nada. Todas as despesas eram mantidas por este projeto da SDS. E, além disso, nós como membros da associação participamos como convidados de vários congressos desta central em São Paulo e Brasília. (WASHINGTON LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA, 2005, entrevista).

Contou também com o apoio de outras entidades como a FUMBEART, que tinha como presidente, o Sr. José Pereira. Essa entidade, segundo Washington era uma espécie de Federação que congregava as associações de moradores da região.

Eu pensava que através desta central a gente pudesse trabalhar melhor comunitariamente. Mas, devido a mentalidade dos dirigentes dessa central que em sua maioria defendiam que as associações tinham que trabalhar ligada a partidos ou grupos políticos que muitas vezes têm a associação como seu refúgio. Isso não combinava com a gente, pois defendemos uma associação mais livre e sem esses laços de atrelamento (WASHINGTON, 2005, entrevista).

Outras associações vizinhas, como a de Vila Nova e de outros bairros da grande Imperatriz, também deram apoio a iniciativa da comunidade da Vilinha em criar a sua Associação, conforme a Ata de fundação:

[...] com a presença de setenta pessoas, conforme assinatura do livro de presença, o Sr. Washington Luiz Oliveira de Souza – comissão organizadora declarou aberta a sessão [...] levando para a votação por aclamação a única chapa apresentada, a mesma foi eleita por todos os moradores do bairro presentes na assembléia, ficando a diretoria assim constituída: Presidente – Maria de Jesus Torquato Cavalcante; Vice – Júlio R. Costa; [...].

A analisar-se a situação e o processo de constituição dessas duas associações, observa-se que esta segunda assume uma nova modalidade de organização que não é mais estritamente ligada a Igreja embora ainda contasse com a participação de lideranças, ajuda nas campanhas realizadas pela associação, mas não exerce um peso maior como antes.

Essa nova organização surge com um peso maior da participação de lideranças da sociedade civil como de outras associações e sindicatos da cidade, uma vez que a

presidente da mesma já faz parte do SCCI, o que a influenciou bastante na criação desta associação no bairro. Também, contou com o apoio de alguns vereadores e outras lideranças políticas da cidade. Um fator importante que merece destaque é a participação dos evangélicos nesta segunda associação.

Precisamente, os fiéis da IAD da Nova Vila sempre participaram das reuniões e eleições da segunda associação, sendo representada pelo pastor e alguns membros dessa igreja. Por isso, esta AMNV consegue reunir em torno de sua ação as forças principais e significantes do bairro. De todo modo, estas têm pouca representatividade para assumir uma luta de muitas reivindicações na defesa e na garantia de melhores dias para todos os habitantes da Nova Vila.

### 5.3 AS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

A contemporaneidade, sobretudo a última década do século XX, trouxe muitas mudanças, principalmente quanto à atuação do Estado e do Poder Público que foi obrigado a ceder em relações aos problemas sociais que devido o fenômeno do crescimento da população, dos problemas urbanos e sociais, econômicos etc. Esta situação permitiu o surgimento de novos atores sociais e outras instituições sociais de caráter não governamental que passaram a ocupar um espaço importante na esfera pública com a missão de intervir no processo de reconstrução da cidadania e da democracia.

A partir desta realidade, o Estado tem que mudar sua política de ação, como afirma Gohn (1985, p. 7): “O Papel do Estado agudiza-se porque ele tem que responder às pressões populares e ao mesmo tempo criar condições gerais, fundamentalmente para a produção. É neste movimento de atender aos dominantes e dominados que se abrem espaços de lutas populares”. Por isso, nenhum movimento associativo pode viver isolado. Carece sempre das mediações e parcerias com os diversos poderes públicos. De acordo com as políticas públicas da saúde e da educação mais recentes, o governo estabeleceu a participação de conselhos setoriais onde exige a participação das representações populares e do movimento social. AMBV vem mantendo, desde o ano de 2002, seus representantes nesses conselhos, conforme descreve Ata da associação:

Aos quatro dias do mês de novembro do ano 2002, às 19 horas na sede da associação dos moradores [...] reuniu-se a diretoria para a escolha de dois

delegados para participarem da Plenária dos usuários que será realizada no dia 27 de novembro de 2002 [...]. Foram escolhidas as Sras. Luzia Maria Aguiar Rodrigues e Francisca Miriam Gomes [...] (ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, 2002).

Desse modo, a associação tem garantido a sua vaga nesses conselhos a partir da VI Conferência Municipal de Saúde de Imperatriz, conforme Ata acima e também da VII com seus representantes que foram Valdemar Ribeiro da Silva, Noberto Mariano da Silva e Josefa Sebastiana Lourenço, conforme Ata de 24 de novembro de 2004.

Ao seguir a orientação sobre a política de assistência social, a associação solicita à CMI que reconheça esta organização do bairro como legítima e como utilidade pública. Em 2001, a câmara aprova o decreto através do Projeto de Lei n. 52/2001:

[...] reconhece como de utilidade pública a Associação de Moradores do bairro Nova Vila e dá outras providências. Art. 1º - Fica reconhecida como Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nova Vila [...]. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário. Sala das sessões do Palácio Dorgival Pinheiro de Sousa em Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 5 dias do mês de março de 2001. Maria de Fátima Avelino – Vereadora.

Observa-se que estas relações da associação se realizam neste plano da legalização e da burocratização, o que leva o movimento social a uma situação de isolamento de suas atividades mais representativas quanto aos interesses reais da comunidade.

Em relação aos poderes públicos, a AMBV afirma que, nos últimos anos, contou com a participação em suas reuniões de várias personalidades do poder público que eram convidados sem nenhum compromisso posterior, a ouvir as necessidades e as demandas da população local. Entre essas, está o vereador Arnaldo Gonçalves Júnior,<sup>36</sup> que antes residia no Parque Alvorada II, vizinho à Vilinha; participou da Assembléia Geral da AMBV, no dia 04 de fevereiro de 2001, quando fez a entrega de certificado de qualificação profissional aos concludentes do Curso de Confeção de Doces e Salgados, realizado no ano anterior. Outro político que visita a população e essa associação é o deputado federal Sebastião Torres Madeira, porém sem propor ou implantar projetos sociais para o bairro.

Os dados e análises ora apresentados são sugestivos quanto a problemas estruturais mais amplos e graves, pois mesmo os apoios recebidos quanto aos processos organizativos do bairro não se mostram suficientes para mudanças mais significativas. O mesmo pode ser

---

<sup>36</sup> Esse vereador é empresário e político; é vereador em Imperatriz, pelo Partido Popular Socialista – PPS, tendo tomado posse em 1º de janeiro de 2001, com mandato até 2004. Foi candidato a deputado estadual em 2002, sem êxito.

dito quanto às atividades desenvolvidas, a exemplo dos cursos de capacitação. É bem verdade que um curso para produção de doces e salgados é importante, mas como argumentado por Ligia T. L. Simonian (2004, i. v.), é também de se reconhecer que a esperar por transformações estruturais fundamentais rumo à superação do subdesenvolvimento, o mesmo se torna insignificante.

## 6 DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

Neste ponto do trabalho, nada mais oportuno do que apresentar algumas discussões e questionamentos sobre a realidade estudada. Nestes termos, quanto à origem do bairro, sobre o associativismo e as suas primeiras expressões. Também, é de se enfatizar os aspectos que se sobressaíram ao longo da dissertação a respeito da questão da cidade, a sua origem, os processos de urbanização e do desenvolvimento do capitalismo. E, ainda, é de se destacar o fato de que são esses processos que vão criar modalidades variadas de organizações e resistências dos seres humanos, o que aponta o movimento associativista como uma saída, senão para resolver todos os seus problemas, mas ao menos amenizá-lo.

No início deste trabalho, descreveu-se a origem e a formação da Vilinha, o que deixa transparecer toda a política econômica e social do Brasil na busca do desenvolvimento a partir de 1930 a 1970. Esta política foi se tornando complexa devido o modelo econômico imposto e que se estabeleceu a partir das possibilidades econômicas que o país passou a ter enfrentar a partir de 1964, quando o modelo econômico passou a promover substituição das importações, mas em conexão com os interesses da indústria internacional. No entender de Rodrigues (1998), este modelo econômico novo no Brasil, a partir de 1964 vai criar todo um processo acelerado de urbanização com a construção de várias cidades, como Brasília, Goiânia etc. E, além disso, esse modelo vem acompanhado das estruturas, como as rodovias, energia, e o processo de industrialização a partir das grandes indústrias e outros bens necessários à sobrevivência dos seres humanos que vivem no meio urbano.

Como decorrência desta situação político-econômica, surge a “rodovia do progresso”, a Belém-Brasília, como aquela que iria integrar o norte com o sul e trazer o desenvolvimento para toda região da Amazônia. Muitos foram atraídos na década de 1964-1980 com toda essa propaganda desenvolvimentista que fez surgir várias cidades ao longo da Rodovia Belém-Brasília, como é o caso de Imperatriz uma cidade antes desconhecida do Brasil, mas que depois da abertura da Belém Brasília, ela passa ser vislumbrada pelo Brasil inteiro no sentido de explorar as suas riquezas e o seu potencial. Por isso, empresários, pecuaristas do Sul vieram aqui estabelecer seus negócios com toda esta visão exploradora. Nesse período, Imperatriz passou pelos ciclos da agricultura, da pecuária e da madeira, também marcada por um pequeno ciclo do ouro, com a Serra Pelada, onde Imperatriz era a cidade mais importante nesta região, devido financeiro e

econômico que existia, principalmente da existência do comércio fluente, da existência de várias agências bancárias.

É nas cidades que surgem os grandes problemas urbanos como já foi observado gerando grandes desafios em resolvê-los: como a carência da moradia, que culmina com a inserção marginal nas cidades; a carência da execução de políticas públicas como a saúde, infra-estrutura; a violência se constitui outro problema urbano sério e que atinge. Assim, são muitos problemas que a modernidade trouxe para as grandes cidades. E é de se perguntar: como fazer para encontrar caminhos ou solução diante desses problemas? Será que a aplicação prática de políticas públicas resolverá? Também, é difícil de ter-se respostas prontas diante desse fenômeno, mas o que se pode afirmar que é na cidade que se dá o enfrentamento o embate entre as lideranças e organizações verso Estado para que seja de fato amenizada a problemática social.

Esta situação de luta e enfrentamento explica a origem de vários bairros de Imperatriz, como é o caso da vilinha, que recebe migrantes do Nordeste, do sul e outros Estados, atraídos pela grande potência da região baseado nos três ciclos que já foi acentuado. Muitos casos já foram aqui registrados, como se percebe no depoimento de Francisco Jerônimo (2004, entrevista), que disse: “[...] Eram mais ou menos cem famílias que vieram do Ceará, Pernambuco, Piauí e até do Goiás, que chegaram aqui, com suas famílias, transportados em caminhões Alfa-Romeu – Pau de Arara [...]”. Como não tinham para onde ir começaram a ocupação a partir da Belém-Brasília, tendo como entrada o Aeroporto, viviam em condições das mais insalubres possíveis, sem atendimento médico etc., conforme já foi citado anteriormente.

Mas, neste ponto, convém discutir como se deu a formação do bairro e quais os atores sociais. Foi visto que, nesta situação, houve a atuação de muitos mediadores como vários vereadores de Imperatriz, vários prefeitos e a INFRAERO. Inclusive, esta empresa desempenhou a parte mais importante depois de várias negociações com Brasília, resultando na liberação de uma área de terra para que o bairro de fato acontecesse.

Um aspecto interessante que se faz necessário frisar, embora não se tenha tempo para melhor aprofundamento, é a presença da mulher como liderança, o que já vem ocorrendo em todo o Brasil, a partir de 1970:

[...] onde o movimento feminista desempenhou um papel significativo no processo de organização popular que estava ocorrendo. Ele foi capaz de legitimar a participação das mulheres nos movimentos urbanos estimulando-as a tratar os problemas das mulheres de maneira a redefinir

os espaços públicos e privados e os papéis de gênero (MACHADO, 1995, p. 136).

Esta tendência também ocorre quanto às áreas interioranas, quer sejam as mulheres indígenas, caboclas, quilombolas etc. (SIMONIAN, 2004; 2001). Assim, também, na Vilinha muitas mulheres tomaram consciência quanto à importância de se organizar em associações ou movimentos para defender seus interesses e os de suas famílias e mesmo da sociedade mais ampla.

Observa-se, neste trabalho, que desde o surgimento das primeiras organizações comunitárias elas sempre foram coordenadas pelas mulheres. Estes foram os casos de Pereira (uma das primeiras moradoras), Teresinha Filgueiras dos Santos (Vice-presidente da primeira associação em 1987), Josefa Alves da Conceição Lima também uma das primeiras moradoras. Muitos dizem ser ela a fundadora do bairro, mais Dona Vitalina e Maria de Jesus Torquato Cavalcante, atual presidente da associação de moradores do bairro Nova Vila, por três mandatos consecutivos, desde 1997 até hoje. Muitos moradores afirmam gostar do seu trabalho, de sua sinceridade e determinação na condução dos trabalhos da associação e na preocupação pelas melhores condições para o bairro.

Outros, porém a criticam, pelo seu caráter sério, um pouco fechada afirmando que a associação deveria ter feito muito mais pelo bairro, que eles estão isolados da população, não estão olhando os reais problemas do bairro. Há pouco, ao se entrevistar Maria e Júlio Rodrigues da Costa (este foi vice-presidente) sobre a participação dos moradores na associação, eles afirmaram que existe muita resistência da população em querer se associar e mesmo participar das discussões sobre os problemas do bairro. Uma das melhores participações aconteceu no tempo do OP realizado pela PMI em 2001, quando muita gente compareceu às reuniões plenárias e deram suas sugestões, embora não tivessem sido acatadas, devido o projeto não funcionado como devia, afirmou Maria Torquato.

Outra liderança feminina é a representante do bairro, a vereadora Fátima Avelino, no cargo por dois mandatos, sempre se manteve ao lado do *status quo* e do poder. Na sua primeira candidatura, essa política estava ao lado do prefeito que governava, Ildon Marques. Nas eleições municipais de 2000, quando Jomar Fernandes assumiu o poder, ela abandonou o PFL e se filiou no PT. Com poder de barganha, a mesma chegou a ser secretária de Desenvolvimento Social do município, o que ocorreu até março de 2004. Então, a mesma retornou à CMI, para preparar a campanha para reeleição, agora como vereadora pelo PT.

Note-se que a atuação dessa liderança no bairro é especialmente baseada na política do coronelismo e do assistencialismo, o que vem sendo viabilizado por meio de creches e do núcleo do PETI. Alguns moradores afirmaram que antes nos fins de semana distribuía sopa para os carentes do bairro. Como já foi descrito, em 2004 muda para o PMDB, partido do atual prefeito de Imperatriz. Pelos dois mandatos que conquistou como representante do povo e pela realidade sócio-econômica e ambiental do bairro da Vilinha, nota-se que sua ação como liderança e como representação pelo bairro vem sendo muito limitada. Inclusive, vários moradores do bairro fazem avaliações similares.

Outro aspecto que convém analisar é que uma das primeiras organizações populares que surgem no bairro Vilinha é o clube de mães ligado à ICAR. Essa é uma associação mais ligada ao assistencialismo para as famílias, que naquele se constituía um fator importante para o povo. Porém, não ajudou na formação das lideranças e da consciência crítica das mesmas. Hoje, é um movimento reduzido e praticamente sem expressão na Paróquia e no bairro, sendo manipulado pela vereadora Fátima Avelino como sua base eleitoral realizando festas em momentos festivos, como dia das mães etc., dando presentes e fazendo a sua promoção.

Esse grupo e outros movimentos que permanecem ainda hoje sempre na linha assistencialista da ICAR, que foi a pioneira no bairro Vilinha e que através de algumas missionárias italianas desenvolveu um trabalho de assistência aos excluídos e doentes. Por essa época, é importante assinalar, o poder público local estava omissos quanto a tal atendimento, pois inexistiam políticas e ações públicas com tal finalidade. O depoimento de Raimundo Pimentel (2004, i. v.), umas primeiras lideranças que chegou ao bairro, comprova isso: “[...] nessa época, não tinha nada de comércio por aqui, a gente ia de pé para o mercadinho para fazer a feira. Para comprar um comprimido para um doente, tinha que ir lá no centro”. De todo modo, ainda hoje a situação continua praticamente a mesma.

De fato, somente depois de 35 anos da fundação da Vilinha é que se construiu um Posto de Saúde para atender população local. O primeiro PS foi instalado em casa alugada, pela PMI. E, foi neste OS, que se começou a implanta o PSF, conforme já foi descrito. Por sua vez, esses dois PS (Foto 10) foram criados na gestão de Jomar Fernandes, porém, segundo o Sr. Júlio Rodrigues da Costa (2004, entrevista),

[...] ainda hoje o atendimento deixa a desejar e que ele tem levado muita gente para os hospitais da cidade, devido a carência médico-hospitalar do PS do bairro, cujo atendimento é feito de modo nada transparente. Muitas pessoas, quando levam a receita médica na farmácia do OS, às vezes recebem somente um ou dois remédios da lista de sua receita,

entre outros que estão citados. Ainda é obrigado a deixar a receita com a responsável da farmácia. Por isso, é que digo que não é correto e nem honesta essa maneira de atendimento.

Diante da atuação das lideranças, que geralmente distam muito dos interesses das maiorias sociais, surgem vários questionamentos e propostas acerca dos critérios e processos de escolha de lideranças novas.

Por certo, de acordo com a realidade do mundo contemporâneo, tem-se um paradigma inovador quanto à essência do conceito de liderança. Nesta perspectiva, uma liderança implica em uma transformação individual e social, fundamentalmente comprometida com valores e princípios éticos que respeitem os interesses e os direitos definidos da coletividade, principalmente os segmentos menos favorecidos (Machado, 1995; Slater, 1985; Warren, 1996). Sem que se exija um idealismo total, essa liderança nova há de refletir uma pesquisa livre acerca da verdade e de inspirar um sentimento de transcendência. Ainda, a mesma há de guiar suas capacidades e esforços para o serviço inegoístico à coletividade. Em suma, tal liderança teria que se desviar de quaisquer projetos que impliquem benefícios pessoais para alimentar suas necessidades e/ou vaidades estritamente individuais.

Mas, continuando a análise sobre a atuação das igrejas, convém que se aborde também a presença de outras que não apenas a de orientação católica. Por exemplo, a IAD é uma das igrejas protestantes que se encontram no bairro, sendo que ela segue uma orientação de base proselitista e assistencialista. Nestes termos, além da busca de convencimento religioso, a mesma distribui mensalmente cerca de 30 cestas básicas aos mais necessitados e realizando “mutirão social” mensal, com atendimentos diversificados a muitas pessoas. Trabalhos que priorizem uma educação para a conscientização continuam a ser ignorados por esta igreja, que inclusive se recusou participar dos processos e atividades voltados à organização dos moradores, conforme informou o presbítero Francisco Alberto Pereira, que trabalha na Vilinha desde 1980.

Nesse tempo, esse presbítero acompanhou “de longe” a questão da ocupação da rua Arame. E, pelo que disse: “[...] nossa Igreja não permitia, não participamos deste ato, pois a nossa Igreja é isenta destas questões, ela fica à parte, o nosso estatuto proíbe qualquer atitude neste sentido de ocupação, por isso, nós não participamos” (FRANCISCO ALBERTO PEREIRA, 2005, entrevista). Outro aspecto importante diz respeito ao convênio que, segundo o presbítero Francisco, a ICAR mantém com alguns hospitais particulares, pelo qual o fiel tem 50% (cinquenta) por cento de desconto. Esse modo de

atuar desta Igreja revela um compromisso com a manutenção do status quo, ou seja, com a manutenção da população em situação de desorganização e acomodação quanto ao exercício da cidadania e, ao mesmo tempo, facilita a vida das autoridades públicas do setor. Talvez, essa orientação seja uma das razões da precariedade da assistência à saúde e de outras políticas públicas na Vilinha.

Um questionamento preocupante que foi feito às igrejas diz respeito à violência. O pastor Francisco Gomes (2005, entrevista), da IAD, apesar de ter uma visão crítica sobre a situação do bairro e da inoperância das autoridades públicas, afirmou que sua Igreja está enfrentando a violência através da oração: “[...] porque detrás dessa violência tem um ser maior, um inimigo que está em determinadas pessoas que são fracas e elas usadas para agredir alguém para assassinar alguém, para arrombar as casas, as famílias e coisa parecida. Nós entendemos que essa é uma questão espiritual”. E, ainda, afirmou que depois que eles começaram a rezar, a violência e o roubo de carros diminuíram bastante em Imperatriz. Mas, essa compreensão só pode ser analisada como preocupante, pois indica um fechamento de parte dessas igrejas tanto quanto à realidade social local como dos centros urbanos maiores. Assim, acentua-se um espiritualismo individual, portanto, contra a organização comunitária.

Ultimamente, até a TV tem discutido este fenômeno que é patrocinado pelo capitalismo, o que acentua de maneira exclusiva o “individualismo” e, que por sua vez, é fortalecido pelas igrejas. O Programa Fantástico da Rede Globo (REDE, 2005) abordou este fenômeno religioso a partir da série Êxtase. Então, analisou-se particularmente o MRCC e o Movimento da Renovação Carismática Protestante – MRCP. Aliás, “Este tipo de exaltação permite você ficar até horas e horas louvando a Deus. É uma linguagem que não tem tradução, não tem interpretação; você pensa e não articula. Não se trata de uma linguagem identificável, é uma linguagem que não pode ser traduzida [...] (REINALDO BEZERRA DOS REIS, Comitê Internacional da Rede Carismática Católica – RCC). Este movimento, hoje com sua expressão particularista e individualista, se espalha pelo mundo e gera cada vez mais a consciência individual em contraposição à organização coletiva dos seres humanos.

De fato, o que se apresenta à população é um Deus particularizado e egoísta. E, como bem analisou o pastor Ricardo Gondin, Presidente da IAD Betesda de São Paulo: “Quando você está orando em línguas, você está falando com Deus, numa língua que é mistério pra ele. É um fenômeno de transbordamento, que nós dizemos que é ultrapassar as barreiras da linguagem”. E, apesar de se estar vivendo a era da tecnologia e da informática, igrejas e

movimentos como a Renovação Carismática Católica – RCC, que surgiu nos EUA e chegou ao Brasil em fins dos anos de 1960 (SOUZA, 2005), continua-se ainda com o discurso católico da Idade Média. Este, por sua vez, foi marcado pela pregação do sagrado e da explicação teocêntrica, onde Deus passou a ser o centro de tudo e tudo se explica a partir e só por ele.

Assim, esse pensamento continua a influenciar pastores e padres, que como líderes de igrejas continuam a alienar a população e/ou seus seguidores. Ainda nesta direção, é comum ouvir-se: ‘é por que Deus quis, aconteceu, porque chegou a hora dele’. E, ultimamente, na modernidade viu-se surgir estes movimentos, que usam e interpretam a palavra de Deus (sic) através do fundamentalismo que, tanto o católico, como protestante ou o islâmico, constitui-se em uma preocupação a mais no mundo de hoje. E, note-se, estas orientações religiosas analisam os fenômenos pessoais e sociais numa perspectiva totalmente isolada, como relata Souza (2005 p. 15) em sua pesquisa:

[...] um aspecto questionável é a consideração de que a visão sobre o "mal" na RCC está estritamente vinculada a um desequilíbrio da própria pessoa, numa perspectiva psicológica. Alguns estudos já demonstraram que a ênfase no poder da ação demoníaca é forte na visão de mundo do Movimento, bem como a crença na oração como arma para combater a malignidade.

Com estas idéias, esses movimentos estão se expandindo em todas as classes sociais, principalmente as mais baixas que se alimentam a partir dessas expressões religiosas de êxtases etc., a esperança de superar seus diversos problemas de modo rápido.

Todavia neste sentido, é que aponta a pesquisa de Souza a respeito da atuação da RCC na sociedade hoje: “Embora a RCC se origine nas camadas médias, sua penetração nas camadas populares se dá num período de aproximadamente 15 anos e, nesse caso, muitas lideranças são provenientes das classes desfavorecidas economicamente” (SOUZA 2005, p. 18). E, no bairro da Vilha, observa-se tanto nas igrejas protestantes como nas católicas, a predominância e a expansão desses movimentos, que por privilegiar uma conversão individual e separatista, dificultam a organização dos moradores na luta por melhores dias.

Essa é uma situação que não é exclusiva da Vilha. E é preocupante, pois se pergunta até que ponto as condições de vida da maioria da população vão mudar? O que fazer para que instituições que se consideram sérias possam contribuir para essa mudança? Quais tipos e lideranças com quem a população pode contar hoje?

Em se tratando do fenômeno religioso a pouco analisado, o mesmo legitima o “status quo” e acomoda a população quanto à participação e ao exercício da cidadania para que possa cobrar das autoridades competentes o que é necessário para que tenham seus direitos atendidos e a certeza de dias melhores. E note-se que esta é hoje a ideologia das CEB, que no passado teve uma atuação destacada com bases sociais, no Nordeste. Então, defendia-se uma atuação cristã inspirada nos valores evangélicos, para que se pudesse construir uma sociedade baseada na participação e na superação de problemas sócias graves.

Essa abordagem de pregação pode legitimar o aumento da violência que se tem hoje no Brasil e que é a desigualdade social fruto do desenvolvimento econômico capitalista nacional e no mundo. Hoje, fala-se muito que somente exercendo a cidadania e a consciência cidadã é que se pode um dia tentar mudar um pouco este quadro, pois:

[...] o processo de redistribuição de renda não pode provir do mercado capitalista – porque negaria a lei da mais-valia – mas da cidadania, ou seja, da capacidade de conquista política, manejada sobretudo pelos próprios excluídos. Não é possível o confronto com a pobreza sem o pobre. As assistências tendem a deixá-lo como simples beneficiário (DEMO, 2000, p. 27).

Demo (2000), a partir destas afirmações, questiona que o assistencialismo não é uma maneira correta de se estabelecer uma verdadeira política social e fazer com que o povo brasileiro exerça sua própria cidadania que hoje no decorrer da história está classificada em dois tipos:

A **tutelada**, própria do neoliberalismo que usa o clientelismo para acobertar a questão social e implantar a dependência crônica com a doação assistencialista; por isso é difícil encontrar no neoliberalismo assistência que não seja assistencialista ou que nisto não degenera mais ou menos rapidamente, cultivando a ignorância; e a **assistida**, própria do *welfare state* e de algumas esquerdas, que, embora sempre ligada à noção de direito, tende a realçar em excesso a perspectiva do beneficiário passivo e obediente (DEMO, 2000, p. 27).

Este tipo de cidadania é bem presente na ação tutelada das Igrejas no bairro da Vilha, levando o povo a um assistencialismo crônico que permanece ainda hoje em várias organizações sociais.

Por isso, muitos autores entre eles, Pedro Demo afirma que a superação da desigualdade social no Brasil não será resolvida pelo assistencialismo ou qualquer modalidade passiva de assistência social, mas pela educação na superação da ignorância e pela participação do povo, no exercício da cidadania. Do mesmo modo, ocorre quando se

fala em associativismo. Assim, os caminhos percorridos permitem perceber que a adesão a essa possibilidade de organização embora consistente no decorrer da história, mas ainda se mostra insuficiente para conter as desigualdades sociais e econômicas, e, em maior instância a desigualdade política.

### 1.1.1 7 REFERÊNCIAS

ACADEMIA Imperatrizense de Letras. **Imperatriz 150 anos**. Imperatriz: Estação Gráfica, 2002. 265 p.

ACEVEDO, Rosa; CHAVES, Ernani. Imagens de Belém: paradoxos de modernidade e cultura na Amazônia. In: XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 407-427.

ALCÂNTARA, Cláudia M. M. de. **O processo de constituição e redefinição do espaço urbano em Belém, área do Tucunduba**. Belém, 1989. 150 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/ PLADES) – Universidade Federal do Pará/ UFPA.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. (Org.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 521-538;

\_\_\_\_\_. Carajás: **A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1993. 329 p.

ARRUDA J. J. de A.; PILLETTI, N. **Toda a história**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2002. 496 p.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Proteção à Infância – ABRAPIA. Dados estatísticos. **Revista Terceiro Setor**, São Paulo, p. 9, 04.09.2005.

ASSOCIAÇÃO de Moradores da Nova Vilinha – AMNV. **Ata da Reunião da Assembléia Geral Ordinária**. Imperatriz, 04.02.2001a. (Cópia no Arquivo da AMNV).

\_\_\_\_\_. **Ofício** (de 27.03.2001). Imperatriz-MA, 2001b.

ASSOCIAÇÃO dos Moradores do Bairro da Vilinha – AMBV. **Ofício encaminhado à Secretaria do Desenvolvimento Social de Imperatriz** (sobre quadra de esportes). Imperatriz, 18.02.2003.

\_\_\_\_\_. **Ata de fundação**. Imperatriz-MA, 1987. (Registrada no Cartório do 1º. Ofício, sob o n. 4222, livro A-1 f. 222).

AVRITZER, L.; ZANDER, N. **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

BARBIER, René. **A pesquisa ação**. Brasília: Editora Plano, 2002. 232 p.

BECKER, B.; MIRANDA, M. P. **O papel das cidades na ocupação da Amazônia**. Brasília: IPEA/CEPA, 1987. 31 p. Manuscrito.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Dados dos Deputados** [Deputada Terezinha das Neves Pereira Fernandes]. In: [http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/deputado/dep\\_detalhe.asp?id=520887](http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/deputado/dep_detalhe.asp?id=520887). Acesso em 15/09/2005.

\_\_\_\_\_. Fundação Nacional de Saúde. **Dados estatísticos**. (De 14.11.1997; repassados pelo Departamento de Endemias). Imperatriz, 14.11.1997.

\_\_\_\_\_. Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins– GETAT. **Título definitivo n. 91573**. Imperatriz: Prefeitura Municipal de Imperatriz, 04.10.1991.

\_\_\_\_\_. Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins – GETAT. **Título definitivo n. 349**. Imperatriz: PMI, 11.10.1982.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico; Estimativas das populações residentes, segundo os municípios em 01.07.2005**. In: IBGE – tabela de estimativas por municípios; <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 15.10.2005.

\_\_\_\_\_. **Estimativas das populações residentes em 01/07/2004**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/download/estimativas\\_população2005.htm](http://www.ibge.gov.br/download/estimativas_população2005.htm). Acesso: 10.09.2005.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Título definitivo n. 9441**. Imperatriz: INCRA, PMI, 26.06.1981.

BORDA, O. F. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 42-62.

CAMPOS, Raymundo. **Estudos de história antiga e medieval**. São Paulo: Atual Editora Ltda., 1989. 250 p.

CANTERLE, N. M. G. A prática associativa e seus atores no processo de desenvolvimento. São Paulo: 2002. In: <http://www.gestipolis.com/canales3/eco/pratiass.htm>. Em 22.10.2005.

CARDOSO, Rute C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: **A aventura antropológica teoria e prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CARDOSO, Fernando Henrique. A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo. In: **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 18-19

CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 194 p.

COLLIER, J. F. Women in politics. In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Ed.). **Woman, culture & society**. Stanford: Stanford University Press, 1974. p. 89-96.

DEMO, P. **Política social do conhecimento**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 93 p.

**DOCUMENTAÇÃO dos arquivos das Coordenadorias de Conflitos e das Terras Indígenas.** Brasília: MIRAD, 1989-1988. (Ver cópias xerográficas junto ao setor de antropologia do Museu Nacional, Rio de Janeiro).

DOCUMENTO de registro n. 28. In: **Livro de registro.** Imperatriz: CRII, 1981. f. 145.

DOUGLAS, M. **Purity and danger:** an analysis of the concepts of pollution and taboo. London: Routledge, 1966.

EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, CA/US, v. 30, p. 285-317, 2001.

FARIA; PRADO. 2003. Ref. incompleta.

FEDERAÇÃO de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. **Manual para associação de moradores.** Fortaleza: FASE, 1983 64 p.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação.** 002. Disponível em <http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>. Acesso em 01.06.2004.

FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado.** São Paulo: Pioneira, 1991.

FERREIRA, Francisco de P. **Teoria social da comunidade.** São Paulo: Herder, 1968. 224 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 394 p.

FUNCIONÁRIO aposentado do DNER foi seqüestrado. **Jornal O Progresso**, Imperatriz, p. 12, 08.11.2003.

GOE prende arrombadores que agiam na Vilinha. **Jornal O Progresso**, Imperatriz, 24.11.2004.

GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia.** Petrópolis: Vozes, 1985. 99 p.

GRZYBOWSKI, C. Sim, um outro mundo é possível. In: CATANI, A. D. (Org.). **Fórum Social Mundial:** a construção de um mundo melhor. Petrópolis: Vozes, 2001: p. 19-30.

HARNNEZ, U. **Exploring the city:** inquiries toward an urban anthropology. New York: Columbia University Press, 1980. 378 p. Ilustrado.

HOMEM é preso acusado de abuso sexual contra menor. **Jornal O Progresso**, Imperatriz, p. 8, 24.11. 2004.

IGREJA Católica Apostólica Romana – ICAR. **Álbum de fotografias.** Imperatriz: Paróquia Sagrada Família, 1988.

\_\_\_\_\_. **Livro tombo.** Imperatriz: Paróquia Sagrada Família, 1977-2001.

IMPERATRIZ. Câmara Municipal de Vereadores – CMVI. **Ofício SC/500**, 06.09.1984. 1 p.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Imperatriz – PMI. **Mapa urbano básico digital**. Imperatriz-MA: Builders Engenharia, 2004. (CD Rom).

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Imperatriz. **Ofício 116/84**. (Do prefeito Jose de Ribamar Fiquene ao Ministro da Aeronáutica, Tte. Brig. do Ar Délio Jardim de Matos sobre a relação da Vilha com a INFRAERO). Imperatriz, 13.10.1984. 1 p.

INOUCHI, T.; NEWMAN, E.; PAOLETTO, G. Introduction: cities and the environment – towards eco-partnerships. In: **Cities and the environment: new approaches for eco-societies**. Tokyo: UN University Press, 1999. p. 1-14.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA FILHO, H. E. R. Biografia e microscopia: o uso da biografia na historiografia italiana contemporânea. **Cad. Cent. de Fil. e Ci. Hum.**, Belém, v. 12, n. 1-2, p. 1-12, 1993.

MACHADO, Leda M. Vieira. **Atores sociais**. São Paulo: Annablume Editora, 1995, 332 p.

MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido estrito do termo**. São Paulo: Record. 184 p.

MARANHÃO. TER-MA. **Resultado das eleições de 2004**. In: [http://www.tre-ma.gov.br/servicos/result\\_eleicoes/eleicoes\\_2004/HTML/1TURNO/1A113MA08036.html?portal=NAO](http://www.tre-ma.gov.br/servicos/result_eleicoes/eleicoes_2004/HTML/1TURNO/1A113MA08036.html?portal=NAO). Acesso em 1/09/2005.

\_\_\_\_\_. **Resultados das eleições de 2000**. Disponível em: [www.terra.com.br/cgi-bin/index\\_frame/eleicoes2000/estados.htm](http://www.terra.com.br/cgi-bin/index_frame/eleicoes2000/estados.htm). Acesso em 01.09.2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Portugal: Presença, 1974. 174 p.

MATTA, R. da. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. 181 p.

MONTEIRO, S. T. **Projetos: como fazer e gerenciar**. Florianópolis: Visual Books, 2004.

MOURA, 2002. Referência incompleta.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades da floresta**. Manaus: Editora Valer, 2002. 224 p., il.

**O PROGRESSO**, Imperatriz, Caderno 1, p. 2, 26.08.2001. Referência incompleta.

**O RESULTADO nas 5.562 cidades brasileiras** – Apuração para Vereador – 1º Turno. Disponível em: <http://www.apuracao2004.terra.com.br>. Acesso em 01.09.2005.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Editora Contexto, 2003. 125 p.

**1.1.1.1.1 PICKVANCE, C. On the study of urban social movements.** London: Urban Sociology, 1976. 285 p.

PORZECANSKI, Teresa. **Desarrollo de comunidad y subcultura de clase.** Buenos Aires: Humanitas, 1972. 189 p.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 260 p.

RAMOS, José M. T. **Entre dois tempos: um estudo sobre o bairro do Guamá, a Escola Frei Daniel e seu patrono.** Belém: Edição do autor, 2002. 132 p. Ilustrado.

REDE Globo. **Programa Fantástico.** Rio de Janeiro, 23.10.2005. (Série Êxtase/ RCC).

REGINENSI, Catarine. Visão antropológica das cidades amazônicas: aspectos comparativos entre cidades do Amapá e da Guiana Francesa. **Papers do NAEA**, Belém, n. 165, ag. 2002.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da cidade e unidos na condição.** Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1998. 271 p.

SAKAMOTO, L. Modernidade e ciência. **Revista Cultura**, São Paulo, ano 2, n. 9, p. 21-22, mar. 2002.

SANCHES, E. (Org.). **Enciclopédia de Imperatriz.** Imperatriz: Inst. Imperatriz, 2002. 600 p.

SANTOS, Murilo; SHIRAISHI NETO, Joaquim; ANDRADE, Maristela de Paula. **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luiz: CPT, 1985. 274 p.

SANTOYO, M. J. Antropólogos, projetos de desenvolvimento e movimentos sociais. In: ABRANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBRET, G. G. (Org.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo.** Campinas: UNICAMP, 1992. p. 69-79.

SCHLEMMER, B. A ética da profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade cientista do pesquisador – um itinerário da antropologia francesa. In: ABRANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBRET, G. G. (Org.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo.** Campinas: UNICAMP, 1992. p. 137-153.

SECRETARIA Executiva do Seminário Consulta Carajás. **A implantação da indústria de celulose no Maranhão.** Belém: Estação Gráfica, 1994. 30 p. (Cartilha nº. 3).

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro.** 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

SILVA, J. B. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária da Reserva Extrativista Rio Cajari.** Belém, 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA); Universidade Federal do Pará, 2003.

SIMONIAN, Ligia T. L. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. **Bol. do Mus. Para. Emílio Goeldi**, sér. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, 119-134, ma.-ago. 2005a.

\_\_\_\_\_. Questões sociais e sustentabilidade na pan-Amazônia/ Oficina. In: FÓRUM SOCIAL PANAMAZÔNICO, Manaus, AM, em fev. de 2005b. 15 p.

\_\_\_\_\_. Mulheres indígenas roraimenses: organização política, impasses e perspectivas. In: SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: NAEA-UFPA, 2001. p. 151-201.

\_\_\_\_\_. Women, gender and development in the Brazilian Amazon: prospects for an action oriented anthropology. **Practicing Anthropology**, v. 26, n. 3, p. 30-33, 2004. (Páginas Grande Formato).

\_\_\_\_\_. **Babaçuais e trabalho feminino no PNRA: à guisa de uma proposta**. Brasília: CTI-MIRAD, 1986. Mimeo.

SLATER, D. **New social movements and the State**. Amsterdam: CEDLA, 1985.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. 231 p.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002. 80 p.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**. São Paulo: Cortez Editora, 2002. 224 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 1988. 232 p.

THOMPSON, P. **A voz do passado, história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOVAR, P. Las policarpas de fin de siglo: mujeres, rebelión, conciencia y derechos humanos en Colombia. In: ARCHILA, M.; PARDO, M. (Ed.). **Movimientos sociales, Estado y democracia en Colombia**. Bogotá: CES/Universidad Nacional; ICANH, 2001. p. 249-374.

WARREN, Ilse S. **Redes de movimentos sociais**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 33-34.

\_\_\_\_\_. **La ville**. Paris: Aubier, 1982. 218 p.

## ANEXO

## FORMULÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

1. Nome completo: \_\_\_\_\_
2. Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_
3. Idade: \_\_\_\_\_ homem \_\_\_\_\_ mulher \_\_\_\_\_
4. Nome dos Pais: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
5. Estado civil: Casado          desquitado          viúvo          outros
6. Escolaridade: \_\_\_\_\_
7. Profissão: \_\_\_\_\_
8. Trabalha, atualmente em que? \_\_\_\_\_
9. Quais as fontes de renda da família: \_\_\_\_\_
10. Há quanto tempo mora no bairro: \_\_\_\_\_
11. Onde nasceu? Onde morava anteriormente? \_\_\_\_\_
12. Você sabe a história do seu bairro, como começou, quem foram as primeiras pessoas que aqui chegaram?
13. Alguém de fora ajudava a sua mãe a cuidar da casa ou da família? De que modo?
14. De que parentes de seu pai você se lembra? Algum deles morava perto? Quando você os via? Onde? Lembra-se de eles influenciarem você de algum modo, ensinando-lhe alguma coisa?
15. Seus pais tinham amigos? Onde moravam? Quando os encontravam ? eles tinham os mesmos amigos?
16. Sua mãe tinha amigos pessoais? Onde ela os via? Ela visitava alguém além de parentes?
17. Algumas vezes pessoas eram convidadas a vir a sua casa? Com que frequência? Quem eram elas?
18. No bairro, quem eram consideradas as pessoas mais importantes? Você teve contato com elas? Por que elas eram consideradas importantes?
19. Algumas famílias eram vistas como rústicas e outras como respeitáveis? Você se lembra de haver uma distinção desse tipo entre trabalhadores qualificados e não-qualificados?
20. Você se lembra de perceber que seus pais tinham que batalhar para equilibrar o orçamento doméstico?

21. Eles ajudavam de algum modo as pessoas mais pobres?
22. Você participa ou participou de alguma associação ou cooperativa?
23. Que tipo de líderes você conheceu aqui no início da organização do bairro Vilha?
24. Alguma vez você recebeu ajuda de alguma instituição beneficente ou de caridade, ou da Igreja? Como você foi tratado e como se sentiu a respeito disso?

OBSERVAÇÕES DO PESQUISADOR: